

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

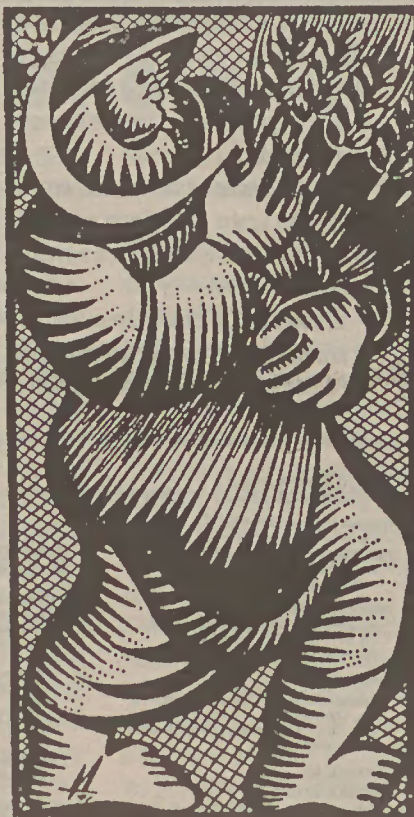
Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Outubro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1141 • Director: Carlos Brito

Confirmar a mudança

- Declaração de Carlos Carvalhas à saída da entrevista com o Presidente da República Pág. 24
- Organizações do Partido analisam resultados eleitorais Pág. 4
- Nota sobre o anúncio de candidatura de Cavaco Silva Pág. 24

O MUD nasceu há 50 anos

Págs. 12 a 16



Campanha de Fundos Atingidos 130 mil contos – último esforço para cumprir a meta

Pág. 5

Função Pública exige revogação da lei dos disponíveis

Pág. 7

Dez milhões de contos para despoluir o estuário do Tejo

Pág. 8

Custo do boicote a Cuba denunciado na ONU

Pág. 18



PCP é recebido em audiência pelo Presidente da República

RESUMO

4
Quarta-feira

O resultado do relatório realizado por peritos ingleses sobre o caso Camarate afasta a hipótese de atentado e reforça a tese de acidente ■ PSP desmantela uma rede de falsificadores de senhas dos passes sociais utilizados nos transportes públicos da região de Lisboa ■ Em Alverca, no Vale de Arcena, sem aviso prévio, são despejadas cerca de 100 famílias africanas que habitavam ilegalmente casas da empresa construtora Eurocapital ■ A Associação do Comércio Automóvel de Portugal revela que a venda de automóveis sofreu o maior decréscimo dos últimos anos; baixou 7% desde 94 ■ Dirigentes sindicais turcos chegam a acordo com o governo e põem fim à greve do sector público ■ Amnistia Internacional pede uma vez mais aos EUA que acabe com a pena de morte.

5
Quinta-feira

Mário Soares participa pela última vez, como Chefe de Estado, nas comemorações do 5 de Outubro, em Lisboa ■ Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, após uma investigação aos centros de saúde da área de Lisboa, elaboram relatório denunciando que, "as condições de trabalho não podiam ser piores" ■ O Presidente norte-americano, Bill Clinton, anuncia um acordo de cessar-fogo na Bósnia que entrará em vigor na próxima semana ■ O Parlamento da ex-república jugoslava da Macedónia aprova uma lei que modifica a bandeira nacional ■ O Gabinete Federal de Estatística alemão revela que o número de desempregados no país aumentou em Setembro para 48 mil.

6
Sexta-feira

Em Santarém, trabalhadores da Câmara descobrem uma mesquita secundária, durante as escavações num armazém ■ Universidades francófonas da Bélgica paralisam devido a greve do pessoal, que se manifesta exigindo um maior orçamento para o ensino ■ O gabinete de Alain Juppé desmente formalmente os rumores sobre a demissão do presidente francês ■ Uma bomba explode em Lyon, à saída do metro provocando doze feridos ■ Bill Clinton anuncia medidas de abertura comercial em relação a Cuba.

7
Sábado

O futuro ministro da Presidência, António Vitorino, garante que o Governo PS irá abolir as portagens em Ermesinde e na CREL ■ O corpo de Francisco Sá Carneiro é exumado no cemitério do Lumiar em Lisboa; trata-se da última tentativa de apurar as causas do acidente de Camarate ■ Um grupo de norte-americanos, incluindo universitários

e representantes de organizações sociais, encontram-se com Fidel Castro numa visita a Cuba e criticam publicamente o embargo imposto pelos EUA àquele país ■ Um violento sismo abala a ilha indonésia de Sumatra e provoca cerca de cem mortos e dezenas de feridos.

8
Domingo

A freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães, repete as eleições, que desta vez decorrem sem incidentes; o mesmo não sucede no concelho de Barcelos, onde se repete o boicote ao acto eleitoral ■ As primeiras projecções dos olivicultores do Alentejo apontam para uma quebra na apanha da azeitona de 20% em relação ao ano de 94 ■ As autoridades francesas anunciam novo atentado em França numa via férrea perto de Paris ■ Michelle Olga da Silva, cientista portuguesa a trabalhar na África do Sul, descobre que é possível congelar os órgãos a 196 graus negativos mantendo-os vivos durante cinco anos ■ Sismo abala a ilha de Java provocando cerca de oito dezenas de mortos e dois mil feridos ■ O Papa João Paulo II termina a sua visita aos EUA onde foi recebido com hostilidade por centenas de manifestantes que criticavam as suas posições conservadoras.

9
Segunda-feira

Mário Soares inicia ronda de audiências aos partidos parlamentares, recebendo o PCP, os Verdes e o CDS/PP ■ Bruxelas aprova um pacote de 182 milhões de contos para modernizar a Indústria Têxtil; os industriais consideram a verba insuficiente para as necessidades do sector ■ As principais federações sindicais francesas de serviços públicos convocam uma greve no sector ■ A igualdade e o tratamento no emprego entre os trabalhadores de ambos os sexos é garantido em Macau por decreto-lei do Governador, General Rocha Vieira ■ Assinala-se o Dia Internacional contra o fascismo e o Anti-semitismo ■ Inicia-se em Blackpool a Conferência anual do Partido Conservador britânico.

10
Terça-feira

Cavaco Silva anuncia oficialmente a sua candidatura à Presidência da República ■ O vice-presidente da Câmara do Porto, Gomes Fernando, renuncia aos cargos que exercia "por ter perdido a confiança política" nos vereadores que não o aceitavam como substituto de Fernando Gomes ■ É assinado o contrato de gestão do Hospital Amadora-Sintra; o Estado fica a pagar 7,8 milhões de contos por ano aos privados que passam a assegurar a gestão ■ A França fica praticamente paralisada com a greve dos funcionários públicos ■ Jovem timorense de 15 anos é assassinado em Dili pelas forças indonésias.

A

análise mais pormenorizada dos resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro confirma inquestionavelmente que o traço mais evidente da vontade expressa pelo eleitorado foi de uma devastadora

denegação da política cavaquista.

A verdade é que, reflectindo embora pontos de vistas e objectivos diversos, todas as votações, à excepção dos 34% obtidos pelo PSD, traduzem uma recusa frontal das consequências e dos métodos da governação da última década. Se o PS acaba a ser o grande beneficiário desta recusa e recolhe uma percentagem assinalável de «voto útil» que espera assim melhor garantir a alternativa, a votação na CDU e no CDS/PP igualmente traduzem a rejeição do cavaquismo, mesmo que, evidentemente, a partir de pressupostos inteiramente diversos.

E, no caso do PP, embora seja simples descortinar uma radicalização à direita que tornam perigoso o populismo do seu discurso, há que ter em conta que tudo indica ter o restaurado CDS recolhido uma significativa percentagem do protesto contra as consequências da política europeia do PSD, situação tanto mais contraditória quanto o mesmo CDS/PP, simultaneamente com o seu discurso interno antieuropeísta até roçar a xenofobia, tem alinhado activamente no Parlamento Europeu e mesmo na Assembleia da República com as mais desastrosas e ameaçadoras medidas dessa política europeia servilmente aceites pelo derrotado Governo.

Poucas vezes um Governo português terá tido como tem o previsível próximo executivo do PS a possibilidade de saber com toda a clareza o que é que a maioria esmagadora do povo português não quer.

Alinhar os males de que o País sofre, do desemprego à destruição do tecido produtivo, da crise do ensino aos problemas de segurança, do caos escolar aos riscos da integração, da corrupção ao clientelismo, é compreender o sentido do voto de 1 de Outubro, é compreender que nesse voto o eleitorado investiu um enorme capital de esperança de que tudo isso irá mudar.

A própria relativamente baixa taxa de abstenção acaba ela própria a traduzir que o País quis a mudança e acredita que ela é possível.

E, como o PCP e a CDU repetidamente afirmaram ao longo da sua campanha, ela é de facto possível, constituindo os

próprios resultados eleitorais a primeira e muito palpável prova de que assim é. Mas se estes resultados eleitorais determinaram a mudança de governo, o capital de esperança existente investe-se essencialmente na expectativa da mudança de política.

O eleitorado criou as condições; agora, legitimamente, quer os resultados.

Assim, o novo Governo enfrenta uma situação peculiar. O País tem nele os olhos postos e o executivo assenta numa vontade inequívoca de mudança; mas a grandes capitais correspondem sempre grandes responsabilidades.

O PSD conduziu uma campanha eleitoral clamando que o PS se dobrava em promessas incumpríveis; a CDU, pelo contrário, sublinhou a incongruência entre as promessas eleitorais

Com toda a justiça, o povo português requer medidas com a dimensão e prestreza correspondentes à gravidade dos problemas que o atingem e à profundidade da crise a que o País foi conduzido.

socialistas, frequentemente laterais aos reais e graves problemas do País, e as bem concretas afirmações de intenções a deixarem adivinhar a continuação da política que tão claramente Portugal condenou nas urnas.

Não se respeitará seguramente o capital de esperança que os números eleitorais traduzem prosseguindo Maastricht e Schengen com o mesmo servilismo que caracterizou o cavaquismo, não se respeitará seguramente o capital de esperança que os números eleitorais traduzem prosseguindo com as privatizações a delapidação do património público, não garantindo firmemente uma política de emprego, não assegurando substanciais alterações nas condições de vida dos trabalhadores, da juventude, dos reformados, dos pensionistas, dos sectores mais afectados pela política dos governos PSD.

Há na exigência de mudança que as legislativas consubstanciam um traço de urgência. A dimensão da derrota da direita traz em si um elemento

de esgotamento da paciência por parte do povo.

As próprias condições que rodearam o último acto eleitoral, e especialmente o desnecessário prolongamento da vigência do cavaquismo agonizante após a deserção do seu principal responsável geraram uma palpável saturação, uma justificada impaciência face à necessidade de alterar o estado das coisas, o rumo do País.

Com toda a justiça, o povo português requer medidas com a dimensão e prestreza correspondentes à gravidade dos problemas que o atingem e à profundidade da crise a que o País foi conduzido. E, justamente também, entende-as urgentes.

Convirá ter em conta que se esta exigência encontra inteira justificação no plano social e económico da nossa vida colectiva, encontra-o igualmente no plano político.

Os derrotados de 1 de Outubro lançaram nesse próprio dia os contornos dos seus passos imediatos, concretizados ontem com o anúncio da candidatura presidencial de Cavaco Silva.

Como muito bem assinala o comentário a propósito emitido pelo PCP, na candidatura, «provavelmente bastante mais do que a esperança de recompor as posições do PSD no plano institucional, terá sobretudo pesado a necessidade de Cavaco Silva de fugir ao previsível ajuste de contas público que o PSD lhe reservava em caso de novo abandono».

Mas, pese a fragilidade de um candidato que é o maior derrotado de 1 de Outubro, a realidade é que o eleitorado manifestará a sua vontade novamente dentro de escassos três meses.

Três meses pode ser pouco tempo, mas pode também ser muito tempo.

Quando há um capital de esperança com a dimensão que se traduziu na devastadora derrota da política de direita, as próprias condições por ele criadas se transformam em acrescidas exigências, nas quais o tempo também conta.

Na nota do PCP sobre o anúncio da candidatura de Cavaco sublinha-se também que «é do interesse da democracia portuguesa, e também do interesse da luta que prosseguirá por uma real mudança democrática na vida nacional, que as pretensões e ambições presidenciais de Cavaco Silva sejam derrotadas pelo voto dos portugueses».

E o próximo voto dos portugueses reflectirá também sem dúvida a forma como se tenham até então cumprido as esperanças que depositou naquele que entregou no passado 1 de Outubro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotelo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotelo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhad — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O primeiro milho

Se bem nos lembramos, desde há muito que é assim nas primeiras semanas que se seguem ao apuramento dos resultados de eleições legislativas.

É o tempo de doses variáveis de uma mal disfarçada arrogância intelectual e política dos «vencedores» e das suas repentinamente reforçadas legiões de apoiantes; o tempo das operações de exploração em profundidade do sucesso obtido, designadamente procurando intimidar ou coagir psicologicamente adversários ou discordantes na esperança de que interiorizem sentimentos de desânimo que os resultados, em rigor, não justificam; o tempo das interpretações e dos critérios de avaliação dos resultados feitos «à la carte»; o tempo da rasura deliberada de todas as realidades políticas, sociais e eleitorais e de todos os problemas de fundo cuja evocação possa beliscar o acrítico endeusamento de uma alternância despojada de alternativa.

Bem vistas as coisas, vale a pena estar atento a alguns elementos deste quadro geral, mas já não valerá a pena qualquer enervamento. É que atrás do tempo, tempo vem e, mais cedo do que muitos julgam, a poeira acabará por assentar.

Entretanto, vale a pena registar para a pequena história deste tempo pós-eleitoral

que o director do «Público» conseguiu ver nos resultados das últimas eleições «*uma vontade inédita de bipolarização entre os dois principais partidos*», o que só comprova que alguns não desistem dessa suprema forma de dogmatismo que consiste em torcer a realidade até que ela se encaixe nos seus esquemas pré-definidos. Com efeito, o carácter supostamente inédito desta alegada vontade de «bipolarização» não resiste à óbvia observação de que as principais alterações no peso relativo dos quatro principais partidos já vêm de 1987, à óbvia anotação de que, em 1 de Outubro, PS e PSD juntos até somaram uma percentagem inferior à de 1991 e à necessária recordação de que o próprio Vicente Jorge Silva, há quatro anos (em 7.10.91), já escrevia que «*a bipolarização prevista foi confirmada pelas urnas*» e que se tratava de «*uma bipolarização imperfeita*».

Também vale a pena registar que, num debate da SEDES, José Miguel Júdice (PSD) sentenciou que o PCP «*daqui para a frente já não serve para coisa nenhuma, uma vez que o PS pode, sozinho, governar em nome da esquerda*» e Leonardo Ferraz de Carvalho (apoiente do PP) decretou que «*o PCP teve um resultado terrível porque tinha a aspiração de ser necessário e já não é*».

Deixando de lado as concepções retintamente antidemocráticas que assim se desvendam sobre o que seja o papel dos partidos e o respeito que se deve à vontade e aspirações dos eleitores que neles confiam, assinalemos simplesmente que Ferraz de Carvalho está manifestamente confundido: é que o PCP e a CDU não fizeram campanha sob o slogan «*a esquerda - necessária - para - ajudar - o - PS - quando - estiver - ameaçado - pela - direita*» mas sim como «*a esquerda necessária para uma nova política*», o que continua a ser inteiramente válido e verdadeiro.

Quanto a J.M. Júdice e à sua afirmação de que o PS vai governar «*em nome da esquerda*» (quando o mais provável é que vá governar em nome dos «*mercados*»), bem pode tirar o cavallinho da chuva porque se há coisa que terá um decidido combate dos comunistas é a aplicação em Portugal do truque mistificatório já aplicado em França e em outros países e que consiste em as vitórias eleitorais serem sempre atribuídas aos Partidos Socialistas mas já os seus retumbantes fracassos governativos serem sempre assacados à «*esquerda*», procurando por esta via que os comunistas também paguem pela política que, afinal, até combateram firmemente.

■ Vítor Dias

A farsa dos tabus

Quebrou-se na terça-feira, à hora dos telejornais, o último tabu que o país há muito adivinhava: Cavaco Silva anunciou a sua candidatura à Presidência da República.

Deixemos momentaneamente de lado o desenvolvimento da observação de que um tal personagem - símbolo de uma década de exercício de poder arrogante, autoritário, violador de princípios básicos da vida em democracia - se apresenta particularmente desqualificado para o exercício da mais alta responsabilidade política da nação, a quem nomeadamente incumbe «*garantir o regular funcionamento das instituições democráticas*» e «*defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República*».

Desfoque-se a atenção, do mesmo modo, da suprema hipocrisia de quem se queixa do «*atraso*» do lançamento da sua candidatura à Presidência da República, quando vem de há muito prolongando o exercício das funções de primeiro-ministro para tentar condicionar as escolhas eleitorais dos portugueses e levar a cabo uma meticulosa pré-campanha ao cargo que ambiciona.

Intenções do personagem à parte - embora sem dificuldade se admita que a pesada derrota que ele e o PSD averbaram no dia 1 de Outubro terá feito oscilar planos urdidos de forma tão calculada - o que convoca hoje o comentário é a farsa dos tabus que há quase um ano vêm povoando o imaginário político português.

A farsa dos tabus é a história de um primeiro-ministro que não queria deixar o poder...

E que batido pelo forte e continuado descontentamento do povo, vendo-se como homem do leme de um barco à deriva, imaginou que poderia a todos enganar e salvar-se do naufrágio iminente.

Renunciou por isso ao lugar de eventual futuro primeiro-ministro, sem entretanto largar o poder. Escolheu no partido um sucessor fiel e fê-lo vitoriar num congresso de seguidores atemorizados. Com o falso desprendimento de futuro ex-primeiro-ministro, empreendeu de seguida uma colossal glorificação das realizações da década, e envolveu directamente o governo, num nível nunca anteriormente visto, no apoio eleitoral ao seu partido e ao herdeiro que escolhera. E, por último, apesar do cansaço e das saudades pela docência que invocara aquando da renúncia ao lugar de eventual futuro primeiro-ministro, apresentou-se como candidato à Presidência.

Que está a falhar, entretanto, nos planos do professor?

Como acontece com os espertos, que pululam, esqueceu-se que *a inteligência é o bem mais repartido por toda a gente.*

■ Edgar Correia

A Comunicação Social e a lei

A Comissão Nacional de Eleições anunciou já a instauração de diversos processos por violações da lei eleitoral, encontrando-se ainda em estudo numerosos casos. Na sua maioria, os processos referem-se a violações no tocante à divulgação de sondagens eleitorais em moldes que contrariam o estabelecido pela lei, bem como outras violações, como é o caso da recusa à transmissão de tempos de antena pela SIC.

O número de processos que a CNE tem sido obrigada a instaurar tem vindo a aumentar de eleição para eleição e o facto não pode deixar de merecer alguma reflexão, nomeadamente na medida em que este crescimento se deve a alegadas violações por parte de órgãos de Comunicação Social. Diga-se de passagem que o uso do termo *alegadas* é uma concessão ao rigor jurídico da linguagem, uma vez que na maioria

dos casos a transgressão é assumida e anunciada claramente pelos autores.

Nenhuma lei pode ser considerada perfeita e eterna. A arquitectura jurídica de uma sociedade altera-se constantemente, mesmo sem que isso suceda no quadro de roturas de fundo dos seus sistemas políticos: também aqui a experiência da vida aconselha e determina correcções de erros, falhas ou insuficiências ou o reflexo de novas realidades e necessidades.

A crítica das disposições legais é um direito nas sociedades democráticas, que comportam mesmo a intervenção cívica e política com vista à sua modificação. Mas é evidente que a crítica e intervenção contra uma disposição legal tem, antes de mais nada, de se sustentar num mínimo coerente de argumentos

que sugiram as razões da crítica e proponham alternativas. A pura desobediência arbitrária e acrítica não constitui uma forma defensável de comportamento no quadro de uma sociedade democrática.

O comportamento de alguns órgãos de Comunicação Social face a uma legislação tão sensível na democracia como é a eleitoral é, assim, no mínimo inquietante.

Na verdade, fora dos actos eleitorais, não se assiste a uma intervenção consequente da Comunicação Social no sentido de criticar a legislação vigente, de propor para ela modificações. Mais ainda, não se vê a Comunicação Social assumir o papel que inteiramente lhe caberia de ser a promotora de um debate amplo e aprofundado sobre o problema.

Não. O que sucede é que, face a cada situação em concreto, alguns órgãos de Comunicação

Social se sentem simplesmente no direito de não cumprirem a lei.

O precedente é perigoso, e as primeiras vítimas podem vir a ser exactamente os órgãos de Comunicação Social. A verdade é que o edifício legislativo das sociedades democráticas inclui seminalmente o direito à informação e a liberdade de informação e tais direitos e liberdades são fixados em lei emanadas do poder político que tem simultaneamente o dever de as defender.

Se os órgãos de Comunicação Social se arrogam o direito de não respeitar sistematicamente leis que lhes dizem respeito, podem estar a abrir perigosos precedentes para que outros igualmente não respeitem outras leis que também lhes dizem respeito.

E que são vitais.

■ Ruben de Carvalho

CUBA

Novo assalto...

O bloqueio económico que os EUA implacavelmente impuseram a Cuba, desde há mais de 30 anos, tem constituído um instrumento permanente na sua estratégia de liquidar a revolução cubana. A aprovação, há duas semanas, na Câmara dos Representantes dos EUA, do projecto de lei Helms trouxe para primeiro plano a discussão do seu reforço. Reforço e maior internacionalização, pois a lei Torricelli revelou-se, graças à luta do povo cubano e à solidariedade internacional, insuficiente no seu intuito de isolar Cuba.

Jesse Helms, presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado dos EUA, republicano da extrema-direita, entende que chegou a altura para o «último assalto». E não podia ter sido mais claro quando, em Fevereiro, declarou com arrogância: «Que Castro deixe Cuba em posição vertical ou horizontal é um problema seu e do povo cubano. Mas ele deve partir e partirá.»

Apostando no colapso económico - através de medidas que impeçam Cuba de receber recursos vitais - e no desgaste social, o senador Helms, para atingir tais objectivos, propõe clara e abusivamente a ingerência nos assuntos internos doutros Estados, através de legislação de carácter extraterritorial, violadora do direito internacional. E a condenação do bloqueio pela A.G. da ONU, em 3 anos consecutivos, pouco lhe importa. O texto do projecto de lei de Helms, que conta com o apoio do congressista Burton, manifesta de forma evidente os anseios de hegemonia mundial por parte dos EUA.

A nova ofensiva dos sectores mais reaccionários da sociedade americana é portadora da sua impaciência e desespero. Pensaram que Cuba soçobriaria rapidamente após o desmembramento da URSS. E que a lei Torricelli constituiria um contributo decisivo para tal. Mas, entretanto, Cuba conseguiu fazer frente à crise. Reorientou o seu comércio externo, operou profundas alterações nas estruturas económicas, liberalizou a posse do dólar, procedeu ao saneamento financeiro, legislou no sentido duma grande abertura ao investimento estrangeiro.

Estas medidas que permitiram a Cuba deter a regressão do PIB - no final de 94 já revelou um crescimento de 0,7%, que saltou para 2% no primeiro semestre de 95 - introduzem elementos capitalista na economia cubana. E, conseqüentemente, fenómenos negativos (desigualdades, corrupção, etc.) com os seus inegáveis reflexos sociais. Estes riscos, que o poder em Cuba considera inerentes à necessidade de resistir, têm sido amplamente discutidos e assumidos pelo povo cubano. Ao reforço do bloqueio, às provocações, ingerências, actos de terrorismo e de manipulação de massas, tem-se contraposto o aprofundamento da democracia participativa, factor e elemento essencial da consciência nacional e revolucionária do povo cubano.

O percurso para a aprovação definitiva do projecto de lei Helms-Burton ainda será longo. Longo e contraditório. Homens de negócios, sectores importantes da opinião pública e da administração dos EUA têm-se pronunciado pelo levantamento do bloqueio. Duas concepções se perfilam: uma, traduzida no reforço do bloqueio, visando estrangular Cuba e conduzir a uma rápida desestabilização económica, social e política; outra, baseando-se no pressuposto que a introdução de «profundas reformas de mercado» e o seu sucesso influenciará vários sectores que, organizando-se, minariam progressivamente o poder. Clinton joga nas duas; o anunciado levantamento de algumas «sanções culturais» mais não visa que incrementar a acção subversiva da CIA.

No imediato, urge impedir a aprovação do projecto de lei Helms-Burton. Cabe-nos importante papel para a sua denúncia no nosso país. É necessário reforçar a intervenção de todos - organizações políticas e sociais, entidades e personalidades diversas, instituições - que se têm pronunciado contra o bloqueio. Portugal deverá assumir frontalmente na A.G. da ONU a condenação de tão injusto, ilegal e desumano bloqueio.

Este combate desigual, cínico e odioso tem de terminar, há-de terminar. Cuba e o seu povo derrotarão mais este assalto!

■ Manuela Bernardino

Organizações do Partido analisam resultados distritais

Os resultados eleitorais estão a ser objecto de profunda análise por parte das organizações regionais do PCP, algumas das quais divulgaram já as suas conclusões. Para esta semana estavam previstos vários plenários e reuniões para debater as eleições e definir as tarefas próximas do Partido nos vários distritos.

Afirmando que as eleições de 1 de Outubro «corresponderam ao alcance um dos objectivos definidos pelo PCP: derrotar a direita e demonstrar inequivocamente a vontade de mudança do povo português», a **Direcção Regional** de Setúbal observa que «para a colocação em minoria do conjunto do PSD e do CDS/PP na Assembleia da República foi determinante a contribuição do PCP ao longo dos anos, a par da luta e protesto dos trabalhadores e das populações, e a campanha eleitoral da CDU».

Embora aquém das expectativas e necessidades, o resultado da CDU, ao conservar no fundamental o seu eleitorado, «reafirmou o PCP com grande partido nacional», considera a DORS sublinhando que no distrito de Setúbal, em relação às eleições legislativas de 1991, a CDU aumentou em termos absolutos cerca de dois mil votos e passou de terceira para segunda força eleitoral».

Esta recuperação não impediu no entanto a perda de um deputado, facto que se explica pela curta margem de apenas 817 votos com que foi eleito, em 1991, o 5º candidato da CDU pelo distrito. Acresce a circunstância de o PS, «conseguindo um grande movimento de transferência de votos resultante da enorme quebra eleitoral do PSD, ter beneficiado pela aplicação do método de atribuição de deputados».

Por outro lado, a nota da DORS frisa que a direita teve uma grande derrota: «o PSD obteve uma brutal quebra, o CDS cresceu mas ao contrário do que se pretendeu fazer crer, não foi a primeira vez que o CDS elegeu um deputado pelo distrito - tal já aconteceu em 1983».

A DORS conclui que se verificou «uma nova arrumação de forças no campo da direita, após duas eleições sucessivas o PSD ter alcançado a maioria absoluta absorvendo parte do eleitorado do CDS, mas a direita no seu conjunto perdeu 40 mil votos e dois deputados no distrito de Setúbal».

CDU reforçada em Braga

A Direcção Regional de Braga salienta que naquele

distrito «o PSD é a única das quatro forças políticas mais representativas que diminuiu a sua votação, com a perda de cerca de 54 mil votos, mais um quarto dos votos obtidos em 1991».

Destacando a derrota do PSD - «grande objectivo da luta política do PCP desde há anos e importante objectivo eleitoral para estas eleições legislativas» - a DORBraga refere que o «anseio generalizado de mudança» e a bipolarização «forçada e artificial (...) acabaram por condicionar e determinar a tendência dominante do voto».

«O PS, o grande beneficiado neste conjuntura, recolhe grande parte do voto deslocado do eleitorado anterior do PSD e ainda o voto útil de esquerda, preocupado em não deixar fugir a oportunidade de derrotar a direita», explicam os comunistas de Braga.

«Neste quadro de bipolarização e alguma dramatização à medida que se aproximava o dia das eleições», a votação na CDU não foi suficiente para a eleição de um deputado pelo distrito, mas demonstrou de forma clara «a existência de uma base eleitoral de grande estabilidade e firmeza e o surgimento de novos apoiantes, tanto em eleitorado novo, como eleitores recuperados. No distrito, a CDU registou pequenas subidas de votos em 10 dos 13 concelhos e o aumento total distrital de cerca de 1300 votos, relativamente a 1991».

Esta estrutura regional do PCP salienta ainda o facto de a direita ter ficado em minoria na Assembleia da República, apesar da subida do PP «numericamente significativa». Saliente-se a propósito que o crescimento do PP (mais de 24 mil votos) não compensou os 54 mil votos perdidos pelo PSD no distrito. É também verdade que o reforço dos populistas se fez em grande parte à custa do eleitorado que lhe fugira anteriormente atraído pelo cavaquismo, muito embora em Braga, o PP (com 48 mil votos) tenha ficado muito aquém dos resultados de 1983 (69 mil votos) e de 1985 (mais de 55 mil votos).

Recordando as promessas do PS e do futuro primeiro-ministro, a DORBraga subli-



nha que os comunistas estarão atentos e vão «lutar pelo cumprimento dos compromissos declarados» e considera que «será grave que os trabalhadores do distrito, os pequenos e médios empresários, comerciantes e agricultores, os jovens, os reformados, o povo em geral, sejam frustrados nas expectativas que depositaram ao dar o seu voto».

Força indispensável

«Não tendo atingido os resultados a que legitimamente aspirava e que o distrito e o País necessitavam, a CDU manteve, no essencial, o seu eleitorado, o que é um facto a sublinhar face ao clima de artificial bipolarização e à eviden-

te discriminação sofrida pela CDU em importantes órgãos de comunicação social», destaca a DOREV do PCP acrescentando:

«No distrito de Évora a CDU manteve a sua posição relativa, o número de votos e o seu deputado apesar da emigração despovoamento que as políticas de direita têm vindo a acentuar e que atinge sobretudo o eleitorado da CDU. Ao manter o número de votos num quadro de quebra da população, tal significa que muitos novos eleitores foram sensíveis às propostas da CDU e deram o seu voto à Coligação».

Saudando o empenhamento e militância na campanha eleitoral, a DOREV afirma que «o PCP, no País, no Alentejo, no distrito de Évora continua a ser

uma força imprescindível e indispensável com propostas que asseguram uma real mudança, que garantam a criação de emprego e a melhoria das condições de vida que promovem o desenvolvimento e o progresso social».

Os comunistas de Évora estão convictos de que «o voto no PS foi sobretudo um voto contra o PSD e a sua política» e manifestam-se determinados para intervir no plano regional e nacional, para que «as expectativas de mudança não se frustrem».

A DOREV insistentemente na necessidade de «medidas que garantam o desenvolvimento da agricultura e a instalação de novas indústrias na região criando-se empregos, promovam o aproveitamento dos recursos hídricos (a constru-

ção da Barragem dos Minutos, Frei Joaquim e Ana Loura entre outras e a aceleração dos trabalhos de Alqueva), aumentem o nível dos salários reais e das pensões de reforma, concretizem a regionalização e ponham termo ao processo de desertificação e envelhecimento da população do distrito de Évora e do Alentejo».

Na sequência do elevado empenhamento de militantes e organizações na campanha eleitoral e da aproximação e adesão ao PCP de muitos novos membros designadamente jovens, a DOREV decidiu promover um conjunto de reuniões visando o reforço da organização e da sua ligação aos problemas, anseios e necessidades da região.

CAMARADAS FALLECIDOS

António Almeida

Faleceu, no passado dia 29 de Setembro, como 53 anos de idade, **António Nunes de Almeida**, natural de Fuinhas (Fornos de Algodres).

Era membro da Comissão de Freguesia de Santo Condestável e da Célula do Banco Totta e Açores.

Era activista sindical desde a sua admissão no Banco, há 27 anos, e integrava actualmente o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, bem como o Secretariado do BTA, tendo pertencido, em diversos períodos, à Comissão de Trabalhadores.

Dália Bastos

Faleceu, no passado sábado, com 78 anos, **Dália Augusta Cardoso Bastos**. Natural de Almada e residente em Cacilhas, apoiou a luta operária durante o período clandestino e após o 25 de Abril militou na Célula das Domésticas na Freguesia de Almada. Foi membro activo na Comissão de Moradores de Cacilhas e fazia parte do Colectivo da Freguesia de Cacilhas onde, até a saúde o permitir, executou as mais variadas tarefas.

Eduardo Mascaranhas

Faleceu **Eduardo dos Santos Mascaranhas**, militante activo na organização de Corroios e colaborador assíduo da Festa do «Avante!». Era membro da URAP e esteve preso antes do 25 de Abril.

Joaquim Santos

Faleceu recentemente **Joaquim Sousa Santos** que pertenceu à Célula do Arsenal do Alentejo e à organização de Freguesia de Corroios.

José Passinhas

Faleceu **José Passinhas**, que foi membro da Comissão Concelhia do Seixal e pertenceu à célula da Automática. Presentemente integrava a organização de Freguesia de Amora.

Manuel António

Faleceu, no passado dia 1 do corrente mês, com 76 anos, **Manuel António**, natural de S. João dos Caldeireiros (Mértola). Era membro do Partido desde 1975 e estava organizado na Freguesia de S. Domingos de Rana.

Manuel Saraiva

Faleceu, no passado dia 11 de Setembro, **Manuel Sá Saraiva**, militante do Partido antes do 25 de Abril, actualmente organizado na Freguesia da Baixa da Banheira, no concelho da Moita.

Sebastião Guerreiro

Faleceu, sexta-feira da passada semana, em Vila Real de S. António, como 78 anos de idade, **Sebastião Lourenço Guerreiro**, motorista reformado. Era membro do Partido antes do 25 de Abril, foi delegado sindical dos Transportes Guadiana e era actualmente responsável pelo funcionamento do Centro de Trabalho local do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Campanha Nacional de Fundos

Atingidos 130 mil contos — último esforço para cumprir a meta!

Segundo os últimos dados apurados da Campanha Nacional de Fundos, foram já atingidos os 130 mil contos, estando assim próximo o cumprimento integral da meta estabelecida até ao final do ano.

O período pré-eleitoral, como era previsível, trouxe uma certa quebra no ritmo da campanha. Por isso, impõe-se retomar este trabalho e fazer um último esforço, continuando a recolha de contribuições e as iniciativas até ao seu encerramento.

Cada organização, cada sector de trabalho, assim como cada militante, terão de se empenhar vigorosamente para cumprir as metas parciais inicialmente definidas para que seja possível fechar em beleza esta grande iniciativa do Partido.

Urge desta forma redobrar os contactos, alargando-os a sectores e pessoas ainda não

APOIAR O PCP
reforçar a CDU nas Eleições
uma alternativa com os trabalhadores

130
mil contos para o Partido

PCP

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

abrangidos. Do subsídio de Natal, por exemplo, por que não destinar uma pequena per-

centagem para a Campanha, sabido que o pouco de muitos será muito?



Terminal do Barreiro Câmara exige soluções

A Câmara Municipal do Barreiro exigiu a adopção de medidas que criem melhores condições de funcionamento no novo terminal fluvial. Em causa estão vários aspectos relacionados com o estacionamento, abrigos, vias de acesso, carreiras rodoviárias e soluções para o percurso entre o cais dos barcos e o comboio.

Para o Município, de acordo com uma nota sobre o assunto divulgada aos órgãos de comunicação social, a questão fundamental reside no entendimento de que a fase em que se encontra o Terminal, inaugurado há umas semanas, está longe de poder ser considerada como finalizada.

Com efeito, depois de ter suscitado várias questões ao longo do processo de elaboração e execução do projecto - processo durante o qual a Câmara do Barreiro chamou insistentemente a atenção junto da CP para aspectos e soluções que importaria contemplar -, a vida veio comprovar a justeza dessas diligências e alertas, bem como a necessidade de dar resposta aos problemas elencados.

Nesse sentido, está, aliás, a ser ultimado um relatório a entregar à CP onde se recenseiam os principais problemas e onde se apontam as respectivas medidas e soluções preconizadas pelo Município.

Entre os problemas mais sentidos pelos milhares de pessoas que diariamente utilizam o terminal do Barreiro - relativamente aos quais a Câmara se mostra disponível no sentido de colaborar empenhadamente na sua resolução - encontra-se a necessidade de construir mais estacionamentos, bem como de mais abrigos para as paragens de autocarros e praças de táxis.

A justificar consideráveis melhorias estão ainda, por outro lado, as vias de acesso (semáforos nos dois nós de ligação da Av. da Liberdade ao Terminal; passagem desnivelada), e, bem assim, as condições de acesso no percurso entre o cais dos barcos e o comboio, as quais, do ponto de vista da Câmara do Barreiro, requerem soluções diferentes, a exemplo do que se verifica em outros terminais.

Na Moita, no arranque do ano escolar "Meninos de Todas as Cores"

No concelho da Moita, a recepção aos novos alunos que entram pela primeira vez na escola está a constituir, a exemplo de anos anteriores, um momento especial marcado por grande animação e alegria. Iniciada na passada segunda-feira, sob o lema "Meninos de Todas as Cores", esta iniciativa prolonga-se até ao próximo dia 20 envolvendo cerca de 850 crianças do primeiro ano do ensino básico e pré-escolar público. A visita à Biblioteca

Municipal número dois, situada no Vale da Amoreira, onde técnicos de animação do Município as esperam com um programa de actividades em torno do tema "Meninos de Todas as Cores", será o ponto alto desta recepção.

Nos seus objectivos, como assinala em nota à imprensa, a autarquia visa com esta iniciativa contribuir para reforçar a ligação entre a escola e o meio, incluindo, desta vez, por um lado, uma "viagem" pela expo-

sição de brinquedos e trajes tradicionais de crianças de vários pontos do globo cedida pela Oikos-UNICEF, e, por outro, a narração da história "Meninos de Todas as Cores - a Viagem do Miguel", da autoria de Luísa Ducla Soares.

Além de garantir o transporte das crianças participantes, a Câmara oferece a cada uma delas uma pasta contendo materiais didácticos e um caderno concebido especialmente para o efeito.

Não aos ensaios nucleares franceses!

A Assembleia Municipal da Moita aprovou na sua última reunião um voto de protesto contra os testes nucleares franceses no Pacífico Sul. No texto, aprovado em 28 de Setembro último, chama-se a atenção para o perigo que representa para a Humanidade o recurso a tecnologia nuclear, seja para a produção de energia, seja sobretudo para a utilização bélica.

No cinquentenário do lançamento sobre Hiroshima e Nagasaki das primeiras bombas

nucleares e do seu cortejo de horrores, a Assembleia Municipal assinala no seu voto de protesto a importância de envidar todos os esforços no sentido de contribuir para a "desmilitarização e para a paz".

Associando-se ao vasto movimento, a nível internacional, de "protesto contra os ensaios nucleares", o voto expressa ainda o "dever de contribuir para a salvaguarda do nosso planeta" e para a necessidade de "assegurar o nosso futuro e o das gerações vindouras".

«Correr com o racismo» é no sábado

Integrada na campanha «Todos diferentes, Todos Iguais», irá realizar-se uma prova de atletismo não competitiva até à Praça da Figueira, em Lisboa, com partidas na Praça do Chile, Príncipe Real, Marquês de Pombal e Cais do Sodré. Esta iniciativa, a decorrer no próximo sábado, juntará mais de mil atletas unidos pela intenção de «Correr contra o Racismo pela Tolerância».

A organização desta manifestação desportiva anti-racista é da responsabilidade da Interjovem e da Frente Anti-Racista, bem como do Corpo Nacional de Escutas, Morna Associação Cultural Luso-Africana, Kabojovem, Amifesta e Federação Portuguesa de Colectividades.

A sensibilização de todos os cidadãos para a necessidade da tolerância, igualdade, amizade e solidariedade e a promoção do desporto como ocupação dos tempos livres e como elemento de convívio são os principais objectivos dos promotores da iniciativa.

A corrida, que tem marcada a partida para as 16 horas, não é competitiva. Junto à meta, irá realizar-se um espaço-convívio, com música, pintura, exposições e artesanato. Está aberta a todos os que nela se queiram inscrever e conta já com a

adesão de importantes atletas e dirigentes desportivos que desta forma se pronunciam de forma inequívoca contra a violência, discriminação e exclusão social, pelo respeito e pela igualdade na diferença.

De entre as muitas personalidades que apoiam esta iniciativa, encontram-se os cantores Pedro Abrunhosa, Boss AC e Tó Cruz, o encenador João Lourenço, o coordenador da CGTP-IN Carvalho da Silva, Roque Rodrigues (membro da Resistência Timorense em Portugal), o Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, os jornalistas Arons de Carvalho e Martins Amorim, e ainda os atletas Carla Sacramento, Armando Aldegalega, Conceição Ferreira, Dionísio e Domingos Castro, Sofia Avoila (campeã europeia de marcha) e Paula Pontes (ex-campeã nacional de Judo), os campeões olímpicos Aniceto Simões, António Leitão, Luís Horta, José Pinto, Carlos Lopes e Rosa Mota, as campeãs mundiais Albertina Dias, Manuela Machado e Susana Feitor, os futebolistas Oceano, Emanuel Amunike, Marco Aurélio e Naybet, o ciclista Joaquim Gomes e os árbitros internacionais de futebol Veiga Trigo e Jorge Coroado.

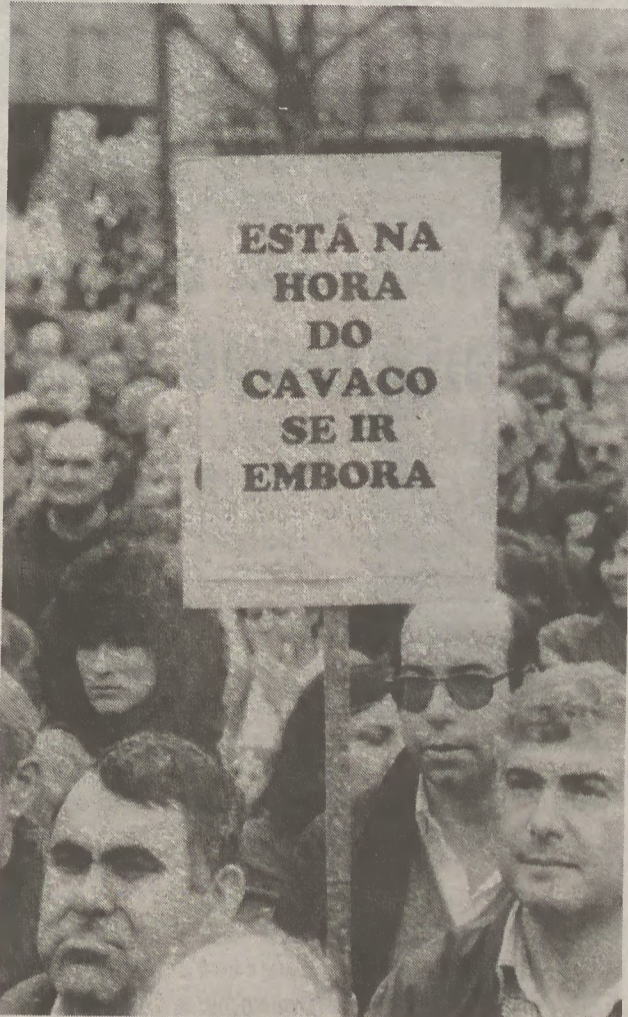
Hipótese recusada à partida pela CGTP Cavaco nunca poderá ser o candidato dos trabalhadores

A CGTP-IN nunca poderá apoiar Cavaco Silva como candidato às eleições presidenciais, afirmou o coordenador da central, num encontro com jornalistas após a reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da Inter.

Instado a comentar uma eventual candidatura do ex-presidente do PSD, Manuel Carvalho da Silva disse que Cavaco, «como primeiro-ministro, nunca conduziu o País a bom porto, não é de esperar que como Presidente da República o faça» - revelou a agência Lusa. Caso o ainda chefe de Governo se candidate a Belém, não terá certamente o apoio da CGTP, até porque revelou «características muito más para um Presidente, como o auto-elogio, a convicção de saber tudo e a vulnerabilidade à corrupção e compadrio».

Para o coordenador da Intersindical Nacional, a política de Cavaco Silva em questões estratégicas foi «um desastre» e fez com o que o *homem de sucesso* em Portugal seja hoje o «oportunista» e o «sem escrúpulos».

A reunião da Comissão Executiva da CGTP teve por objectivo preparar o Conselho Nacional da central, convocado para



ontem, e que deveria abordar os resultados das eleições legislativas e a actual situação política e laboral, nomeadamente as reivindicações para 1996 a partir

das propostas apresentadas aos partidos na Plataforma para uma nova política económica e social.

«Há uma enorme esperança

dos portugueses em relação a uma melhor política, quer no domínio fiscal, quer no combate ao desemprego», referiu Carvalho da Silva, frisando depois que as reivindicações sindicais não serão descuradas nos próximos tempos.

25 anos

Para ontem estava também marcada uma visita oficial do Presidente da República à sede da CGTP-IN, feita a convite da central, no quadro das comemorações do 25º aniversário da sua fundação. Carvalho da Silva disse a esse respeito que «o Presidente quer deixar, na visita, sinais de valorização dos sindicatos na sociedade portuguesa».

Nas comemorações dos 25 anos da Intersindical Nacional inclui-se também o comício-festa que tem lugar **amanhã, a partir das 21.30, no Porto (Cinema Terço)**, e que contará com uma intervenção de Manuel Carvalho da Silva e a actualização de Pedro Barroso. Para a sexta-feira seguinte (**dia 20**) está marcada outra iniciativa para o **Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa**, igualmente de âmbito distrital.

Destino da Vodratex adiado para Novembro

A assembleia de credores da empresa têxtil J. Fernandes F. Simões e Filhos, Lda (Vodratex), marcada para o passado dia 4 no Tribunal de Seia, foi adiada para 9 de Novembro.

O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, em comunicado que distribuiu na ocasião, volta a apelar à recuperação da empresa. «Viabilizem a empresa, não cometam um crime económico e social», reclama-se no comunicado com que o sindicato pretendeu sensibilizar os credores da Vodratex.

«A empresa é de uma importância vital ao tecido económico e social do concelho de Seia, que não pode ser subestimado por todos quantos desejam o desenvolvimento e o progresso social» - sublinha o sindicato.

A Vodratex é uma empresa relativamente moderna, usufruindo de um valioso património e com 700 trabalhadores. Estes, bem como a comissão sindical e o Sindicato Têxtil da Beira Alta, defendem que a viabilização da empresa evitaria que graves problemas sociais e económicos recaíssem sobre centenas de famílias que laboram, há dezenas de anos, na Vodratex e sobre uma região economicamente dependente do têxtil e onde não existem outras alternativas.

O passivo da Vodratex é estimado em cerca de 4,1 milhões de contos, entre os quais se contam dívidas à Segurança Social, ao fisco, a fornecedores e 160 mil contos de salários por pagar aos trabalhadores.

A Vodratex pertence ao grupo empresarial que envolve a Fisel, de Seia, outra empresa têxtil em situação económica difícil e com 600 trabalhadores com salários em atraso.

Seguros do Norte preparam alargamento

Está convocado para amanhã, a partir das 21 horas, na Cooperativa dos Pedreiros (Rua D. João IV, nº 1000), no Porto, um plenário de associados do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, com o objectivo de discutir o alargamento do âmbito geográfico do STSN.

O alargamento, «ponderadamente estudado» na Direcção, no Conselho Geral e nas tendências - como refere um comunicado enviado segunda-feira aos sócios - é «um dos passos a dar, entre outros, todos convergentes para o reforço, sem ambiguidades, do sindicalismo» e «sem esquecermos, nunca, que este há-de ser o produto do querer, da mobilização e da vontade efectiva dos trabalhadores».

Esta proposta, já divulgada e fundamentada num comunicado de 5 de Setembro, deverá ser definitivamente apreciada e votada no congresso do STSN, a realizar dentro de cerca de três meses.

Jovens do STAL reúnem hoje

Jovens dirigentes, delegados e activistas e a Direcção Nacional do STAL participam num plenário nacional que tem lugar hoje, em Setúbal, sob o lema «Transforma o futuro, participando».

Ao anunciar a realização do plenário, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local aponta dois objectivos que estão na base da iniciativa, «tendo em conta o novo quadro político resultante das eleições legislativas de 1 de Outubro último»:

- definir «a estratégia futura na exigência da resolução dos problemas dos jovens trabalhadores das autarquias, que passam, nomeadamente, por questões de emprego, carreiras, salários», e

- discutir «os contributos e participação



do STAL na importante Conferência Sindical da CGTP-IN sobre a juventude traba-

lhadora», que se realiza no próximo dia 25 de Novembro.



ABERTURA
2 PARA DAR A VOLTA A ISTO
UMA GRANDE VOTAÇÃO CDU

ENTREVISTA
4 DERROTAR A DIREITA
E IMPEDIR O SEU REGRESSO

ASSEMBLEIA
8 OS MALEFÍCIOS DA DÉCADA

INFORMAÇÃO
10 IMPRENSA «INDEPENDENTE»

CADERNO ELEIÇÕES
12 CDU - O VOTO ÚTIL
14 SUGESTÕES
PARA O TRABALHO ELEITORAL

ORGANIZAÇÃO
17 A LIGAÇÃO ÀS MASSAS
É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL
20 VIDA E LUTA
DOS TRABALHADORES DA
ESTACO
22 CENTRO HOSPITALAR
DE COIMBRA
24 UMA CÉLULA NOS HUC

ECONOMIA
33 A REPARTIÇÃO
DO RENDIMENTO NACIONAL

SOCIAL
38 SOBRE A ESTATÍSTICA
DO DESEMPREGO

HISTÓRIA
42 HÁ 50 ANOS, O MUD

INTERNACIONAL
49 A UCRÂNIA PERANTE
A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Realçando expectativas de mudança expressas nas eleições

Sindicatos da Função Pública exigem suspensão imediata da lei dos disponíveis

Reunida na semana passada em Lisboa, para apreciar os resultados eleitorais e as suas consequências para os trabalhadores do Estado, a direcção da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exigiu que o actual Governo suspenda de imediato a aplicação da lei dos disponíveis.

Para a FNSFP, «de acordo com os preceitos constitucionais, o actual Governo do PSD deve manter-se em funções de mera gestão até à tomada de posse do próximo Governo», pelo que não só deve ser suspenso aquele gravoso diploma, como há que criar «condições para a reparação dos prejuízos que o mesmo causou em dezenas de serviços, como por exemplo os da Segurança Social».

A suspensão da lei dos disponíveis «respeitará, por certo, o programa do futuro Governo, pois vai ao encontro da iniciativa tomada pelo Grupo Parlamentar do PS durante a legislatura que agora finda», afirma-se no comunicado de imprensa que a federação da Função Pública divulgou sexta-feira.

direita, política que agravou a situação económica e social do País e, na Administração Pública, conduziu à degradação dos serviços públicos e das condições de vida dos trabalhadores». «Esta derrota é também o resultado da luta persistente e corajosa dos trabalhadores e dos sindicatos, sendo justo realçar os da

insensibilidade social e as políticas antitrabalhadores do Governo do PSD», acrescenta o comunicado.

Ainda comentando os resultados de 1 de Outubro, a FNSFP afirma que «os trabalhadores votaram para tirar o PSD do Governo e para mudar de políticas» e «tais expectativas

Partido Socialista e futuro primeiro-ministro três meses antes das eleições». A federação recorda, a propósito, os «eixos prioritários» dessas propostas:

- «a defesa, melhoria e democratização dos serviços públicos»;

- «o reforço da negociação colectiva e da participação dos

Estas são propostas que «reflectem com rigor e realismo a situação da Administração Pública, apontando os caminhos de uma alteração para melhorar os serviços públicos e de uma política de recursos humanos que permita estancar e inverter a espiral de desvalorização das carreiras e dos salários, a omnipresente instabilidade de emprego e a violação dos direitos individuais e colectivos», considera a FNSFP.

Para «o processo de mudança que urge iniciar», defende a federação, «os sindicatos são um interlocutor indispensável», pelo que «a postura do Governo face aos representantes dos trabalhadores será o primeiro sinal da mudança».

A federação da Função Pública vai apresentar ao futuro Governo «um dossier com as principais propostas e reivindicações dos trabalhadores das administrações Central e Regional, com vista à abertura de negociações que viabilizem a sua satisfação e concretização». É que, sublinha-se no comunicado, «sendo os primeiros e os mais interessados na melhoria dos serviços, os trabalhadores são também os principais agentes das transformações que urge levar a cabo, pelo que é indispensável garantir o seu empenhamento», que só é possível «se assentar na participação dos trabalhadores e na negociação com os sindicatos».

Norte recusa «comissários»

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte apelou segunda-feira ao futuro governo para que demita «todos os dirigentes da Função Pública nomeados antes das eleições apenas por critérios partidários».

A direcção do Sindicato manifesta, em comunicado citado pela Lusa, a esperança de que António Guterres mantenha as suas promessas eleitorais e que as novas nomeações para cargos de direcção «sejam feitas apenas com base na competência». «Para além da transparência e da independência que devem nortear a política seguida para a administração pública», os corpos gerentes do STFPN «exigem a imediata suspensão da aplicação da lei dos disponíveis, com vista à futura revogação da lei e consequente reparação económica e profissional de todos os prejudicados».

O sindicato cita o professor Sousa Franco, futuro ministro das Finanças, para quem «é um velho lugar-comum, baseado na ignorância, o que atribui ao número excessivo de funcionários as graves ineficiências de funcionamento da administração, que se devem antes à inexistência ou inoperância de modelos estruturais».



A estabilidade de emprego, seriamente abalada com a lei dos disponíveis e com a desresponsabilização do Estado em várias áreas, é um objectivo que tem estado presente nas lutas dos trabalhadores da Administração Pública (foto de arquivo)

Votaram para mudar

A federação «regozija-se com a clara derrota eleitoral do PSD», considerando que ela «foi também a derrota do Governo Cavaco Silva e da política de

Função Pública que, em situação duplamente difícil, dada a circunstância de o Governo ser também a sua entidade patronal, souberam denunciar e combater a arrogância e a prepotência, a corrupção e o compadrio, a

não podem ser defraudadas». No que respeita à Função Pública, «tais expectativas encontram tradução nas propostas aprovadas pelos sindicatos, que estes tiveram oportunidade de apresentar ao secretário-geral do

trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho»;

- «a estabilização do emprego público»

- e «a dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores».

Ensino Superior mantém reivindicações

A Plataforma Reivindicativa Comum vai pedir uma audiência a António Guterres para expor os principais problemas do Ensino Superior e para conhecer as intenções do futuro primeiro-ministro - informou a agência Lusa.

Em conferência de imprensa dada dia 4, a Plataforma Reivindicativa Comum - que integra a Fenprof, o Sindep e o Snesup e tem o apoio de assembleias e comissões de docentes e investigadores, num amplo movimento que esteve na base da greve dos docentes do Ensino Superior iniciada a 30 de Junho - veio a público reafirmar as suas posições relativamente aos problemas daquele nível de ensino e para dizer que, após as eleições, as reivindicações são as mesmas.

«Gostaríamos de conhecer quais as intenções concretas no que diz respeito à negociação que nos prometeu enquanto candidato a primeiro-ministro», disse Leston Bandeira, da Comissão Inter-Universitária de Lisboa, referindo-se a Guterres.

Os docentes do Ensino Superior, de acordo com a plataforma aprovada em plenário no dia 24 de Março e apresentada então ao Ministério da Educação, com exigência de abertura de negociações, reivindicam uma revalorização salarial de todas as categorias, a revisão das carreiras, o alargamento

dos quadros de docentes e investigadores e a revisão do sistema de financiamento dos estabelecimentos de ensino.

Num suplemento especial do «Jornal da Fenprof» de Setembro, que teve uma tiragem de 11 mil exemplares de forma a permitir a sua distribuição a professores não filiados nos sindicatos da federação, João Cunha Serra - dirigente da Fenprof que também esteve na conferência de imprensa de dia 4 - sintetizava os factos que, «mais do que expedientes economicistas para poupar com o Ensino Superior, constituíram uma política deliberada de desvalorização do ensino superior público»:

- «a desvalorização salarial ocorrida desde 1989, cujos efeitos se acentuaram nos últimos anos»;

- «o financiamento por fórmulas e rácios, que comprometeu a qualidade de ensino e os direitos consagrados nos estatutos de carreira»;

- «o estrangulamento das promoções, por ausência de quadros ou devido à sua reduzida dimensão»;

- «a deterioração das condições de trabalho no ensino e na investigação»;

- e «a completa insensibilidade do ME para os problemas de docentes e investigadores».

USDE quer resposta às «propostas para o Alentejo»

A Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Distrito de Évora anunciou que decidiu propor ao Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP-IN que este solicite «com carácter de urgência» a António Guterres uma reunião para analisar as propostas do movimento sindical unitário para a região.

A decisão foi tomada pública numa nota de imprensa emitida após a reunião de dia 4, em que foram analisados os resultados eleitorais e os seus previsíveis reflexos socioeconómicos. A executiva da USDE salienta, a propósito, que «o voto dos trabalhadores alentejanos foi inequivocamente pela mudança, por uma nova política capaz de

dar resposta às aspirações mais sentidas na sociedade alentejana e à melhoria das condições de vida».

Verificando que «estão criadas justas expectativas para os trabalhadores», a estrutura distrital da CGTP afirma esperar «respostas positivas, ou seja, a concretização da mudança pela qual os trabalhadores e os portugueses votaram». Depois de recordar que, ainda em 27 de Junho, foram apresentadas publicamente as «propostas da CGTP-IN para o Alentejo», a USDE realça que «os trabalhadores do Alentejo esperam, com confiança e também com grande sentido de responsabilidade, que surjam respostas concretas em relação à grave

situação que afecta a nossa região». Em concreto, são apontados «os problemas do emprego, a criação de emprego, a melhoria dos salários reais - o que se apresenta como uma necessidade para o próprio desenvolvimento da região e do País e, acima de tudo, como uma questão de justiça -, o aumento do salário mínimo nacional, a redução do horário de trabalho, cujo limite legal das 40 horas é mais que urgente, uma outra política de educação e formação profissional voltada para a dignificação do trabalho».

A reunião do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP estava agendada para anteontem, em Évora.

Câmara Municipal de Lisboa aprova Quase dez milhões de contos para despoluir o Tejo

Na sua última reunião, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o lançamento de cinco concursos públicos no valor de 9,3 milhões de contos, para a conclusão do sistema de interceptação e tratamento de esgotos da capital, obra que deve estar pronta no primeiro semestre de 1998. «É uma verdadeira revolução no ambiente da cidade», afirma o vereador Rui Godinho, que apresentou as propostas à Câmara, como responsável directo do pelouro. «De Algés a Beirolos, toda a faixa ribeirinha de Lisboa ficará despoluída através de um dos sistemas mais avançados na Europa para interceptação e tratamento de todos os esgotos produzidos na capital».

A qualidade dos efluentes saídos das estações de tratamento será de tal ordem, que permitirá utilizá-los para lavar as ruas e regar os espaços verdes, acrescenta ainda Rui Godinho.

A despoluição do Estuário do Tejo é uma questão antiga, cuja resolução total terá de envolver, não apenas os onze municípios ribeirinhos que à sua volta cresceram, mas o próprio Estado português, dada a envergadura dos trabalhos a realizar na intersecção e tratamento dos efluentes domésticos e industriais que nele desaguam. Sublinhe-se, aliás, que a indispensável vontade polí-

tica para a resolução global deste problema tem faltado, sobretudo, por parte dos executivos que têm governado o País nos últimos anos, continuando a generalidade das referidas autarquias a intervir ao ritmo dos escassos meios de que dispõem. Algumas, entretanto, já lançaram obras, enquanto todas aguardam que os Fundos de Coesão financiem os projectos de despoluição do Estuário do Tejo que apresentaram.

Quem já avançou substantivamente na despoluição do Estuário foi o município de Lisboa e, se tudo correr como está previsto, dentro de três anos não haverá um único esgoto da capital a manchar as águas do Tejo, na sequência de um investimento global de 13,5 milhões de contos (dos quais, 9,3 milhões serão afectados às cinco empreitadas agora aprovadas), o que corresponde a um terço das obras globais do sistema de despoluição do Estuário do Tejo, a executar pelos onze municípios ribeirinhos quando tal for viabilizado.

Um trabalho que vem de longe

Sublinhe-se que estes cinco concursos agora aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa não vêm começar, mas concluir, o sistema de interceptação e tratamento

de esgotos da capital. Rui Godinho - ele próprio um especialista nas questões de saneamento básico, ligado a esta frente de trabalho na Câmara Municipal de Lisboa desde o princípio, quando o presidente Abecasis o chamou, apesar de vereador comunista na oposição, para integrar a Comissão de Acompanhamento então criada - recorda que o interceptor e a ETAR de Alcântara (construídos durante os seus mandatos na Coligação Por Lisboa) já recolhem e tratam cerca de 60% dos efluentes da chamada bacia de Alcântara, que desaguavam no rio entre Algés e o Cais do Sodré. E não só: a Etar de Chelas já trata 45% dos efluentes da respectiva bacia, enquanto a de Beirolos tem em actividade um interceptor que, para ela, canaliza todos os esgotos entre a Avenida Marechal Gomes da Costa e a própria ETAR, a que se somam os efluentes vindos do Concelho de Loures.

Podem voltar os golfinhos

Os cinco concursos públicos, agora aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa, destinam-se a completar este sistema de interceptação e tratamento de esgotos iniciado na década de 80, adaptando e completando as três ETAR's já construídas (de Alcântara, de Che-



las e de Beirolos) e dotando toda a frente ribeirinha com um sistema de intersecção de esgotos como o que já funciona entre Algés e o Cais de Sodré e a Marechal Gomes da Costa e Beirolos.

Rui Godinho pormenoriza as obras que resultarão destes concursos públicos: «concepção e construção de três sistemas de interceptação de esgotos (um, entre Cais do Sodré e o Chafariz de Dentro, outro entre a Rua da Bica do Sapato e a Calçada do Grilo e o terceiro entre a Travessa do Grilo e a Marechal Gomes da Costa), construção de dez estações elevatórias (que transportam os efluentes dos sectores para as Estações de Tratamento) e o completamento das ETAR's de Chelas e Beirolos».

É o conjunto destes trabalhos que custará qualquer coisa como

nove milhões e 300 mil contos, dos quais, 4,2 milhões de contos se destinam a colocar as ETAR's de Chelas e de Beirolos segundo as normas mais exigentes da Comunidade Europeia, e que só entrarão em vigor em 1998.

Estas são as obras mais prementes, na perspectiva de assegurar a qualidade ambiental da zona da Expo-98. Para realização posterior ficará apenas a conclusão da ETAR de Alcântara, orçamentada em mais de 4,6 milhões de contos e para a qual se está a procurar financiamento.

«Com a construção destes novos sistemas de intersecção, de estações elevatórias e de ETAR's», afirma o vereador Rui Godinho, «Lisboa ficará a dispor de um dos sistemas mais avançados da Europa em matéria de saneamento básico e controlo

ambiental, inserido nas mais modernas concepções da gestão racional dos recursos hídricos».

É que, como também garantiu Rui Godinho, a qualidade da água saída dos efluentes já interceptados e tratados «será a um nível que permitirá reutilizá-la na lavagem das ruas e na rega dos espaços verdes».

Após o município lisboeta concluir estas obras, em 1998, Lisboa deixará de lançar para o rio qualquer efluente poluído. Para que o Estuário fique completamente despoluído, resta, como já referimos, que os outros dez municípios (alguns deles já com obras em execução) terminem também os projectos de despoluição com que se candidatarão aos Fundos de Coesão.

Podem, então, voltar os golfinhos.

Feira do Livro para Jovens

O peso da publicação de livros infanto-juvenis na produção editorial portuguesa foi debatido sexta-feira última na Feira do Livro para Jovens, que decorreu desde esse dia até domingo no Instituto Português da Juventude (IPJ), em Lisboa.

Sob o tema "Problemática da Literatura para Jovens", o encontro contou com as presenças de Luís Sebastião, presidente do IPJ, e de Francisco Melo (Editorial Caminho), entre outros editores, bem como dos escritores Ana Maria Magalhães, Alice Vieira e António Torrado.

Francisco Melo, em declara-

ções à agência LUSA, admitiu que a literatura infanto-juvenil regista crescimento editorial, pese os problemas decorrentes da inexistência de uma lei do preço fixo do livro, com consequências negativas para editores e livreiros devido à concorrência das grandes superfícies. Para Francisco Melo, a Feira do Livro para Jovens é, precisamente, o "sinal da crise" das livrarias, que não dão escoamento ao produto.

Na Feira do Livro para Jovens estiveram à venda obras publicadas desde Dezembro de 1993 com 20 por cento de desconto, a

preços que oscilaram entre os 300 e os mil escudos.

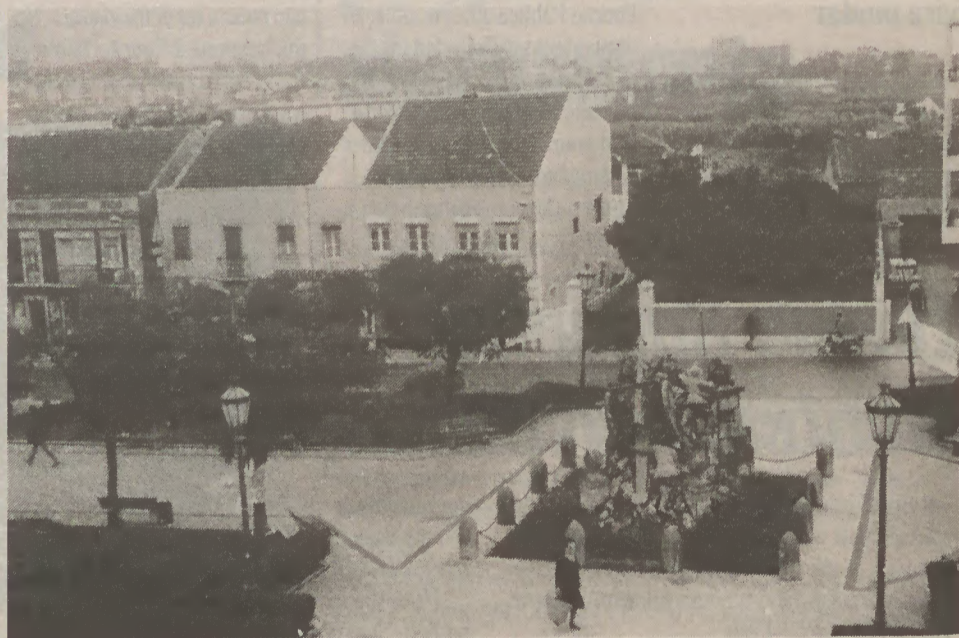
Das editoras presentes no IPJ destacam-se a Campo das Letras, Contexto, ASA, Presença, Edinter, Desabrochar, Verbo, Gradiva, Civilização, Figueirinhas, Horizonte, Europa-América, Dom Quixote e Texto.

De acordo com as últimas estatísticas publicadas pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), referentes a 1993, o género infanto-juvenil cifrou-se em 885 títulos publicados, cerca de 14 por cento de um total de 6.341.

Quanto a exemplares publicados por categoria, os textos infantis e juvenis representaram 2.867.420, aproximadamente 12 por cento de um total de 24.455.250 unidades.

Em exemplares vendidos por categoria, os livros infanto-juvenis alcançaram 2.896.571, rondando 12 por cento de um total de 23.779.828.

Finalmente, na repartição do montante global de vendas, as obras infantis e juvenis atingiram 2.431.744 contos, cerca de 10 por cento de um total de 23.987.160 contos facturados pelo sector.



Em Loures "Código de Boa Conduta" entre Câmara e comerciantes

A Câmara Municipal de Loures assinou na passada segunda-feira com a Associação dos Comerciantes do Concelho um protocolo que estabelece, no quadro da legislação em vigor, regras de conduta para a resolução de eventuais conflitos.

Nos seus objectivos, este "Código de Boa Conduta" pretende exercer a defesa dos interesses dos consumidores e dos comerciantes/prestadores de serviços em moldes de justiça e equidade.

Previsto está, designadamente, que as partes protocolares desenvolvam esforços no sentido

de organizar um sistema de recurso à arbitragem, que os cerca de 2,500 comerciantes associados aponham o logotipo de adesão ao presente protocolo em lugar visível nas suas instalações e que a Câmara Municipal, através do seu Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC), representará os interesses dos consumidores.

Entretanto, uma nova delegação deste Centro de Informação Autárquico ao Consumidor entrará em funcionamento, na Póvoa de St. Adrião no próximo dia 16.



Portugal em risco de perder quota de tomate

A redução da quota portuguesa de produção de tomate para a indústria em mais 200 mil toneladas/ano (e a sua distribuição por outros Estados-membros), com todas as implicações inerentes tanto a nível económico como social, é a principal consequência da proposta de reforma do sector europeu de frutas e legumes pretendida pela Comissão Europeia, em Bruxelas.

A alteração do actual sistema de quotas fixas - decidida quando em Portugal as atenções estavam centradas nas eleições legislativas - penaliza não só a produção portuguesa de tomate (menos 20 por cento), como também as indústrias nacionais de transformação do produto.

O comissário europeu responsável pela Agricultura, Franz Fischler, autor da proposta de reforma da organização comum de mercado do sector horto-frutícola, explicou que o objectivo é criar "um sistema mais flexível", que permita anualmente transferir de uns Estados-membros para outros quantidades de produção de tomate garantida (pelo orçamento comunitário) que não foram utilizadas por um ou por outro país. Assim, nos termos da posição aprovada pelo colégio de comissários europeus, as quotas garantidas de produção de tomate deixam de ser fixas, passando a variar anualmente,

em função da média de produção de cada Estado-membro nos três anos anteriores.

É justamente neste ponto que a medida prejudica directamente Portugal, já que a média dos últimos três anos ficou aquém da produção habitual devido ao período de seca que se tem feito sentir. Uma circunstância que não foi tida em consideração e que reverte, objectivamente, em favor da Espanha.

O comissário Franz Fischler justificou a medida com o facto de Portugal "não ter utilizado a totalidade da sua quota" nos últimos três anos, escamoteando o facto de o novo sistema proposto não ter em conta va-

riações conjunturais da produção resultantes de alterações climáticas.

O comissário português, Deus Pinheiro, protestou, considerando que o sistema de quotas variáveis não apenas "estimula a produção em vez de a estabilizar", como "não é equitativo, pois o seu impacto negativo concentra-se apenas sobre os agricultores e as empresas portuguesas", mas em vão. Muito convenientemente, a proposta de reforma da organização comum de mercado do sector horto-frutícola, embora tendo ainda que ser aprovada pelo conselho de ministros da Agricultura dos Quinze, é uma daquelas matérias que não obriga a unanimidade, pelo que basta o voto favorável de uma maioria (qualificada) de Estados-membros para entrar em vigor.

Na impossibilidade de impedir a adopção da proposta pelo colégio de comissários europeus, Deus Pinheiro provocou o adiamento da sua aprovação em duas semanas. Uma manobra de diversão prontamente denunciada pelos eurodeputados portugueses eleitos pela

CDU, para quem a medida se destinou apenas a evitar a aprovação pela Comissão de Bruxelas, em vésperas das eleições legislativas, de uma proposta desfavorável aos interesses de Portugal.

Segundo uma fonte do gabinete de Deus Pinheiro, citada pela Lusa, o adiamento foi justificado com o argumento de que quanto mais tarde ela passasse na Comissão menor era a probabilidade de a mesma ser aprovada definitivamente pelos Quinze até ao fim do ano, ainda sob a presidência espanhola do conselho de ministros da União Europeia.

Pouco confiantes na eficácia deste expediente estão os agricultores e industriais portugueses, que de imediato desenvolveram várias diligências junto das instâncias comunitárias e, designadamente, junto dos eurodeputados comunistas, solicitando a sua intervenção para evitar a alteração das quotas fixas. Um tema a que voltaremos em próxima edição, mais desenvolvidamente, para acompanhar as próximas cenas deste verdadeiro *tomatogate* comunitário.



Gravuras do Côa voltam ao PE

A preservação das gravuras de Foz Côa foi novamente levada a debate pelos deputados do PCP no âmbito da discussão do programa «Raphael», agendada para a sessão pública plenária de Estrasburgo, que decorre entre os dias 9 e 13 de Outubro. Este programa comunitário, que tem uma dotação orçamental de 67 milhões de ecus até ao ano 2000, pretende contribuir para a valorização do património cultural e para o acesso ao mesmo por parte dos cidadãos.

Em discussão está também a proposta da Comissão contida no seu Livro Verde «Para uma Política Energética da União Europeia», o qual visa uma regulamentação do mercado da energia através da liberalização e da concorrência entre companhias produtoras de electricidade. A esta intenção da Comissão vários Estados-membros têm expressado a sua oposição, assim como várias organizações sindicais que contestam tais orientações que não só porão em causa o carácter de serviço público nacional, como imporão medidas e decisões que poderão não coincidir com as adoptadas no âmbito da política energética nacional.

Nesta sessão foi ainda discutida uma proposta de cooperação com a África do Sul, com incidência nas áreas financeira, económica e comercial, que permitirá pôr fim a algumas das restrições impostas pela comunidade internacional durante a vigência do «Apartheid» naquele país. No entanto, a abertura de mercados e a promoção conjunta de alguns produtos prevista pelos relatórios é de grande importância para Portugal, uma vez que as estruturas de exportação portuguesa e sul-africana são significativamente semelhantes (coincidindo em produtos tão importantes para a economia nacional como vinho, têxteis, calçado e pasta de papel), pelo que se impõe uma tomada de posição que tenha em conta estes aspectos.

Pescas sem acordo, pescadores sem fundos

A comissária europeia responsável pelas políticas regionais, Monika Wulf-Mathies, defendeu recentemente que parte das ajudas a conceder aos pescadores portugueses e espanhóis afectados pelo atraso nas negociações pesqueiras com Marrocos seja paga pelo Fundo de Coesão.

Há cerca de duas semanas, a Comissão Europeia disponibilizou 40 milhões de ECU (cerca de oito milhões de contos, dos quais 6,8 milhões de contos para Espanha e 975 mil contos para Portugal) para a assistência, a curto prazo, das frotas pesqueiras paralisadas em virtude da crise pesqueira UE-Marrocos. Na ocasião, foi dito que as ajudas de espera seriam pagas por intermédio de vários mecanismos, incluindo o reforço da iniciativa PESCA.

Monika Wulf-Mathies afirma agora que do montante atribuído à PESCA, "só um terço reverte a favor das regiões de objectivo 1" (as mais pobres da União Europeia)

A comissária Monika Wulf-Mathies, falando a semana passada na divulgação pública do reforço, em 1,6 mil milhões de ECU (312 milhões de contos), das chamadas iniciativas comunitárias - projectos de interesse europeu financiados pelos Fundos Estruturais, destinados a correcção das disparidades regionais - em vigor até 1999, deixou uma vez mais em evidência as contradições que pautam a atribuição de verbas, cujos critérios parecem longe de ser transparentes e mais ainda de contribuir para a efectiva correcção das disparidades.

Justificando a atribuição ao Reino Unido e a França de mais de onze milhões de ECU (2,1 milhões de contos) de um total de trinta

milhões de ECU (5,8 milhões de contos) em financiamentos adicionais previstos para a iniciativa comunitária PESCA, a comissária referiu que os problemas mais prementes das pescas nas regiões de objectivo 1, que incluem a totalidade do território português, serão resolvidos "de preferência através de outras vias".

Do montante atribuído à iniciativa PESCA, "só um terço reverte a favor das regiões de objectivo 1" (as mais pobres da União Europeia), indicou Monika Wulf-Mathies, sustentando que o problema das compensações aos pescadores ibéricos afectados pela falta de um acordo de pesca euro-marroquino "tem de ser visto de uma forma global".

Embora reconhecendo que a maioria das regiões pesqueiras da União é abrangida pela classificação "objectivo 1", a comissária excluiu o recurso a fundos prioritariamente destinados à reestruturação das frotas, nomeadamente, para resolver problemas relacionados com o atraso nas negociações UE-Marrocos.

"Para as regiões de objectivo 1 entra em jogo o Fundo de Coesão", salientou, precisando que a utilização de dinheiros da iniciativa PESCA para efeitos de ajudas de espera aos pescadores portugueses e espanhóis "é apenas uma possibilidade adicional".

Há cerca de duas semanas, a Comissão Europeia disponibilizou 40 milhões de ECU (cerca de oito milhões de contos, dos quais 6,8 milhões de contos para Espanha e 975 mil contos para Portugal) para a assistência, a curto prazo, das frotas pesqueiras paralisadas em virtude da crise pesqueira UE-Marrocos.

Na ocasião, foi dito que as ajudas de espera seriam pagas por intermédio de vários mecanismos, incluindo o reforço da PESCA.

Industriais de conservas preocupados

Os industriais europeus de conservas, por seu lado, estão "preocupados" com uma eventual cedência da União Europeia nas negociações pesqueiras com Marrocos.

O presidente da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ANICP), Manuel

Ramirez, recentemente eleito para ocupar, a partir de Janeiro, a presidência da Assembleia Geral da Associação Europeia de Industriais de Conservas (AIPCEE), que reúne todos os fabricantes de conservas de peixe da União Europeia, definiu há dias no Porto como prioridade máxima da sua acção o reforço da capacidade de pressão junto das instâncias comunitárias, de forma a que a capacidade concorrencial da indústria de conservas de peixe europeia seja preservada nas negociações com Marrocos.

As conservas de peixe marroquinas pagam actualmente uma taxa de 22 por cento à entrada para o mercado comunitário, estando prevista a redução desta taxa até aos 12,5 por cento nos próximos dez anos. No entanto, a anulação total dessa taxa é uma das condições que o Governo de Rabat coloca como contrapartida para a abertura das suas águas territoriais à frota comunitária.

Para os industriais, a eventual cedência a essa exigência representaria "o fim da indústria conserveira da Europa", da qual dependem "dezenas de milhares de postos de trabalho", dos quais oito mil só em Portugal. A oposição portuguesa a qualquer cedência nesta área tem o "total apoio" da Espanha, Grécia, Itália e França. Segundo Manuel Ramirez, a AIPCEE já solicitou uma reunião com a comissária europeia encarregada das pescas, Emma Bonino, no sentido de chamar a atenção para a realidade e o peso que o sector assume no contexto europeu.

Via férrea na Ponte Comissão Europeia pede suspensão das obras

A Comissão Europeia pediu ao Governo português para suspender os trabalhos de execução do contrato de construção de uma linha férrea na ponte sobre o Tejo, em Lisboa, na sequência de queixas sobre eventuais irregularidades cometidas na adjudicação da empreitada que ascende a 35 milhões de contos, anunciou a semana passada a agência Lusa, citando fonte comunitária em Bruxelas. A solicitação, que do ponto de vista jurídico, segundo a mesma fonte, não tem efeito vinculativo, nem por isso é menos preocupante, já que uma resposta menos satisfatória pode levar a uma acção no Tribunal de Justiça da União Europeia.

O executivo da União Europeia solicitou a suspensão das obras na Ponte 25 de Abril e deu a Portugal um mês para responder às alegações que sustentam ter havido violações de regulamentos comunitários sobre concursos públicos. A resposta a enviar a Bruxelas, segundo a mesma fonte, está a ser preparada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal.

De acordo com a notícia da Lusa, da resposta às explicações solicitadas pela Comissão Europeia dependerá a abertura ou não de um procedimento de infracção contra Portugal que poderá culminar no Tribunal de Justiça da UE.

Recorda-se que o contrato para a construção de uma via férrea e alargamento do tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril foi ganho por um consórcio liderado pela empresa alemã DSD (Dilinger Stahlbau GmbH), que inclui a American Bridge, a Wayss & Freytag e a portuguesa Teixeira Duarte.

As empresas licitantes afastadas da empreitada, entre as quais se inclui as empresas Soares da Costa, portuguesa, a britânica Cleveland Structural Engineering e a Dragados, de Espanha, apontaram um conjunto de erros na forma como foi conduzido o processo de concurso público, em particular o facto da "American Bridge" não ter satisfeito um dos critérios de pré-selecção que requeria que as companhias concorrentes tivessem uma experiência recente na construção de pontes suspensas.

A empresa Soares da Costa, por seu lado, já pediu publicamente ao Governo português para reconsiderar a sua decisão sobre o concurso.

As obras, recorda-se, são parcialmente financiadas pelos Fundos Europeus.

Cuba

Em declarações - de uma esclarecedora clareza - o porta-voz da presidência dos EUA, Michael Mearry, defendeu o prosseguimento do embargo económico contra Cuba, afirmando que Fidel Castro "não foi capaz de reter a lição da História" sobre a queda do sistema socialista e das economias estatizadas, enquanto "todos os outros países comunistas (...) evoluíram para a economia de mercado e as reformas económicas". O porta-voz da Casa Branca absteve-se, naturalmente, de referir as consequências socioeconómicas de tal evolução. Antes considerou ser "pré-histórico não querer reconhecer que a economia de mercado pode fazer avançar um sistema totalitário no sentido de um melhor sucesso da economia".

Propinas

Mais de 10 mil estudantes, protestando contra os planos de introduzir uma propina adicional, concentraram-se em frente do Parlamento húngaro, numa vigília que se prolongou pela noite. Laszlo Szabo, dirigente da Federação Nacional dos Estudantes, disse que uma petição, com milhares de assinaturas contra o aumento das propinas, será entregue em mão ao Primeiro-Ministro Gyula Horn. Os estudantes têm estado acampados em frente do Parlamento desde 25 de Setembro. Realizaram-se entretanto comícios na maioria das Faculdades do país.

Refugiados

Os pedidos de asilo provenientes de países europeus representam um terço dos 14.552 "dossiers" em posse da França desde o início deste ano, praticamente em igualdade com os provenientes do continente africano, segundo dados provisórios oficiais. Entre os 5.304 "dossiers" europeus chegados ao Gabinete de Protecção dos Refugiados e Apátridas (OFPRA) a Roménia lidera com 2.704 pedidos, seguindo-se a Turquia, com 1.268, seguida de longe pela Bósnia-Herzegovina com 256 pedidos e a Rússia com 106.

Rússia

Os candidatos comunistas obtiveram 80% dos lugares no Parlamento local de Volgogrado (ex-Estalingrado, no centro da Rússia). Os candidatos comunistas foram eleitos na maioria das 24 divisões administrativas desta cidade industrial, com mais de um milhão de habitantes. Os resultados destas eleições locais confirmam as últimas sondagens, que colocam o Partido Comunista da Rússia, dirigido por Guennadi Ziouganov, à frente das intenções de voto nas próximas eleições legislativas, com 14% dos votos.

A justiça dos Emiratos Uma jovem condenada à morte

Sarah Balabagan, actualmente com 16 anos, filipina, imigrante nos Emiratos Árabes Unidos, foi condenada à morte por ter morto o patrão, quando era vítima de violação. Tinha então quinze anos. Num primeiro julgamento, em 26 de Junho, o tribunal de Al-Ain tinha reconhecido a violação - certificada por um médico - e condenado a jovem a sete anos de prisão. O processo foi entretanto reaberto pelo chefe dos Emiratos, Zayed Ben Sultan al-Nahyane, que anulou o anterior veredicto. O mesmo tribunal iria depois negar a violação e condenar a jovem à morte. Escassas horas após o encerramento, em Pequim, da Conferência Mundial sobre os Direitos da Mulher, cuja declaração final foi também formalmente aprovada pelos Emiratos.

A condenação de Sarah levantou um grande protesto e chamou a atenção para a situação de centenas de milhar de mulheres que na Ásia são obri-

gadas à emigração para fugir à miséria.

A Indonésia, as Filipinas, o Sri Lanka e a Tailândia estão entre os países que têm vindo a

registrar elevadas taxas de emigração feminina desde meados dos anos 80. Calcula-se que mais de metade dos 13 milhões de emigrantes asiáticos são mulheres.

O "Forum sobre as migrações na Ásia", que reúne cinco dezenas de associações de trabalhadores migrantes e de solidariedade, denuncia que as mulheres emigrantes asiáticas são frequentemente empurradas para a prostituição nos países destinatários.

Um outro destino para estas jovens é o trabalho doméstico, que na prática assume frequentemente a forma de escravidão. Têm que estar disponíveis para qualquer tipo de trabalho 24 sobre 24 horas, e são muitas vezes vítimas de abuso sexual.

A emigração tornou-se um importante sustentáculo do crescimento económico dos países "importadores", refere o Forum. Na Malásia, por exemplo, 80% da mão-de-obra agrícola e 20% dos trabalhadores da indústria são imigrantes.

"Não há nenhuma convenção internacional que proteja as populações migrantes" - diz o Forum, que lançou um apelo a todos os países para que ratifiquem a convenção das Nações Unidas (de 1990), que reconhece os direitos dos trabalhadores imigrantes e das suas famílias.



Sarah Balabagan

"É inaceitável - diz o Forum - que nenhum dos países da Europa e do norte da América, que se dizem civilizados, tenha ratificado esta convenção."

Uma das causas que leva ao agravamento da exploração destas mulheres é a sua situação de imigrantes clandestinas. No Japão, por exemplo, 80% das imigrantes não estão legalizadas. Elas dependem assim totalmente do seu empregador. Todos os anos, dezenas de milhar de jovens (sobretudo da Tailândia e das

Filipinas) são levadas para o Japão pelas mafias locais, para alimentar a "indústria do sexo".

Outros estados, como é o caso de Singapura, organizam oficialmente a exploração doméstica.

A Europa não está de fora desta cadeia de exploração. Na Grã-Bretanha, por exemplo, segundo dados divulgados pela associação Kalayaan, 38% das empregadas domésticas estrangeiras são vítimas de violências e 10% de abusos sexuais.

Aumenta a pobreza na América Latina

A América Latina conta com 196 milhões de pobres devido a uma distribuição de rendimentos cada vez mais desigual, afirmou o antropólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen.

Stavenhagen, um dos intervenientes no XX Congresso latino-americano de Sociologia realizado a semana passada na Cidade do México, indicou que entre 1980 e 1990 o número de pobres aumentou em 60 milhões, de acordo com os dados recolhidos pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL).

O rendimento dos 196 milhões de pobres é inferior a 60 dólares por mês, o que significa que não podem satisfazer as suas necessidades elementares.

"Contrariamente ao que se pensa, a mundialização da economia não cria emprego", disse.

Neste contexto de agravamento das condições de vida, assiste-se a um "ressurgimento de movimentos de identificação indígenas" que reivindicam a possibilidade de desempenhar um papel activo na sociedade. De acordo com o Banco Mundial estão recenseados na América Latina 40 milhões de índios, pertencentes às categorias mais desfavorecidas.

Para o antropólogo mexicano, estes movimentos indígenas não são arcaicos. "Estão perfeitamente integrados na nossa época, já que reivindicam o progresso e entendem ser parte integrante do jogo democrático, exigindo também ser beneficiários dos direitos do Homem", sublinhou.



As centrais nucleares na Catalunha e os testes nucleares franceses em Mururoa são neste momento alvo de protestos organizados por diversas organizações cívicas catalãs. Estas organizações catalãs, empenhadas na luta por uma Catalunha desnuclearizada, apoiam o amplo movimento internacional contra os testes nucleares franceses e exigem que a produção e posse de armas nucleares seja declarado crime contra a humanidade

Manifestações estudantis e repressão no Sudão

A polícia sudanesa prendeu dez militantes do Partido Comunista do Sudão, ilegal, responsabilizando-os pelas manifestações antigovernamentais realizadas na terceira semana de Setembro nas principais cidades do país.

A violenta repressão policial provocou seis mortos e várias dezenas de feridos.

As manifestações tiveram o seu início na universidade de Jartum, e contaram com a adesão de milhares de estudantes, a que se viriam juntar outros sectores da população.

São consideradas as mais importantes acções populares de protesto desde 1989, quando da queda do governo de Sadek el-Mahdi, derrubado pelo general Omar al-Bachir.

Os protestos prolongaram-se por vários dias, com a exigência de libertação dos presos e contra o aumento dos preços.

A Aliança Nacional Democrática, na oposição, considera estas manifestações como precursoras de um levantamento popular para derrubar o regime ditatorial sudanês.

França

A morte de Kelkal

Muitas perguntas sem resposta

Mais de uma centena de automóveis e algumas lojas incendiadas, em Lyon, a segunda maior cidade francesa, foi a reacção previsível (e objectivamente provocada) à morte de Khaled Kelkal, argelino de 24 anos, presumível implicado na vaga de atentados terroristas que tem vindo a abalar a França. A onda de violência fez-se igualmente sentir noutras cidades francesas. Em Mulhouse, Leste da França, uma bomba de fabrico artesanal explodiu junto a uma estação de serviço. A explosão deu-se depois dos jovens terem incendiado vários automóveis.

A morte de Kelkal - friamente executado pela polícia, na sequência de uma operação de caça ao homem - coloca múltiplas questões.

Antes do mais, porque o jovem argelino foi deliberadamente morto pela polícia, que em nenhuma ocasião terá sido ameaçada pelo fugitivo.

Segundo o jornal suíço "Le Nouveau Quotidien", o canal francês de televisão M6, que transmitiu as imagens da perseguição e morte do suspeito, não difundiu uma parte da banda sonora em que se ouvia a ordem para liquidar o jovem.

Na perspectiva de um oficial superior do corpo de intervenção, o comportamento da polícia nada teve de anormal. "Resulta de um reflexo profissional." Uma opinião muito esclarecedora. A que não será alheio um outro velho "reflexo" - o reflexo colonialista.

Por outro lado, as imediatas declarações do ministro francês do Interior, Jean-Louis Debré (posteriormente reafirmadas), no sentido de

que o grupo de Kelkal seria responsável por todos os atentados entretanto realizados, nomeadamente o de 25 de Julho em Saint-Michel - causaram naturalmente surpresa nos meios ligados ao inquérito em curso.

O juntar destes dois factos - assassinato e responsabilização imediata do suspeito por todos as acções terroristas - levanta um sem-número de interrogações.



O terrorismo alimenta-se da miséria dos bairros degradados, na Argélia como em França

O semanário do PCF, "Humanité Dimanche" afirma - "A execução sumária de Kelkal surge com um entrave ao conhecimento da verdade". E questiona: "Preferiu-se

um *fait divers* hipermediático a um processo de consequências incontroláveis?"

A verdade é que Khaled Kelkal foi transformado - de presumível terrorista implica-

do em atentados de que já resultaram várias vítimas -, em mártir. Um mártir à medida do desespero de muitos jovens argelinos dos bairros periféricos. Uma geração marginalizada, com a escolaridade interrompida, votada ao desemprego, sem perspectivas, e presa fácil de quaisquer fundamentalismos.

Os dramáticos acontecimentos que têm vindo a marcar o dia-a-dia dos franceses, sujeitos à ameaça de actos terroristas, hoje abertamente reivindicados pelo GIA (grupo terrorista argelino), agitam assim de novo a questão de fundo - a questão social. O acumular de problemas sociais, as políticas de exclusão como viveiros de potencial violência, manipulável por quem dela se serve como arma dos seus interesses.

Sete atentados desde 25 de Julho

* 25 de Julho - uma bomba explode próximo da estação de Saint-Michel-Notre Dame, em Paris, fazendo 7 mortos e 117 feridos

* 17 de Agosto - explosão de uma bomba de gás, perto da praça de Etoile, em Paris. 17 feridos, 3 dos quais com gravidade

* 26 de Agosto - é descoberta uma bomba na via Lyon-Paris. O engenho não explodiu devido a uma falha do sistema

* 3 de Setembro - quatro pessoas ficam feridas quando da explosão de uma bomba no mercado Richard-Lenoir, em Paris

* 4 de Setembro - é desactivada uma bomba colocada nos WC públicos da praça Charles-Vallin, perto de um mercado muito frequentado de Paris

* 7 de Setembro - um carro armadilha explode junto da escola judia de Lyon, em Villeurbanne (Rhône), dez minutos antes da saída dos alunos. O atentado faz 14 feridos

* 6 de Outubro - uma semana depois da morte de Khaled Kelkal, uma bomba explode perto da estação de metro de Maison-Blanche, em Paris. 13 feridos.

África em notícias

Oitocentos deslocados de guerra da província de Huambo, dos dois mil a residir na cidade portuária do Lobito, serão levados para as suas áreas de origem até meados deste mês, disse uma fonte do Programa Alimentar Mundial (PAM).

O PAM garante o transporte dos deslocados por via terrestre, enquanto as organizações não governamentais que operam na província se encarregarão do programa de reinserção social.

Numa recente reunião na cidade do Huambo entre representantes do governo e ONG's que trabalham na província, foi proposta a reconstrução e atribuição aos deslocados de casas abandonadas pelos seus proprietários durante a guerra.

Segundo dados não oficiais, quase meio milhão de naturais do Huambo vive fora da sua área de residência, nomeadamente no Bailundo (região controlada pela UNITA), Bengo e Malange, a leste de Luanda.

"Alguns morrem por falta de alimentos e assistência médica e necessitam urgentemente de ajuda", disse a fonte do PAM.

Cólera em Cabo Verde

A situação criada pela epidemia de cólera que há cerca de um ano grassa em Cabo Verde foi alvo de

acalorados debates no Parlamento cabo-verdiano. O debate surgiu na sequência de uma interpelação ao Governo feita pela bancada do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, actualmente na oposição), sobre a política do executivo do MpD em matéria de saúde.

O PAICV considera que a "degradação visível dos indicadores da saúde de geral e a situação que se vive no país em virtude da epidemia da cólera" constituem motivos de preocupação para todos os cabo-verdianos.

A instabilidade das estruturas de saúde, a inexistência de uma política coerente e capaz de promover o desenvolvimento articulado e integrado do sector, a ausência de um plano de formação e a indefinição das carreiras médicas e de enfermagem são factores que, no entender do PAICV, caracterizam neste momento o sector da saúde em Cabo Verde.

O PAICV considera como "calamitosa" a situação criada em Cabo Verde com a propagação da epidemia da cólera que já atingiu, segundo os últimos dados, mais de 11.100 pessoas, provocando mais de 230 mortes.

Foram igualmente criticados os discursos do Governo prevendo a erradicação da epidemia em poucas semanas.

Moçambique na ONU

O ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Moçambique, Leonardo Simão, discursando em Nova Iorque perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, apelou aos países que prometeram ajuda a Maputo para que cumpram essas promessas.

Leonardo Simão advertiu para as consequências do incumprimento das promessas de ajuda dos doadores, que poderia vir a ter efeitos negativos e graves consequências na consolidação do processo democrático em Moçambique.

Analisando a situação actual na África Austral, o ministro moçambicano disse que com o fim do apartheid na África do Sul a região vive agora um período de "florescente democracia".

A situação em Timor Leste mereceu também uma referência a Leonardo Simão, ao afirmar que constitui "motivo de preocupação" para o seu governo e ao manifestar a esperança de que a próxima reunião ministerial entre Portugal e a Indonésia, marcada para Janeiro de 1986, em Londres, conduza a "resultados significativos".

Bósnia

O Conselho de Segurança apoiou o protesto da ONU em Sarajevo sobre violações da zona de exclusão por forças governamentais bósnias, e exprimiu o seu "horror e indignação" pelo assassinio de civis sérvios em Knin, Krajina croata.

O presidente do Conselho, Ibrahim Gambari, da Nigéria, convocou os embaixadores da Bósnia e Croácia para lhes expressar a crítica e condenação dos membros do Conselho.

De acordo com o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Jose Ayala Lasso, muitas dessas atrocidades ocorreram já depois de terminarem as operações militares e continuam contra os sérvios que decidiram permanecer em suas terras e casas.

Palestina

O exército israelita deverá iniciar a sua retirada da Cisjordânia em 19 de Novembro.

No quadro do acordo de alargamento da autonomia palestina, os militares israelitas começarão a sua retirada por Jenine, seguindo-se, por etapas de uma semana, outras quatro cidades do norte da Cisjordânia.

Apelo

Mais de uma centena de intelectuais e artistas argelinos, exilados em França e noutros países da Europa, lançaram um apelo, sob a forma de petição à opinião pública internacional, em que se pede um apoio activo, "sob todas as formas, à luta do povo argelino pelo triunfo de uma república democrática".

Os intelectuais argelinos afirmam não acreditar que o fundamentalismo "se possa transformar miraculosamente em apóstolo da paz" depois de ter "praticado as piores atrocidades contra mulheres, crianças, religiosos e estrangeiros". O que - sublinham - não pode "deixar indiferentes as forças empenhadas, no mundo, nos valores da democracia, do humanismo e do progresso".

Costa do Marfim

Uma manifestação, em Abidjan, na Costa do Marfim, contra a Lei eleitoral, foi brutalmente reprimida pela polícia. Ainda este ano deverão decorrer no país três actos eleitorais: presidenciais em Outubro, legislativas em Novembro e municipais em Dezembro.

A Frente Republicana, que reúne sete partidos da oposição de esquerda e centro, denuncia a Lei eleitoral como feita à medida para garantir a vitória do actual presidente, Henri Konan Bédié.

Desde Maio que se têm vindo a suceder as manifestações contra esta Lei eleitoral.

A política de unidade

O texto que aqui publicamos foi extraído da Conferência de Álvaro Cunhal no Seminário «Para a História da Oposição do Estado Novo», realizado na Universidade Nova de Lisboa, em 9 de Abril de 1992, que publicamos integralmente no «Avante!» de 16 de Abril do mesmo ano



No que respeita ao MUD, e ainda nesta área da luta contra a ditadura, não se pode dizer que o Partido Comunista tenha procurado, através do MUD, uma influência em sectores sociais ou políticos. Porque o MUD resultou da acção do Partido Comunista e de outros democratas. O MUNAF, o Conselho criado em 1943 — se os estudiosos forem estudar a imprensa da época podem ver que foi no III Congresso do PCP, realizado em Novembro de 43, que se anuncia a criação do MUNAF. Nós já estávamos em condições, pelo trabalho realizado, de anunciar a criação do Conselho, já tinhamos realizado as diligências necessárias para ter a certeza de que se ia criar. E é do MUNAF que surge o MUD. O MUD aparece em 1945, quando Salazar, perante a derrota do Hitler na guerra, veio afirmar que «os verdadeiros democratas somos nós» e que portanto ia proceder a eleições livres em Portugal. Imediatamente começaram a aparecer os democratas a requererem possibilidades de acção política.

Para conquistar a liberdade, elas exerciam-se, mesmo quando não eram autorizadas; falava-se quando não era permitido; escrevia-se quando não era permitido. No fim de contas, intervinha-se contra o poder ditatorial exercendo liberdades que ainda não estavam reconhecidas a não ser no tal artigo 8º da Constituição que, como é sabido, continha todas as liberdades e direitos dos cidadãos ainda que nem um só fosse respeitado. A dinâmica do MUD foi esta que acabo de dizer. A autora da questão suscitou uma interrupção — falou no que lhe parecia uma estratégia de «entrismo» do PCP no MUD, e de um certo conflito entre duas estratégias, uma delas a do MUD, defendendo a reforma do aparelho de Estado... E colocou a questão da «dificuldade» de o PCP assumir claramente a liderança da unidade democrática. — Eu devo dizer que o PCP tinha a liderança sem a afirmar — esclareceu Álvaro Cunhal. — Mas afirmá-lo restringiria, nas condições existentes, a própria unidade. Por exemplo: o Conselho de Unidade Nacional, podemos dizer que fomos nós que o criámos, que organizámos, que preparámos os aspectos técnicos. Éramos os operacionais e mais do que os operacionais. E, entretanto, no Conselho Nacional, entre quarenta, tínhamos dois. Mas estávamos em condições de ter um papel determinante nesse Conselho Nacional. No que respeita ao MUD, não gostaria de ser desagradável para nenhum antifascista. Não gostaria de lembrar as polémicas, muito vivas, que houve. Mas uma vez que referiu uma delas, vou referir-me também a ela. Salazar disse: «os verdadeiros democratas somos nós; vai haver eleições tão livres como na livre Inglaterra». E portanto convocava eleições. E nesses momentos — há sempre umas pessoas que dizem «esta é a nossa altura». Quer dizer — enquanto é necessária

a batalha da organização, com a luta clandestina, com sacrifícios, estavam recuados. Mas Salazar abriu e dizem «é a nossa altura». E lançaram-se. Não digo todos. E então procuraram apoios. E batiam às portas. E que é que encontravam? Encontravam o MUNAF, encontravam aqueles que estavam organizados dentro do movimento e que respondiam: «Mas o que é isto? Então vocês neste momento querem aproveitar a luta dos outros e aparecerem de galárim?» Houve na verdade aí um conflito, que levou o MUNAF a aparecer em poucos dias através dos seus órgãos, de que ficaram alguns. Por exemplo pessoas da União Socialista, e a União Socialista foi dos poucos partidos que teve uma certa vida nessa época, para além do Partido Comunista. Creio que há um nome que se pode citar, Dias Amado, que deu à União Socialista bastante prestígio, porque era uma personalidade de democrata e antifascista com grande autoridade. Um homem muito sério no plano político, cívico e moral. Mas também apareceu esse grupo, de que não quero citar nomes, não os tenho presentes, que deram o salto para o aproveitamento de uma oportunidade numa posição de direita. O Movimento de Unidade Antifascista, cujas tendências estavam organizadas, respondeu-lhes recompondo os seus órgãos no Movimento de Unidade Democrático que foi lançado e que depois foi seguido pelo movimento juvenil — o MUD Juvenil, que teve grande expressão e que, em poucos meses depois da sua criação, já anunciava cerca de 20 mil inscritos, o que era uma coisa muito grande para um movimento juvenil nos anos 45/46. Portanto, quanto à questão de assumir ou não a liderança do MUNAF, é evidente que num movimento de unidade, se me permitem — e esta é uma questão que é fundamental — a ideia da unidade não é assim: «Vamos constituir a unidade para dominarmos isto». Mas se a unidade é necessária para certas transformações na sociedade. Se nós no tempo do fascismo pensávamos «é necessário pôr fim ao fascismo», tínhamos de ver com quem teríamos de nos ligar, porque sozinhos não o conseguíamos. E mais: procurávamos tudo quanto podia haver na sociedade portuguesa que se pudessem juntar a nós na mesma batalha. Não era só: «vamos aqui ganhar influência e conseguir dominar isto». Mas: «vamos conseguir um caminho que nos leve a pôr termo a isto». Portanto, a política de unidade não é desenvolvida com critérios de poder próprio. Eram critérios de um caminho que nos levasse efectivamente ao objectivo que era de todos, do próprio povo, que era libertar-se de um regime ditatorial, que tinha suprimido as liberdades e perseguia todas as forças democráticas.

O MUD nasceu há 50 anos

Diário de Notícias - 1945. Includes a large illustration of a figure holding a torch, and various news snippets such as 'BENDIGAMOS A PAZ!', 'A ESCURIDÃO E O PERIGO', and 'O DIA DA VITÓRIA NA EUROPA'.

Manuel Ribeiro de Paiva Ilustração para o livro de Manuel da Fonseca «Planície» - 1941

COMISSÃO DOS ESCRITORES, JORNALISTAS E ARTISTAS DEMOCRÁTICOS (M. U. D.) RUA DA TRINDADE, 15 - AVE. PRINCESA DAS M. LISBOA

Amigo:

Um grupo de escritores, jornalistas e artistas, que deram a sua adesão ao Movimento de Unidade Democrática, resolveu congregar todos os seus camaradas que do mesmo modo se têm manifestado ou venham a manifestar-se, para que se continue e intensifique a pugna pelas liberdades democráticas.

Esta Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos, que nos propomos organizar, está directamente integrada no Movimento de Unidade Democrática como sua secção. Terá como finalidade imediata a organização de campanhas jornalísticas, conferências públicas, exposições, concertos, isto é: a permanente defesa da cultura e do espírito democrático, através das nossas actividades profissionais.

Amigo: se lhe interessa a actividade desta Comissão e dela deseja participar, dê-nos a sua adesão, tão rapidamente quanto possível, e desde já as sugestões que entenda útil fazer.

Saúdações cordiais

Irene Lisboa
Jolo Gaspar Sobos
Jolo da Silva
José Baccalar
Manuel Mendes
Manuel Rodrigues Lapa
Mário Pinheiro
Mário Soares
Rocha Horta

O que é o que pretende o M. U. D.

(Resumo de algumas resoluções de Assembleias de Delegados)

O M. U. D. tem por objectivo contribuir para o esclarecimento político da opinião pública e pagar pela efectivação integral dos direitos e garantias individuais que voluntariamente queiram colaborar, em unidade de acção, na obtenção dos citados fins.

O M. U. D. é constituído por todos os cidadãos portugueses em número indeterminado. Os elementos orgânicos do M. U. D. (e sua regulamentação interna) são os seguintes:

- São órgãos do M. U. D.: Assembleia de Delegados, Comissão Central, Junta Consultiva, Comissões Distritais, Comissões no Ultramar, Comissões Concelharias e outras Comissões Auxiliares e de Técnicos, em número indeterminado.
- O poder deliberativo do M. U. D. reside na Assembleia de Delegados.
- A Comissão Central compete dar execução às deliberações da Assembleia de Delegados e exercer as funções de coordenação, inspecção e representação geral.
- A Junta Consultiva compete em especial dar parecer sobre questões para que sejam submetidas à Assembleia de Delegados.
- As Comissões Distritais e as Comissões do Ultramar dirigem a actividade do M. U. D. nos respectivos distritos ou territórios ultramarinos, em coordenação com a Comissão Central e em geral sobre as que julgar de interesse para a condução do Movimento.
- As Comissões Concelharias e de Bairros, de Freguesia, Profissionais, etc. coadjuvam e secundam a acção dos organismos directivos do M. U. D. no âmbito de cada caso particular.
- Todas as Comissões do M. U. D. podem modificar a sua constituição, ampliando-se ou restringindo-se conforme for mais aconselhável em cada caso particular. A constituição definitiva da Junta Consultiva é sujeita a deliberação da Comissão Central.

A última Assembleia de Delegados do M. U. D. reunida em Lisboa no dia 27 de Abril de 1947, com a participação de membros da Junta Consultiva, da Comissão Central, e de Delegados das comissões Distritais do continente, ilhas adjacentes e ultramar, e das comissões profissionais, jornalistas e artistas, Juristas, Médicos, Economistas, Engenheiros, Agrónomos e Assistenciais, aprovou, entre outras, as seguintes resoluções:

Manter e desenvolver com vez mais o espírito de UNIDADE que sempre tem orientado o M. U. D., fortalecendo e coordenando a unidade de acção de todas as correntes políticas e sectores oposicionistas, em luta legal para a instauração da Democracia em Portugal.

Continuar reclamando nova lei eleitoral, liberdades públicas e individuais fundamentais, extinção do Tarrafal, amnistia total, cessação de todas as perseguições e arbitrariedades impostas aos democratas, abolição da censura, etc. etc.

Reclamar eleições sindicais livres e independência sindical de qualquer tutela governamental.

Reclamar, da mesma forma, a dissolução da Assembleia Nacional, a constituição de um governo que dê a todos os cidadãos garantias de imparcialidade para presidir a eleições livres e a livre actuação dos partidos políticos como meio de normalizar os conhecimentos políticos da opinião pública, sem o que as diversas correntes políticas oposicionistas não estarão em condições de dignamente correr às urnas.

Acenatar que o M. U. D. é uma congregação de democratas sem carácter ou preocupação de coligação partidária.

Manter o princípio de que, nas condições vigentes não é possível ao M. U. D. apresentar medidas ou programa de governo que correspondam, com segurança, às necessidades e aspirações do País, e, portanto, não pode nem quer desviar-se da rota que o programa mínimo de unidade: conquistar eleições livres.

O M. U. D. não tendo nem procurando ter um programa de medidas governativas, dará o seu apoio a grupos ou organismos dedicados a estudos que, tomando para base a caracterização do regime político actual, realizem uma crítica constructiva, e apoiem oportunamente.

O M. U. D. dará a sua tarefa como terminada quando for julgado que os seus objectivos foram efectivamente conseguidos. — Setembro de 1947. — A Comissão Central do MOVIMENTO DE UNIDADE DEMOCRÁTICA.

Há 50 anos o MUD

A unidade

na diversidade

■ António Dias Lourenço

Cinquenta anos pode ser muito ou quase nada na vida e na história de um povo e de um país.

A nossa experiência colectiva do último meio século é densa e muito rica nas lições para a posteridade. Ensina-nos que o processo da história, da vida e da luta de um povo não é produto fundamental da espontaneidade, embora também a compreenda.

Depende essencialmente dos factores dominantes do mundo envolvente, da relação de forças sociais e políticas internas do país em questão, do estágio de desenvolvimento sociológico, económico e cultural, da consciência e da maturidade políticas do seu povo, do grau do seu empenhamento na edificação da Cidade (da cidadania), da natureza dos poderes constituídos.

Os que vivemos a realidade nacional e internacional de há 50 anos - quando da formação do MUD (Movimento de Unidade Democrática); os que mantemos viva e lúcida a nossa capacidade de análise, guardamos dos marcantes acontecimentos dessa época uma memória não vegetativa mas interveniente, participante e reflectida.

Temos lido nos últimos dias depoimentos de individualidades que, de uma forma ou de outra, em graus diversos, contribuíram, participaram e em alguns casos mesmo dificultaram e hostilizaram a formação do MUD e a luta do seu povo pela Liberdade e a Democracia em Portugal. Em alguns desses depoimentos entre as reminiscências factuais, aparece, com frequência e visos de verdade absoluta, a tese da espontaneidade na constituição do Movimento de Unidade Democrática.

A versão que alguns fazedores da História pretendem hoje fazer passar sobre a criação do MUD tem por claro objectivo apagar o papel fundamental do PCP nas grandes iniciativas de unidade e luta contra a ditadura fascista.

Enquadra-se neste objectivo o que se disse e escreveu nos últimos dias sobre a iniciativa do chamado "grupo do Café Portugal" na criação do MUD.

Ou seja, num certo dia (mais precisamente 8 de Outubro de 1945) um grupo de democratas frequentadores do Café Portugal, em plena Baixa, decidem na tertúlia avançar com a criação de um movimento legal visando a participação da oposição democrática nas eleições legislativas convocadas em antecipação para Novembro pelo Governo fascista, no âmbito da manobra de sobrevivência do passado salazarista em resultado da derrota do nazifascismo na 2ª Guerra Mundial.

Omite-se que a iniciativa da "tertúlia do Portugal" sob a influência do aventureiro Lima Alves, arrastando nela antifascistas como, por exemplo, José Magalhães Godinho, membro do Executivo do MUNAF, cujo Conselho (o CNUAF) era já nessa altura o verdadeiro organismo dirigente da luta antifascista.

A revelia do CNUAF no dia 10 de Outubro numa reunião (autorizada) no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, na rua do Benfornoso é formalmente constituído o MUD.

A constituição do MUD foi um facto político de importância significativo. Representa, no plano político, a primeira grande ruptura na ordem da legalidade-colete-de-forças do fascismo salazarista.

A 2ª Guerra Mundial tinha acabado há seis meses. O povo português sedento de liberdade saudou com efusão a iniciativa da criação do MUD.

Entretanto, a criação do MUD não caiu do céu aos trambolhões, não foi o produto puro e simples da espontânea inspiração de uma tertúlia de café - ainda que, no essencial, com uma ou outra excepção, composta de democratas em volta da mesa de um café da Baixa, local onde com inconsciente liberalidade, e algumas vezes sob a vigilância de ocupantes da mesa próxima (ou até da própria) se falava de alta política.

Os que vivemos a história desses dias sabemos, contudo, que a criação do MUD foi o resultado de um longo processo de luta das massas populares e de antifascistas dos mais consequentes de que o PCP foi o grande impulsionador; uma rude batalha por direitos e liberdades elementares negados pelo regime fascista e que as profundas alterações motivadas pela derro-

ta do nazi-fascismo nos campos de batalha tornava mais propício.

É incontestável que o amadurecimento das condições políticas que permitiram a criação do MUD tem na sua base não só a unidade e luta dos democratas e antifascistas portugueses como, principalmente, o movimento popular de massas que crescia nas fábricas e nos campos e em cujo âmago esteve a acção determinada dos comunistas portugueses e do seu Partido.

No III Congresso do PCP, em 1943, uma atenção primacial foi dada aos movimentos de massas e à unidade dos antifascistas portugueses.

O Congresso tomou conhecimento e pronunciou-se sobre os êxitos do PCP nos seus esforços para a criação pouco antes conseguida do CNUAF.

Nos primeiros anos da década de 40 e logo em 1941, poucos meses depois do célebre discurso de Salazar do "todos não somos demais" e do comício da Legião Portuguesa de regozijo pela invasão da União Soviética pelas hordas nazis, começam a produzir-se as primeiras grandes lutas de massas sob o fascismo, em Portugal, sob a iniciativa e a direcção do PCP.

A 27 de Novembro daquele ano é a grande greve dos trabalhadores dos lanifícios da Covilhã e Tortozendo; em Outubro de 1942 eclode a primeira grande greve da região de Lisboa, em que participam cerca de 20 000 operários; em Maio/Junho de 1943 é a greve dos assalariados agrícolas de Vila Franca de Xira; em Julho/Agosto do mesmo ano ocorrem as maiores greves sob o fascismo: para cima de 50 000 trabalhadores paralisam o trabalho por vários dias contra a exploração fascista; a 8 e 9 de Maio de 1944 eclode a greve de 20 000 trabalhadores do Baixo Ribatejo e da Região de Lisboa, que ficou conhecida pela "greve dos dois dias", ao apelo directo do PCP e em cujo Comité de Greve participaram alguns dos mais destacados dirigentes do Partido. A greve foi brutalmente reprimida pelo aparelho policial fascista; em Maio/Junho de 1945, poucos dias após o termo da 2ª Guerra Mundial, é assassinado pela polícia fascista durante a importante greve de Montemor-o-Novo e Lavre, o dirigente sindical Germano Vidigal.

Também, ainda em Novembro de 1941, ocorre a importante greve contra as propinas dos estudantes do Ensino Superior de Lisboa e Coimbra.

Não se trata de nenhuma apropriação partidária ilegítima afirmar que a grande força e a iniciativa dos comunistas portugueses estavam em posições de relevo na inspiração, na ossatura e na direcção política directa destas importantes lutas de massas.

Durante a noite fascista, o Partido Comunista Português foi o único que recusou dissolver-se após o golpe fascista de 28 de Maio de 26, o único que não se curvou à tutela e à canga do fascismo salazarista e, assumindo todos riscos da repressão terrorista do fascismo, enveredou decididamente pela dura via clandestina de combate ao regime.

A evocação da formação do MUD há 50 anos não pode ser desligada, como alguns fazedores da História pretendem ainda hoje inculcar, da persistente, esclarecida e firme acção dos comunistas portugueses para arrancar e aproveitar as mínimas possibilidades de luta legal e semi-legal contra a "legalidade-colete-de-forças" do poder fascista.

As "Comissões de Praça" dos assalariados agrícolas, as "Comissões Permanentes" do operariado industrial, as "Comissões Sindicais", a luta no seio dos Sindicatos Nacionais, das Casas do Povo e de outras organizações sociais em defesa dos interesses dos trabalhadores, os êxitos na eleição de direcções honestas para os sindicatos e a utilização de todas as formas legais e semi-legais de acção devem-se à luta porfiada e tenaz dos comunistas, foram a escola e o cadinho para a criação dos grandes movimentos políticos legais de massas contra o fascismo, particularmente a partir dos anos 40.

No plano político, a acção aglutinadora dos comunistas portugueses teve sempre um carácter pluripartidário, mesmo quando outros partidos não existiam como estruturas organizadas.

Desde a eclosão da Guerra Civil Espanhola, a acção dos comunistas portugueses foi a da unidade e da convergência com os antifascistas de outras correntes de opinião então emigrados.

Durante a Guerra Civil Espanhola na constituição mesmo efémera da Frente Popular Portuguesa no exterior, o PCP utilizou todos os vínculos para a unidade dos antifascistas portugueses na emigração.

É, contudo, a partir dos anos 40 que se afirmam e tornam mais sólidos os laços unitários dos comunistas com os antifascistas portugueses das mais variadas correntes de opinião.

E em 23 de Novembro de 1943, depois de grandes esforços unitários do PCP e após reuniões de antifascistas é criado o CNUAF (Conselho Nacional de Unidade Antifascista) por iniciativa do PCP na materialização das decisões do seu III Congresso.

As greves de Julho/Agosto daquele ano encheram de ânimo os antifascistas portugueses.

O MUNAF - cujo "Programa Emergência" foi publicado em Abril de 1944 no "Avante!" - tornou-se um esteio da luta nacional contra a ditadura fascista.

É através dele que ganha corpo e se torna efectiva a conjugação da luta política do antifascismo português em todas as formas apropriadas.

Toda esta batalha política se foi gradualmente ampliando e fortalecendo.

Com a derrota do nazifascismo, em Maio de 1945, o salazarismo manobra para sobreviver.

Perante as crescentes exigências da oposição, Salazar é obrigado a conceder, espartilhando-as, algumas liberdades elementares de reunião, de associação, de imprensa.

É neste quadro que a criação do MUD é encarada pelo CNUAF, e é neste processo que a iniciativa do grupo do Café Portugal, impulsionada à revelia do Conselho por Lima Alves, actua objectivamente para a divisão da unidade antifascista e afinal para a tentativa de fazer passar com êxito a manobra de Salazar.

Na iniciativa da tertúlia do Café Portugal foram, naturalmente, arrastados, como já salientámos, democratas de grande prestígio e honestidade política, como José Magalhães Godinho, entre outros.

É depois, em condições difíceis, que na reunião do Centro Escolar Republicano Almirante Reis, na condução política do MUD, se faz incluir Bento Jesus Caraça, membro do PCP desde 1938, de Barbosa de Magalhães, um grande jurista e antifascista de provada honradez política, ambos membros do executivo do CNUAF, de Alves Redol, o maior clássico da literatura neo-realista portuguesa, membro do PCP desde 1932, de Albertino Dias, operário metalúrgico também membro do PCP e de outros consequentes democratas.

A criação do MUD levou, não somente, à rápida elaboração das listas de candidatos a deputados da oposição às eleições de Novembro, a que não concorreram por recusa do governo fascista à garantia de condições mínimas de honestidade do acto eleitoral, como proporcionou a criação de uma vasta orgânica nacional de massas da democracia portuguesa com as comissões locais e profissionais do MUD e, mais tarde, a criação do MUD Juvenil, que rapidamente alargou a sua influência a amplas camadas da juventude e que, no convívio festivo de Bela Mandil, no Algarve, em que participaram milhares de jovens revelaram a força da intervenção política da juventude democrática.

Nos curtos três anos da sua existência o MUD constituiu a mais forte expressão de unidade dos democratas portugueses.

O divisionismo, alimentado pela hegemonia dos Estados Unidos com o seu "Plano Marshal" e a doutrina churchiliana de Fulton, abriu brechas incuráveis no movimento unitário dos democratas portugueses até ao 25 de Abril.

Neste 10 de Outubro de 1995, quando a direita, governante há mais de dez anos, foi arredada do poder, as lições de unidade na diferença do Movimento de Unidade Democrática de há 50 anos, permanecem actuais e vivas. ■

«O Militante»

Recordações e leituras



«Algumas recordações e leituras» é o antetítulo de um artigo do camarada Blanqui Teixeira publicado no último número de «O Militante», para o qual o «Avante!» chama a atenção. É um artigo escrito a propósito da criação, há 50 anos, do Movimento de Unidade Democrática (MUD), bem como da anterior criação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista, do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e do papel neles desempenhado pelo PCP.

«Algumas recordações e leituras» justifica aqui a lembrança de alguns textos inseridos no mesmo «O Militante» quando publicado na clandestinidade, em algumas das suas edições posteriores ao final da II Grande Guerra Mundial, quando a vitória dos exércitos aliados criou em Portugal condições para um aumento da actividade oposicionista e levaram mesmo Salazar a tentar simular um processo eleitoral democrático.

Em Abril de 1946, o boletim de organização do PCP publicava um artigo onde se criticava, por um lado, a chamada «orientação legalista» dos que ingenuamente acreditavam na sinceridade do Governo e na «viragem para a democracia» e, por outro lado, se criticava também os que menosprezavam «o recuo que o fascismo foi obrigado a fazer e negam a importância das novas possibilidades de luta legal». A concluir esse texto, afirma-se:

«Desde a primeira hora que o Partido sublinhou que o fascismo salazarista continua a ser fascismo, que o governo não quer encaminhar Portugal para a democracia. No documento assinado pelo Bureau Político (Outubro de 1945), bem como em artigos posteriores do «Avante!», o Partido insistiu no carácter fascista do governo, desmascarou o prosseguimento da sua política de exploração e opressão, e mostrou que o governo pretendia realizar uma «manobra política e dar uma satisfação ilusória» às aspirações do nosso povo manifestadas com extraordinário vigor no dia da Vitória. Desde a primeira hora, contra as ilusões e esperanças ingénuas de muitos, o Partido mostrou ao povo o carácter demagógico das eleições-burla e advertiu-o contra futuras medidas para retirar as poucas liberdades. O Partido mostrou que o governo, forçado a ceder algumas possibilidades de luta legal, reforçava, em contrapartida, o seu aparelho repressivo.

«Em segundo lugar, desde a primeira hora, o Partido sublinhou que as magras liberdades concedidas não foram uma dádiva generosa do governo fascista. O manifesto do Bureau Político pôs a claro que essas ligeiras liberdades foram o resultado, não da generosidade do fascismo, mas da luta do povo português e das forças antifascistas, e da luta vitoriosa na guerra da coligação anti-hitleriana. Contra ingénuos e derrotistas que, acreditando nas palavras de Salazar, viam nas medidas do governo uma política «independente», o Partido mostrou que o governo foi forçado a conceder essas liberdades.

«Temos assim os dois traços mais salientes da situação política nacional no momento presente: por um lado, o governo salazarista reforça o seu aparelho de dominação, reforça os seus métodos fascistas. Por outro lado necessita, pela pressão do povo e da situação internacional, de tomar medidas que vão ao encontro das aspirações democráticas da nação.

«Compreendendo assim a situação nacional, daqui resulta a orientação a seguir.

«Se o governo continua sendo um governo fascista, continua reforçando o seu aparelho de dominação, não é dele

que temos a esperar a transição para a democracia. Dele temos a esperar violências e demagogia. Como o Partido sublinhou desde a primeira hora, é o nosso povo que, pela sua luta, tem de conquistar a democracia. E isto significa que não devemos esperar de braços cruzados a evolução pacífica para a democracia guiada por Salazar, não devemos limitar-nos a agir dentro das liberdades condicionadas que o governo se vê obrigado a ceder, mas ao contrário, lutar pela consolidação e alargamento dessas liberdades e utilizá-las com o fim de mobilizar o povo, mobilizar a nação, para a luta pelas suas aspirações fundamentais. Por outro lado, se reconhecemos que o governo, pela pressão do povo e pela situação internacional, é obrigado a recuar e a ceder, não devemos desprezar as novas possibilidades que se abrem, mas, ao contrário, defendê-las sempre que o fascismo as queira retirar como hoje acontece com o MUD, utilizá-las o mais largamente possível, sempre com o mesmo objectivo em vista, de unir mais ainda o povo na luta pela democracia, alargar mais ainda a frente democrática, conduzir as mais vastas massas à arena da luta política, arrancar pela luta de massas novas concessões ao fascismo, e levar sempre adiante e mais adiante o povo português na luta contra o fascismo, pela instauração das liberdades fundamentais, por eleições livres.»

Tarefa no MUD

No número de Setembro de 1946 de «O Militante», cujo tema principal era dedicado às tarefas da organização do PCP decididas no recente II Congresso ilegal, incluiu-se um artigo intitulado «Tarefa que se impõe no Movimento de Unidade Democrática», onde se lia:

«O Movimento de Unidade Democrática tem uma enorme importância para a libertação de Portugal do jugo fascista. Para que o MUD não continue a sofrer duros revezes e não acabe por soçobrar, só há um caminho a seguir no momento presente: reagrupar as forças do próprio MUD no sentido de que elas não cedam, nem mais um passo, nas posições conquistadas e que se preparem para uma nova ofensiva.

«Apesar das medidas de repressão e ilegalização do MUD, e de desânimo de democratas mais ingénuos, impõe-se que continue a defesa da legalidade do MUD, o seu alargamento a vastos sectores de opinião, a continuação da sua actividade de organização e mobilização de massas.»

(Resolução para o caminho do derrubamento do fascismo)

«Para conseguir este objectivo são indispensáveis três condições: em primeiro lugar é preciso que as comissões criadas, sejam renovadas com elementos activistas de forma que passem a ter uma actividade constante, o que se não tem dado até aqui, isto é, consolidar o que conquistamos. Em segundo lugar, torna-se necessário criar novas comissões onde ainda não existam, com o fim de congregar todos os elementos democráticos ainda dispersos e pólos em movimento, quer dizer, atrair novas reservas.

«Cada comissão deve tornar-se um organismo vivo capaz de mobilizar todos os elementos democráticos, quer na fábrica, rua, aldeia, freguesia, etc., para manifestações que tenham como fim alargar e consolidar o MUD, defender as liberdades, lutar contra as violências e arbitrariedades fascistas. A cada acção do salazarismo, para desagregar e aniquilar o MUD, cada comissão deve estar à altura de mobilizar os elementos para impedir tal objectivo. Ultimamente têm sido presos e perseguidos elementos democráticos, dos mais activos. Todavia estes factos continuam a ser desconhecidos pela maioria do povo português e no estrangeiro. As forças democráticas não têm sido mobilizadas para reagir contra esta situação. É preciso que isto não se continue a dar; é preciso que a cada ataque do salazarismo para aniquilar o MUD, este saiba responder a esse ataque, fazendo com que o salazarismo seja obrigado a conter esse ataque e retroceder. Isto será conseguido na medida em que o próprio MUD passe a actuar prontamente e numa forma homogénea em todo o País.

«Aos comunistas compete, principalmente esta tarefa. Cada comunista deve procurar multiplicar o seu contacto com as massas democráticas, deve ser um verdadeiro activista do MUD, deve ser o impulsor e o organizador das acções do MUD na luta contra o salazarismo.»

Contra a inércia

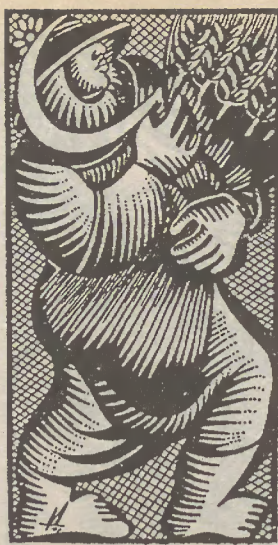
Sob o título «Contra a Inércia e a Rotina no Movimento Democrático», lia-se no «O Militante» de Dezembro do mesmo ano:

«Errado é supor que o governo de Salazar virá a convencer-se da inutilidade da sua resistência à vontade da nação e acabará por abandonar voluntariamente o poder. É o povo português, são as forças antifascistas, que têm de libertar Portugal da barbárie fascista. Como? Mantendo, alargando e fortalecendo a sua unidade e chamando amplas camadas da população à luta pelas liberdades democráticas e por reivindicações políticas imediatas.

«Algumas manifestações e assembleias comemorativas (5 de Outubro, 30 de Novembro na «Voz do Operário», funeral de Abel Salazar, entre as mais recentes) são importantes acções antifascistas e têm contribuído poderosamente para o alargamento e fortalecimento da unidade, para defesa da legalidade do MUD e para obrigar o salazarismo a recuar. Mas a essas acções limitadas às principais cidades e realizando-se de longe em longe, devem suceder pequenas e grandes acções por todo o País, multiplicando-se e coordenando-se. O MUD não deve limitar-se a comemorações e sessões solenes em Lisboa e mais algumas cidades, realizando-se de longe em longe, ainda que isso seja muito útil, necessário e positivo. É necessário vencer a inércia e a rotina da maioria dos organismos do MUD; é necessário criar uma verdadeira organização nacional do MUD e que essa organização seja atuante.»

Contrariando algumas teses que a dada altura defendiam a impossibilidade de manter-se o MUD e o MUD Juvenil na esfera da legalidade fascista, o «O Militante» de Setembro de 1947 publicava:





«O MUD é um movimento de democratas de todas as tendências políticas que têm como aspiração comum a instituição de eleições livres em Portugal. O PCP, como partido antifascista, não pode deixar de apoiar um tal movimento, porque entende que a concessão ao povo português das liberdades fundamentais (entre as quais a liberdade da constituição dos partidos políticos antifascistas) e a realização de eleições em que o povo escolha os seus governantes, são um passo essencial para encaminhar Portugal para o bem-estar, o progresso, a democracia e a independência.

«O MUD foi edificado como um movimento legal da oposição democrática. A sua característica legal permitiu-lhe um grande desenvolvimento político e orgânico, uma larga influência de massas e uma actuação regular (ainda que em muitos casos insuficiente) em face dos problemas correntes da política nacional. Essa característica permitiu-lhe ainda desenvolver um positivo movimento de assistência, atrair numerosas mulheres democratas e criar um amplo e poderoso movimento da juventude progressista. O PCP, como partido antifascista, não pode deixar de apoiar este movimento legal, emitindo a opinião de que é dever de todos os democratas portugueses, adultos e jovens, defender a legalidade do MUD contra todas as repressões e tentativas do fascismo para o ilegalizar e aniquilar.»

Ofensiva policial

O «O Militante» de Outubro desse ano dedicou atenção especial à ofensiva policial entretanto desencadeada pela ditadura contra o PCP e do aparelho repressivo no seu todo sobre as forças democráticas em geral, referindo a dado passo:

«Uma tal situação originou um afrouxamento na luta das forças oposicionistas e um ambiente de receio em muitos dos seus elementos. Isto aparece com bastante clareza, muito particularmente, no MUD com a diminuição da sua actividade e com as tendências surgidas em parte dos seus elementos para a sua ilegalização ou extinção.

«Como se vê, o salazarismo, com a sua tática de iludir e fraccionar, por um lado, e de atacar, por outro, tem conseguido alguns sucessos aos quais não podemos fechar os olhos e que a continuarem podem abalar profundamente a combatividade que se vinha notando nas forças da oposição e atrasar, a sua completa unificação.»

«É preciso combater o derrotismo e as vacilações!» foi o título de um artigo de «O Militante» de Janeiro de 1948 onde se faz o historial da criação do MUD e o balanço à sua actividade e se rebatia a ideia dos que defendiam que o MUD deveria ter participado nas eleições de 1945, apesar da manifesta falta de condições de liberdade e justiça democráticas, e que a palavra de ordem que reclamava «eleições livres», entretanto adoptada, deveria ser substituída pela reivindicação de eleições «com um mínimo de condições». Nesse artigo, lê-se:

«Num momento em que se assistia no País a um despertar impetuoso das forças democráticas e em que no campo internacional se assinalavam sempre novas vitórias

das forças antifascistas, em que o fascismo para procurar sobreviver se mascarava o melhor que podia com trajos pseudodemocráticos, poderia a oposição colaborar nessa manobra e aceitar as liberdades condicionadas que o fascismo foi obrigado a conceder-lhe? Se o tivesse feito, não teria podido pôr em cheque perante o País e perante o mundo essa manobra eleitoral do salazarismo, teria insuflado a este novas forças, teria abdicado das condições e da força que o movimento nascente lhe emprestava. Colaborar, pois, nessa burla eleitoral, teria sido o mesmo que colaborar com o fascismo.

«Por que se pôs como palavra de ordem “Eleições Livres”? Porque face à manobra eleitoral de Salazar e às suas liberdades condicionadas, o que havia que exigir, para desmascarar essa manobra e para corresponder ao sentir das massas, era lutar por eleições onde o povo português pudesse exprimir livremente a sua vontade. Foi porque a palavra de ordem “Eleições Livres” correspondia bem ao sentir das massas que estas aclamaram nas manifestações da Vitória e que o MUD viu agruparem-se à sua volta centenas de milhares de democratas e os melhores valores nacionais. Não lançar essa palavra de ordem seria contrariar o sentir das massas, seria travar o crescimento dessa grande força legal da oposição que é o MUD.»

Chega o momento das eleições presidenciais que proporcionam à oposição democrática a apresentação da candidatura do general Norton de Matos.

No «O Militante» de Dezembro de 1948 alerta-se para a estratégia seguida por Salazar e para o amplo apoio conseguido por aquela candidatura:

«A apresentação da candidatura do general Norton de Matos traduz o fortalecimento das forças democráticas, realizado nos últimos anos. Não foi Salazar que ofereceu às forças democráticas a possibilidade de apresentarem um candidato. O governo desejava, é certo, um “candidato da oposição”. Mas um “candidato” dócil que se deixasse manobrar e dirigir pela camarilha fascista. O general Norton de Matos, apresentou a sua candidatura contra a vontade do governo fascista, que tudo tem feito para a sabotar.

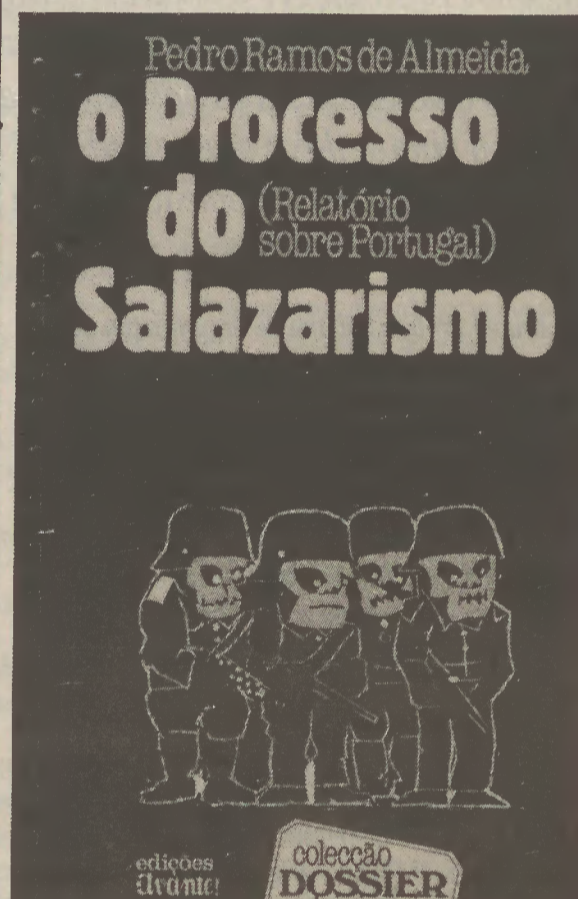
«A unidade das organizações antifascistas criada no MUNAF, bem como a unidade dos objectivos políticos imediatos de todos os democratas (liberdades democráticas e eleições livres) forjada na propaganda, organização e acções de massas do MUD, criaram à volta do candidato uma tal unanimidade e um tão amplo apoio, que tornam extremamente difícil ao governo fascista a eliminação desta candidatura.

«Salazar não se dá, porém, por vencido e insiste no seu objectivo fundamental em relação às “eleições” presidenciais: levar os democratas às eleições em condições de aí serem derrotados. Pretende com isso quebrar o ímpeto do movimento democrático e dar, aos olhos do mundo, uma aparência democrática ao regime fascista.

«Mas os fascistas tropeçam com a unidade dos antifascistas portugueses, com a crescente consciência política das massas, com o MUD, com o MUNAF e sobretudo, com a força, a acção esclarecedora, a influência e prestígio do PCP. Por isso, à medida que se aproximam as eleições presidenciais, os fascistas multiplicam os seus esforços para dividir as forças democráticas, destruir o MUNAF, dissolver o MUD, atingir e isolar o PCP, impedir a movimentação das massas e criar uma oposição inofensiva.»

Pedro Ramos
de Almeida

O Processo do Salazarismo



Preço: 945\$00

Neste livro poderá o leitor encontrar uma explicação muito completa da estrutura do fascismo português, uma breve cronologia dos mais importantes acontecimentos da luta antifascista até 1963, uma denúncia vigorosa da repressão fascista e da crueldade da guerra colonial, uma exposição sobre os interesses económicos que sustentavam o regime fascista e aos quais ele servia.

Roberto Gonzalez denuncia na ONU

Os custos do boicote a Cuba

"Pelo terceiro ano consecutivo, venho a esta tribuna denunciar o que foi denunciado, condenar o condenado, reafirmar o que é já uma exigência da maioria da comunidade das nações." Palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Roberto Robaina Gonzalez, na sua intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas, nos últimos dias de Setembro.

Uma vez mais, Cuba denunciou, perante a ONU, o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos há 36 anos. Bloqueio em vão condenado pela Assembleia Geral, em três anos consecutivos, pela aprovação das Resoluções 47/19, 48/1 e 49/9.

Na sua intervenção, Roberto Gonzalez sublinha os avanços entretanto registados por Cuba, na superação da crise, apesar do bloqueio. E denuncia as políticas que, a nível internacional, visam - tal como em relação ao seu país - a imposição de mecanismos de dominação.

"As exigências da imensa maioria do planeta de preservar a igualdade soberana, a integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, que constituem as bases do direito internacional, contrapõem-se as vozes dos que pretendem enterrar todos esses princípios em benefício próprio", denuncia o ministro cubano, que refere igualmente a negação do "direito ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, através da imposição de mecanismos que contêm em si o fermento da dominação".

"A partir dos centros do poder mundial - diz - impõem-se refinadas e subtis formas de uma nova colonização, como componente das políticas nacionais e estratégias de segurança nacional, ou melhor dizendo, de dominação extraterritorial."

As mesmas políticas que - sob uma forma mais directa - têm Cuba como alvo.

Entretanto, e apesar de mais de três décadas de bloqueio, há indícios de superação da crise em que o país tem vivido nos últimos anos.

Em termos numéricos, os prejuízos causados pelo bloqueio à economia cubana, no ano de 1994, são da ordem dos 1.000 milhões de dólares, o que corresponde a cerca de 50% do total de importações do país nesse mesmo ano.

"A economia cubana registou um crescimento de 0,7% no fim do ano passado, enquanto o défice orçamental foi reduzido quase a metade" - sublinhou Robaina Gonzalez. "No fim do primeiro semestre de 1995, a economia tinha crescido de 2%. Importantes medidas económicas permitiram estes resultados, sem que em momento algum tenha sido afectada a tradicional preocupação do nosso governo pela educação, a saúde, o emprego e a segurança social".

Um balanço relativamente positivo num quadro de grandes dificuldades.

Em carta enviada em Junho ao secretário-geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, o ministro cubano refere de forma detalhada, e com múltiplos exemplos, "a incidência negativa que tiveram as medidas de agressão na economia cubana e no nível de vida da população", nomeadamente através de "um aumento significativo nos custos de aquisição, na insegurança dos fornecimentos, na desestabilização dos fluxos de distribuição e de produção".

Em termos numéricos, os prejuízos causados pelo bloqueio

à economia cubana, no ano de 1994, são da ordem dos 1.000 milhões de dólares, o que corresponde a cerca de 50% do total de importações do país nesse mesmo ano.

São múltiplas as formas como a economia cubana é afectada pelo bloqueio. E os exemplos concretos não faltam.

"Na sequência da entrada em vigor da Lei Torricelli, muitas das transportadoras começaram a exigir maiores fretes, alegando que, sempre que aporte em terra cubana, o barco não será depois admitido em portos dos Estados Unidos durante meses."



O preço do transporte de cereais duplicou, nos últimos meses, pelo risco que representa entrar em portos bloqueados

Isto significa, por exemplo, que "o transporte de cereais, de que Cuba não pode prescindir, teve que ser pago nos últimos meses a 80 dólares por tonelada, quando anteriormente os preços andavam pelos 40 dólares".

Um outro facto - "o ano passado, o governo da República de Cuba foi informado, pelos representantes de importantes firmas de países desenvolvidos, de que grandes projectos de investimento na área do turismo seriam suspensos por pressões directas da parte das autoridades norte-americanas".

Na área da energia - essencial para Cuba - essas pressões são particularmente fortes. "Uma empresa mexicana, que participava num importante projecto destinado a activar uma das principais refinarias do país, recebeu a visita de funcionários norte-americanos, que avisaram que os negócios com Cuba iam contra os acordos estabelecidos entre o México e os Esta-

dos Unidos e que poderiam prejudicar as relações entre os dois países."

Todas estas medidas têm inevitáveis consequências no plano social e sobre o nível de vida da população cubana.

"Em 1989, o índice nutricional per capita diário da população cubana era superior, em termos comparativos ao de países com níveis de desenvolvimento similar e mesmo superior."

Entretanto, sublinha Roberto Gonzalez na carta ao secretário-geral da ONU, devido a diferentes factores e, em particular, "às medidas de recrudescimento do bloqueio norte-americano a Cuba, registou-se uma progressiva deterioração no consumo de importantes elementos da dieta diária". Entre 1989 e 1993, registou-se uma quebra per capita de 40% no consumo de proteínas, 67 a 62% de vitaminas A e C, para referir apenas alguns exemplos.

Estas carências têm particular incidência em sectores da população como as mulheres grávidas ou as crianças até aos cinco anos de idade. "A anemia tem vindo a afectar de maneira crescente as mulheres grávidas e as crianças até aos cinco anos."

Face a esta situação, afirma-se na carta, o "governo de Cuba desenvolve grandes esforços no sentido de atenuar os traumáticos efeitos do criminoso bloqueio contra a nação cubana e esforçou-se por manter o equilíbrio no consumo de alimentos e medicamentos entre a população com os reduzidos recursos económicos de que o país dispõe, de forma a preservar os níveis de atendimento médico, educação, segurança e assistência social."

Nesse sentido, procedeu-se a "transformações na economia para incrementar a produção de alimentos, recuperar o potencial de exportação, reanimar a actividade produtiva em diversos sectores e reestabelecer um nível aceitável de serviços básicos à população, cujos resultados, ainda que modestos e abaixo das necessidades reais, são encorajadores".

Na área social e de saúde, os problemas são entretanto ainda agravados com medidas de boicote que atingem a área dos medicamentos.

"Importantes companhias farmacêuticas e fornecedores de equipamentos médicos, que historicamente mantinham relações comerciais com Cuba, informaram recentemente as autoridades cubanas da impossibilidade de procederem às entregas solicitadas, como consequência das proibições impostas por agências federais norte-americanas, por utilizarem produtos e tecnologias dos Estados Unidos."

Neste quadro, se as consequências do bloqueio sobre o povo cubano não são ainda mais graves, "se nenhuma escola e nenhum centro de saúde deixou de prestar os seus serviços à população e foi possível manter os principais índices de mortalidade e de morbilidade, tal deve-se à elevada qualificação e sentido humano de professores, médicos, enfermeiras e técnicos e à organização e estrutura do sistema de saúde e de educação do país".

Partido Popular da Palestina rejeita o Acordo de Taba

«Este é apenas um acordo de partilha de funções»

A Comissão Política do Partido Popular da Palestina (PPP) considera que o Acordo de Taba, assinado no passado dia 24 pela OLP e por Israel, apesar de corresponder a algumas exigências, «favorece a fragmentação do território da nação palestina em cantões isolados e vê a Margem Ocidental como uma área disputada, criando precedentes para uma mais extensa segmentação no futuro».

Num documento a que o *Avante!* teve acesso, o PPP afirma que «o acordo ilustra a intenção israelita de não retirar completamente dos territórios ocupados e a recusa de respeitar as resoluções das Nações Unidas», bem como a tentativa de separação do problema dos residentes da questão da terra e dos recursos naturais, «transformando os direitos palestinos na partilha de funções, sem tocar na soberania nacional».

Ao rejeitar o Acordo de Taba, o Partido Popular defende que a sua assinatura não levará à independência nacional ou à criação de qualquer Estado palestino independente, referindo que a Margem Ocidental será transformada num

grupo de ilhas palestinianas rodeadas por um mar de colonização e ocupação armada israelita. E acrescenta: «Os resultados do acordo de paz até agora têm sido prejudiciais para a economia palestiniana, cujo desenvolvimento é necessário para a obtenção de segurança e estabilidade na área.»

«O acordo determina que Israel tem pleno controlo sobre a segurança externa e a segurança dos colonos israelitas na Margem Ocidental, constituindo mesmo uma violação do Acordo de Oslo. O conceito de retirada da ocupação tornou-se um conceito de retirada parcial, enquanto as forças militares israelitas são mantidas em exercício naquela zona como um todo e são separadas partes deste território para Israel as anexar. O acordo é assim um acordo de partilha de funções, tal como foi sugerido pelo antigo secretário de Estado dos EUA, George Shultz, que dá aos palestinianos o controlo civil e de segurança sobre as populações e conserva o controlo militar e de soberania nas mãos de Israel», salienta a Comissão Política do PPP.

Aludindo ao facto de ter sido concedido aos colonos o direito de viver na Margem Ocidental e a Israel o direito de propriedade dos recursos naturais, especialmente da água, o PPP sustenta que os termos de referência do acordo foram «as exageradas reclamações de segurança dos colonos, que infringiram as regras internacionais ao furtar terra e recursos».

Relativamente à água, e não obstante o facto de Israel ter previamente proposto aumentar a quota palestiniana em cerca de 60 milhões de metros cúbicos, neste acordo foi aceite adicionar apenas 28 milhões aos actuais 100 milhões. «Em 1996, Nablus, Toulkarem e Ramallah só por si necessitarão de 60 milhões de metros cúbicos adicionais ao que é agora atribuído aos palestinianos. Segundo o acordo, qualquer aumento da necessidade de água

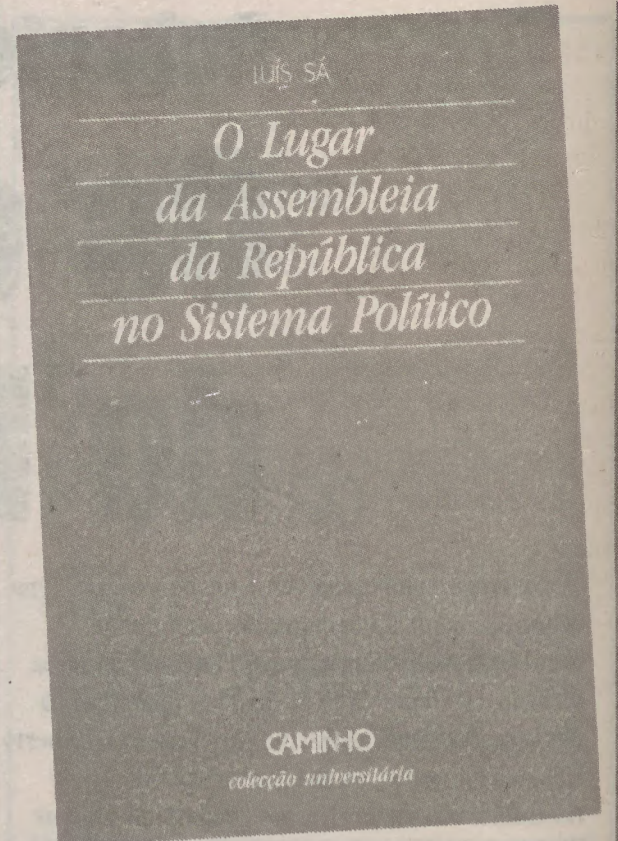
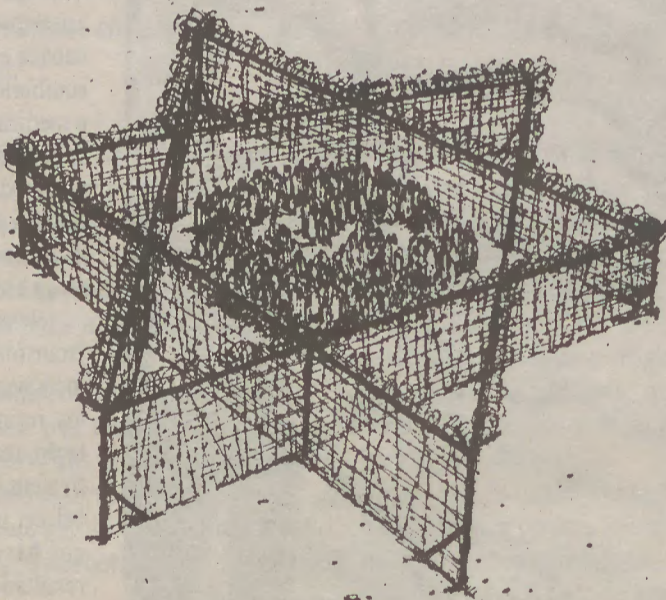
para os palestinianos deve vir de fontes exteriores», regista o Partido Popular da Palestina.

Segundo o Acordo de Taba, Israel manterá o controlo total sobre mais de 70 por cento da Margem Ocidental, incluindo áreas não habitadas, o que vem alargar o controlo dos colonatos sobre as vastas áreas que os circulam.

Hebron será dividida em cantões e o poder e a liberdade militar conservadas nas mãos dos ocupantes. Na cidade,

aumenta também a área controlada pelos israelitas, «sujeitando-se os interesses dos seus 150 mil habitantes aos caprichos de 400 colonos». Nas 450 aldeias, onde vivem 68 por cento dos habitantes da Margem Ocidental, o poder da Autoridade Palestiniana será limitado à administração civil. A movimentação da polícia palestiniana nestas áreas deve ser previamente coordenada com militares israelitas.

A questão de Jerusalém não foi discutida nas negociações. O acordo feito para os residentes de Jerusalém participarem nas eleições para a Autoridade Palestiniana promove, de facto, o plano de separação israelita, pois autoriza a votar apenas aqueles que têm igualmente residência permanente na Margem Ocidental. Os residentes devem votar fora da cidade ou enviar os seus votos para as urnas fora de Jerusalém, tal como se vivessem no estrangeiro. O PPP sublinha que as eleições podem ser usadas para tornar os palestinianos inseguros e transformá-los em estrangeiros vivendo numa cidade onde não têm quaisquer direitos.



A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

PONTOS CARDEAIS

Os tachistas

Os directores de Informação da RTP e da RDP, Manuel Rocha e Pedro Cid, foram colocados nos respectivos (e chorudos) cargos através da última remodelação operada pelo Governo de Cavaco Silva nestes importantes órgãos públicos de Comunicação Social, garantindo-se assim - como a prática o demonstrou - a continuação e o aprofundamento da governamentalização laranja nestes meios públicos de comunicação. A coisa foi a tal ponto, que grangeou uma das poucas unanimidades nacionais dos últimos tempos: a de que os serviços informativos das televisões e rádio estatais estavam ao serviço do PSD. Seria de esperar que estes dois senhores, na sequência da estrondosa derrota do partido que serviram arrogantemente à custa do erário público,

com ele se solidarizassem com a mesma clareza com que com ele se comprometeram. Mas não. Ambos já fizeram constar que não se demitirão dos seus cargos na sequência das eleições do passado dia 1, admitindo apenas «colocar os lugares à disposição» se as administrações das respectivas empresas forem alteradas (o que é no mínimo, fátuo: mudando as administrações, os seus lugares ficam automaticamente dependentes das novas tutelas). E Manuel Rocha vai mais longe, afirmando que até concorda com o projecto do PS para a RTP. «Eu não tenho nenhuma perspectiva diferente», diz ele. Pois não. A perspectiva do «tacho» nunca muda, é estrutural em quem dela vive...

A portaria do «bate e fuge»

Manuela Ferreira Leite, ministra da Educação do defuncto governo de Cavaco Silva, decidiu assinar, por despacho, o novo regime de habilitações para a docência, apesar de se encontrar de malas aviadas e já não ter nada a ver com os assuntos do Ensino. O escandaloso da questão é que a referida portaria já havia sido liminarmente rejeitada por todos os sindicatos, dadas as profundas e lesivas implicações que tem sobre a carreira dos professores. Implicações tão graves que todos os sindicatos já haviam ameaçado: se a portaria fosse para a frente, havia greve. Perante isto, a ministra adiou a assinatura da portaria até estar quase a sair, deixando, ao seu sucessor, um Ministério

«armadilhado».

A consciência dessa «armadilha» é tão óbvia, que a ministra já disse que o seu sucessor necessitará de uma «coragem monumental» para suspender o despacho, como obviamente o vão exigir os sindicatos. Quem não teve coragem para avançar com a portaria foi a própria Manuela Ferreira Leite, quando isso podia trazer custos eleitorais ao PSD. O que a quase ex-ministra se limitou a ter foi «lata», ao publicar a portaria como quem «bate e fuge»...

Sub

O escritor britânico Salman Rushdie, autor do livro «Versículos Satânicos» e, por isso, condenado à morte em Fevereiro de 1989 por uma «fatwa» (decreto

religioso) do ayatolla Khomeiny, já está de novo autorizado a voar na companhia aérea alemã Lufthansa, segundo anunciou o jornal alemão «Tageszeitung». Lendo-se isto, julgar-se-ia que a Lufthansa, companhia aérea estatal dependente do governo alemão, tinha proibido o escritor de viajar nos seus aviões devido a um acesso de fundamentalismo do governo de Bonna. Nada disso. O governo alemão, como se vê pelas suas posições oficiais, continua a ser um adversário do totalitarismo religioso que impera no Irão. A proibição, agora levantada, de acesso aos voos da Lufthansa imposta a Salman Rushdie, não foi em cumprimento de nenhuma «fatwa». O civilizado e democrático governo alemão nunca faria uma coisa dessas. Limitou-se a segregar o escritor porque este representava «razões de risco para os outros passageiros»...

FRASES da SEMANA

«A jogada que a SIC fez às claras - e que a TSF fez dissimuladamente, mas nem por isso com menos infelicidade - de dar os resultados antes do fecho das urnas revela desrespeito pelos direitos de cidadania, arrogância perante a lei e desprezo pela ética e técnica da profissão.»

☞ (Oscar de Mascarenhas - «Diário de Notícias», 04.10.95)

«Porque as leis democráticas são para ser cumpridas, parece evidente a necessidade de alterar a actual lei e passar a permitir a divulgação, sempre, de estudos sérios sobre o estado da opinião, em cada momento.»

☞ (Francisco Sena Santos, jornalista da TSF - «Público», 07.10.95)

«O que se passou foi inadmissível.»

☞ (Cardoso da Costa, Presidente do Tribunal Constitucional - «O Diabo», 10.10.95)

«Cavaco retirou-se demasiado depressa.»

☞ (Vieira de Carvalho, Presidente da Câmara da Maia - «Público», 07.10.95)

«Cavaco Silva, como primeiro-ministro, foi um pai tirano.»

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 07.10.95)

«(...) todo o processo (abandono da liderança do partido e formalização da candidatura presidencial) deveria ter sido conduzido de forma diferente (...).»

☞ (Gonçalves Afonso, Vice-Presidente da Distrital do PSD/Porto, citado em «Público», 08.10.95)

«(...) é um perfeito disparate dizer-se que, por ser sexta-feira 13, esse dia está excluído, por superstição, para a apresentação da candidatura.»

☞ (um membro do núcleo duro da candidatura cavaquista, citado em «Semanário», 07.10.95)

«(...) impõe-se não esquecer que as presidenciais são amanhã. E lançar portanto um SOS a Cavaco Silva.»

☞ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 04.10.95)

«Não fui convidado para dirigir a campanha.»

☞ (Proença de Carvalho - «O Diabo», 10.10.95)

«Sentia-se no ar um mal-estar evidente.»

☞ («Comissão Política do PSD culpa Cavaco pela derrota», em «Semanário», 07.10.95)

«Sá Carneiro não se importou de ser chamado "instabilizador" e Cavaco Silva de "autoritário". Ambos usaram os votos para subverter um sistema político e eleitoral que gera governos fracos e ingovernabilidade, que valoriza a inércia e os adiamentos (...).»

☞ (Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 05.10.95)

PONTOS NATURAIS

Uma questão de alimentação saudável

Nuno Cintra Torres, empresário no ramo da televisão por cabo, publicou no **Público** de 3/10 um artigo que vale a pena ler.

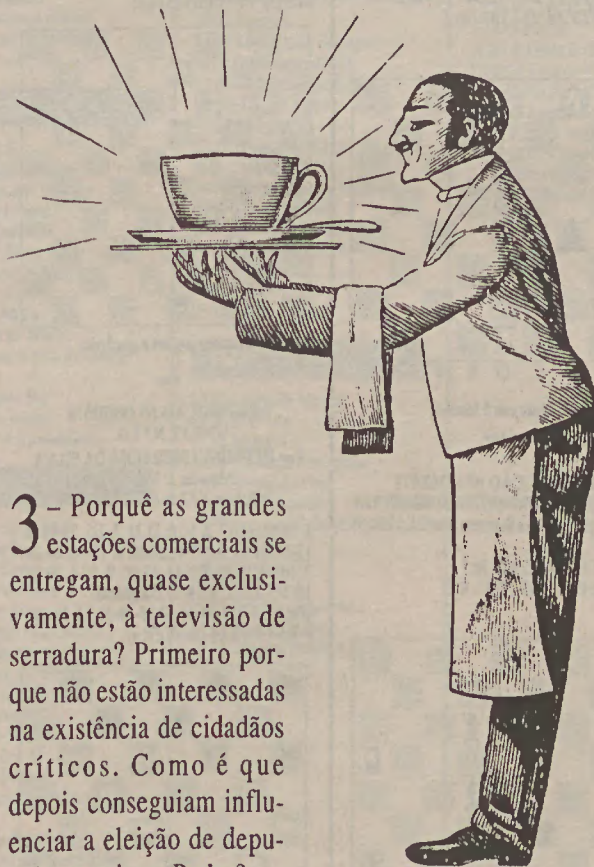
1 - No essencial, a sua tese é a seguinte: quem quer cultura, paga-a. Já se ouviu o mesmo mas referido à saúde. Segundo o autor, não é justo que todos paguem aquilo que só alguns consomem. O ideal está no modelo americano, um serviço público de televisão pago por alguns (donativos, patrocínio de empresas, mecenato, entidades estaduais) mas colocado ao dispor de todos.

Cintra Torres incorre num equívoco. De facto, todos os donativos, patrocínios e mecenato que sustentam a PBS são descontados nos impostos — valores, não pequenos, que a comunidade, atra-

vés do Estado, deixa de receber. Vê-se pois, na prática, quem paga o serviço público «de alguns para todos»...

2 - Haveria assim dois compartimentos estanques: o da serradura e o da cultura, o dos curtos e o dos cultos. A televisão generalista continuava servindo doses de ciunete envoltas em hóstias escapistas; e a outra (por cabo, evidentemente, com cobrança ao domicílio...) daria cultura ou temas específicos.

Pessoalmente, eu proporia o contrário. Os necessitados de droga, pagariam o escapismo por cabo, e o serviço generalista esforçar-se-ia por combater no terreno da sensibilidade, da inteligência e do carácter. Isto, segundo o mandamento camoneano: «Aos infieis, Senhor, aos infieis, e não a mim que sei o que podeis.»



3 - Porquê as grandes estações comerciais se entregam, quase exclusivamente, à televisão de serradura? Primeiro porque não estão interessadas na existência de cidadãos críticos. Como é que depois conseguem influenciar a eleição de deputados servis ao Poder?

Em segundo lugar, sendo a audiência o produto que elas vendem às empresas, interessa-lhes aproveitar o grande filão dos fragilizados no campo social e cultural, com triplo aproveitamento: amorte-

cem as tensões, enchem os bolsos e, chegada a hora, induzem a cruzinha no quadradinho mágico do boletim do eleitor.

4 - A vitória que se está verificando da BBC sobre a concorrência privada mostra que é possível aumentar a apetência por artigos de qualidade. Possível e desejável. Nada pior para a cultura do que fechá-la em reservas, em guethos, em santuários para elites. Abri-la ao mundo, às correntes de ar, é o melhor serviço que se pode prestar às audiências. Sabe-se já que a boa saúde assenta numa alimentação variada e equilibrada.

5 - Este princípio não comandou a televisão durante a campanha eleitoral, onde houve com fartura sensivelmente a mesma alimentação repartida por dois pratos. Mas isto será matéria para outra ocasião.

mário castro

Reuniões e plenários das organizações do PCP e de colectivos da CDU para análise e discussão dos resultados eleitorais e de linhas de trabalho futuro

Em LISBOA

- Plenário do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa: sexta-feira, dia 13, às 19h15, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

- Plenário de militantes da Zona Centro da Cidade de Lisboa para discutir o novo quadro político: sábado, 14, a partir das 16h, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Luís Sá.

- Plenário da célula dos Trabalhadores da CML, para análise e discussão dos resultados eleitorais, com a participação do camarada José Casanova: terça-feira, 17, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

- Plenário de militantes das freguesias de Ajuda e S. Francisco Xavier: no Centro de Trabalho da Ajuda, sábado, 14, às 16h.

- Plenário de militantes das freguesias de Alcântara, Prazeres, Belém, Campolide e Sto. Condestável: no Centro de Trabalho da Alcântara, sábado, 14, às 15h30, com a participação do camarada Arménio Carlos.

- Plenário de militantes das freguesias de Santos, Lapa, Sta. Isabel e S. Mamede: quinta-feira, dia 19, às 15h30.

Em CASCAIS

- Plenários em Alcabideche (no Centro de Trabalho, sábado, 14, às 15h, com a participação da camarada Helena Medina) e da freguesia de Carcavelos (no CT de Sassoeiros, domingo, 15, às 15h, com a participação do camarada Alexandre Teixeira).

Em COIMBRA

- Plenário de Com. Concelhia/Sector Intelectual/Sector Sindical, com a participação do camarada Sérgio Teixeira: sexta-feira, dia 13, às 21h, no CT de Coimbra (R. da Sofia).

- Plenário de militantes do concelho de Condeixa-a-Nova, com a participação do camarada Sérgio Teixeira: terça-feira, 17, às 21h30.

Em LOURES

- Plenário da organização do PCP da freguesia da Pontinha, com a participação do camarada Luís Sá: no Centro de Dia da Terceira Idade, hoje, dia 12, às 21h30.

Plenários da CDU: de Santo Antão do Tojal (no salão da Junta de Freguesia, hoje às 21h30); de Odiveiras (no Centro de Trabalho do PCP, sexta-feira, 13, com a participação de Jerónimo de Sousa); de S. João da Talha (na sala da Assembleia de Freguesia, sexta-feira, 13, às 21h); de Caneças (sexta-feira, 13, às 21h30, com a participação de Manuela Bernardino); de S. Julião do Tojal (sexta-feira, 13, às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP).

Em OEIRAS

- Plenário de militantes da freguesia de Paço de Arcos: hoje, dia 12, às 20h30, no Centro de Trabalho de Algés.

No distrito de SETÚBAL

- Em Almada, da célula da Lisnave, hoje, dia 12, às 17h, no CT concelhio, para análise dos resultados eleitorais e discussão da situação na empresa e reforço da organização do Partido.

- No Barreiro, plenário concelhio de Quadros - sexta-feira, dia 13, às 21h, no Centro de Trabalho da Com. Concelhia, com a participação do camarada Vítor Dias.

- Plenários das organizações das freguesias de Amora (sábado, 14, às 15h, no Centro de Trabalho); de Paio Pires (sábado, 14, às 15h, no Centro de Trabalho); de Seixal (domingo, 15, às 15h30, no Centro de Trabalho); de Arrentela (sábado, 14, às 15h30, no Centro de Trabalho).

- Em Setúbal, plenários das freguesias de S. Lourenço (sexta, dia 13, às 21h, em casa do cam. Fernando Alves) e Faralhão (sábado, 14, às 21h, no Centro de Trabalho local).

Em SINTRA

- Plenário do Organismo de Empresas do concelho de Sintra: hoje, dia 12, às 21h, no CT do Cacém, com a participação do camarada Romeu do Rosário; plenário de militantes de S. João das Lampas: sexta-feira, 13, às 21h30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Jaime da Mata.

- Plenários de militantes do PCP e activistas da CDU: da Câmara e SMAS de Sintra - hoje, dia 12, às 18h, no CT de Rio de Mouro, com a participação de Romeu do Rosário; da freguesia de Algueirão - sexta-feira, 13, às 21h30, no CT do PCP, com a participação da camarada Clarinda Nogueira; da freguesia de Aqualva-Cacém - sexta-feira, 13, às 21h30, no CT do PCP, com a participação do camarada Luís Sá; da freguesia de Queluz - sexta-feira, 13, às 21h30, no CT do PCP, com a participação do camarada Carlos Grilo; das freguesias de Pero Pinheiro/Montelavar - sábado, dia 14, às 21h30, no CT do PCP, com a participação do camarada António Cordeiro; da freguesia de Rio de Mouro - sexta-feira, dia 13, às 21h30, no CT do PCP, com a participação da camarada Antónia Dimas.



HORIZONTAIS: 1 - Rebeldes. 2 - Bebera, monges. 3 - Aduzo em defesa; tio da América; abana. 4 - Sem companhia; ofertamos; cont. prep. e art. 5 - Cãnhamo da Índia; nono mês do ano Maometano; antiga nota musical. 6 - Ouro (s. q.); Vasco que foi à Índia em 1498; cofre; atmosfera. 7 - Devoto; arrecada. 8 - Cuido; corpo aeriforme; inexactidões. 9 - Agora; penhor; língua falada a Sul do Loire. 10 - Forma reductiva de rapaz; esgrima; art. 11 - Comiseração; entreguei; ligue; sufixo de profissão. 12 - Acalentam; ligara-se. 13 - Zune; não mencionados; laços apertados.

VERTICAIS: 1 - Narrativo ou lírico; registo de sessão de corporações; nove mais um. 2 - Desprezível; mu; fruto carnudo. 3 - Pançuda; príncipe indiano; bário (s. q.). 4 - Tanque de jardim; pingo; entrega. 5 - Boi selvagem; fundo da peneira; água solidificada. 6 - Sódio (s. q.); carta de jogar; juntam. 7 - Carnuda; cochililha; nota musical. 8 - Fica de cama; cinzento escuro. 9 - Uso corrente; vai para fora; art. 10 - Pequena ilha próxima de Marselha; cicatriza; cumprimento. 11 - Discursiva; oca; nome de mulher. 12 - Feiteiceira; ácido; aspecto. 13 - Detestou; região dos mortos; Índio (s.q.). 14 - Terceiro filho de Adão; caule; líquido que se separa do leite e do sangue depois de coagulado. 15 - Cloretto de sódio; rente; batráquios.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

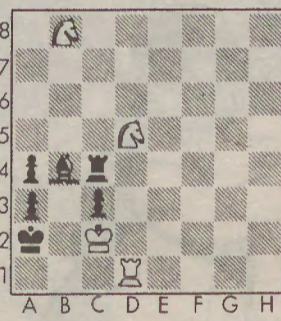
HORIZONTAIS: 1 - Gafeira; galegas. 2 - Ás; irós; arar; ua. 3 - Ora; ais; cor. 4 - Am; adi; pás; Ba. 5 - Par; adiadas; mar. 6 - Ocos; assou; seta. 7 - Amor; pesa. 8 - Oram; casal; rata. 9 - Rás; coseram; Sam. 10 - A. m.; vãs; rim; só. 11 - Mel; aos; mui. 12 - Al; Laos; iras; sã. 13 - Samarra; câmaras.

VERTICAIS: 1 - Galapo; oradas. 2 - Ás; maçaram; lá. 3 - Romãs. 4 - Eira; som; vela. 5 - Irada; calor. 6 - Ro; ida; cós; or. 7 - Asa; iscas; asa. 8 - Imas; selo. 9 - Gás; domar; sic. 10 - Ar; pau; lar; Rá. 11 - Lacas; mimam. 12 - Eros; ser; musa. 13 - Mesas. 14 - Au; batatas. 15 - Sa; cara; amoras.

XADREZ

DXXXII - 12 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995X077 Por THEODOR NISL Deutsches Wochenshach, 20.VII.1913

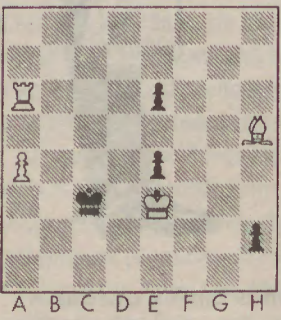
Pr. [6]: Ps. a3, a4 ç3 - Bb4 - Tç - Ra2 Br. [4]: Cs. b8, d5 - Td1 - Rç2



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X078 Por: FILIPP SIEMIONOVITCH BONDARIENKO 1ª Menção Honrosa Suomen Shakkil, 1958-61

Pr. [4]: Ps. e4, e6, h2 - Rç3 Br. [4]: Pa4 - Bh5 - Ta6 - Rê3



Branças jogam e ganham

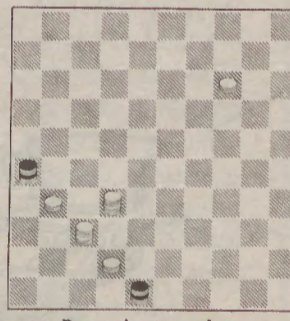
SOLUÇÕES DO N.º DXXXII

N.º 1995X077 [Th. N.]: 1. Cç6!, Bf8; 2. Cç5!, Tç8; 3. Cd7!, Bd6; 4. Cç5! e # 1. ... Bd6; 2. Ca5, Tç7; 3. Cb7, Bf8; 4. Cç5! e # N.º 1995X078 [F.S.B.]: 1. Tç6+, Rb2; 2. Tb6+, Ra2; 3. Tb1, Rb1; 4. Bg6,h1=D; 5. B:e4 + e.g.

DAMAS

DXXXII - 12 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995D077 Por J. J. van TOL & TH. PROOIJEN NL, 1949

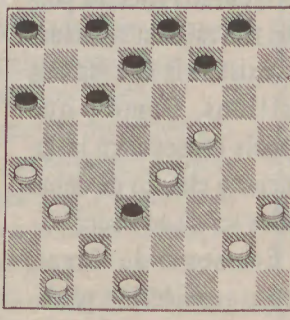
Pr.: [2]: (26) - (48) Br.: [5]: 14-31-(32)-(37)-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D078 GOLPE N.º 141 Por: HERMÍNIO MEDALHA DA SILVA Almada, 1. VII. 1981 In Boletim N.º 2 da A.D.S./Jan. 1985

1. 10-13, 21-17, 2. 5-10, 25-21, 3. 2-5, 22-19, 4. 13-18, 21-14, 5. 11-18, 24-20, 6. 12-16, 28-24, 7. 10-14, 19-10, 8. 6-13, 17-10, 9. 5-14, 20-15, 10. 1-5, 15-11, 11. 8-12 Diagrama. {Pr. [9]: 11-23-24-26-27-29-30-31-32; Br. [9]: 3-4-5-7-9-12-14-16-18; Pr. +}



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXII N.º 1995D077 [J. J. van T. & Th. P.]: 1. 14-10, (-); 2. 32-21/43, (-); 3. 37-14!, (-); 4. 14:41, (-); 5. 10-5 = D/41-46 + N.º 1995D078 [H.M. da S.]: 11. ... 23-19; 12. 14:23, 27:20; 13. 7:14, 31-28; 14. 16:23, 28:1 = D +

FILMES

QUINTA, 12

Piratas de Monterey «Pirates of Monterey» (EUA/1947). Real.: Alfred Werker. Int.: Maria Montez, Rod Cameron, Gilbert Roland, Mikhail Rasumny. Cor, 75 min. «Western». (15.00, SIC)

Antes da Guerra «Before Hindsight» (Gr.Br./1977). Real.: Jonathan Lewis. Ver Destaque. (22.50, TV2)

De Alto a Baixo «Try This one for Size» (Fr./1989). Real.: Guy Hamilton. Int.: Michael Brandon, David Carradine, Arielle Dombasle. Cor, 102 min. Comédia Policial. (01.20, Canal 1)

SEXTA, 13

Dr. Ciclope «Dr. Cyclops» (EUA/1940). Real.: Ernest Schoedsack. Int.: Albert Dekker, Thomas Coley, Janice Logan, Victor Kilian, Charles Halton. Cor, 72 min. Ficção Científica. (15.00, SIC)

Na Vigília da Noite «Someone to Watch Over Me» (EUA/1987). Real.: Ridley Scott. Int.: Tom Berenger, Mimi Rogers, Lorraine Bracco, Jerry Orbach. Cor, 102 min. «Thriller». (22.00, TVI)

O Amuleto de Ogum (Brasil/1974). Real.: Nelson Pereira dos Santos. Int.: Jofre Soares, Ancy Rocha, Ney Sant'Ana, Maria Ribeiro, Emmanuel Cavalcanti. Cor, 110 min. Policial. (23.50, TV2)

Heróis ou Traidores «The Caine Mutiny Court-Martial» (EUA/1988). Real.: Robert Altman. Int.: Eric Bogosian, Jeff Daniels, Brad Davis, Peter Gallagher. Cor, 119 min. Ver Destaque. (00.35, TVI)

As Belas são Assassinadas «Looker» (EUA/1981). Real.: Michael Crichton. Int.: Albert Finney, James Coburn, Susab Dey, Leigh Taylor-Young, Dorian Harewood. Cor, 92 min. Ficção Científica. (01.30, Canal 1)

História d'O «Histoire d'O - Chapitre II» (Fr./1984). Real.: Eric Rochat. Int.: Sandra Wey, Carole James, Manuel de Blas, Rosa Valenty. Cor, 120 min. Erótico. (03.05, Canal 1)

SÁBADO, 14

Ninguém é Santo «We're no Angels» (EUA/1989). Real.: Neil Jordan. Int.: Robert De Niro, Sean Penn, Demi Moore, Hoyt Axton, Bruno Kirby. Cor, 102 min. Ver Destaque. (16.30, SIC)

O Poder da Diferença «When You Remember Me» (EUA/1990). Real.: Harry Winer. Int.: Fred Savage, Kevin Spacey, Ellen Burstyn, Lee Garlington. Cor, 93 min. Telefilme Dramático. (17.20, TVI)

Golpe no Banco «The Great Bank Hoax» (EUA/1976). Real.: Joseph Jacoby. Int.: Burgess Meredith, Richard Basehart, Ned Beatty, Charlene Dallas. Cor, 86 min. Ver Destaque. (19.30, TV2)

O Monte dos Vendavais «Wuthering Heights» (EUA/1939). Real.: William Wyler. Int.: Merle Oberon, Laurence Olivier, David Niven, Flora Robson, Geraldine Fitzgerald, Donald Crisp. P/B, 100 min. Ver Destaque. (01.10, TVI)

Ruas de Glória «Streets of Gold» (EUA/1986). Real.: Joe Roth. Int.: Klaus Maria Brandauer, Adrian Pasdar, Wesley Snipes, Angela Molina. Cor, 90 min. Acção / Desporto. (01.20, Canal 1)

Homens de Verdade «Men Don't Leave» (EUA/1990). Real.: Paul Brickman. Int.: Jessica Lange, Arliss Howard, Joan Cusack, Kathy Bates. Cor, 102 min. Drama. (01.40, TV2)

O Agente Infiltrado «Zits» (EUA/1988). Real.: Arthur Sherman. Int.: Danielle du Clos, Jason

Kristofer, Cameron Johann, Kimble Joyner. Cor, 91 min. Comédia / Espionagem. (02.50, Canal 1)

DOMINGO, 15

Quem não Chora... não Ama «Cry Baby» (EUA/1990). Real.: John Waters. Int.: Johnny Depp, Amy Locane, Susan Tyrrell, Tracy Lords. Cor, 85 min. Musical. (17.10, SIC)

O Longo Caminho Para o Lar «A Long Way Home» (EUA). Real.: Colin Nutley. Int.: Melinda Kinnaman, Kate Buffery, Alexander Goodman. Cor, 76 min. Drama. (17.30, TVI)

O Padrinho «Godfather» (EUA/1972). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Marlon Brando, Al Pacino, Robert Duvall, James Caan, Diane Keaton. Cor, 168 min. Ver Destaque. (23.15, SIC)

Antes do Furacão «Battle Cry» (EUA/1954). Real.: Raoul Walsh. Int.: Van Heflin, Aldo Ray, Muna Freeman, Nancy Olson, James Whitmore, Raymond Massey, Tab Hunter, Dorothy Malone, Anne Francis. Cor, 142 min. Ver Destaque. (00.30, TV2)

SEGUNDA, 16

Dupla Traição «Criss Cross» (EUA/1949). Real.: Robert Siodmak. Int.: Burt Lancaster, Yvonne De Carlo, Dan Duray, Stephen McNally. P/B, 85 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

Obsessão Selvagem «Unlawfull Entry» (EUA/1992). Real.: Jonathan Kaplan. Int.: Kurt Russell, Ray Liotta, Madeline Stowe, Roger E. Mosley, Ken Lerner. Cor, 108 min. Ver Destaque. (22.40, SIC)

Um Furacão na Família «Twister» (EUA/1988). Real.: Michael Almereyda. Int.: Harry Dean Stanton, Suzy Amis, Crispin Glover. Cor, 90 min. Comédia Dramática. (01.00, Canal 1)

TERÇA, 17

Viram a Minha Noiva? «Has Anybody Seen my Gal?» (EUA/1952). Real.: Douglas Sirk. Int.: Charles Coburn, Piper Laurie, Rock Hudson, Gigi Perreau. Cor, 87 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

«What's Love Got to do With It» (EUA/1993). Real.: Brian Gibson. Int.: Angela Bassett, Laurence Fishburn, Jennifer Lewis, Vanessa Bell Calloway, RaeVen Kelley. Cor, 118 min. Ver Destaque. (21.50, Canal 1)

Escola Nocturna «The Underchievers» (EUA/1988). Real.: Jackie Kong. Int.: Edward Albert, Barbara Carrera, Michael Patarki. Cor, 90 min. Policial. (00.35, Canal 1)

QUARTA, 18

Crime sem Paixão «Crime Without Passion» (EUA/1934). Real.: Ben Hecht / Charles MacArthur. Int.: Claude Rains, Margo, Whitney Bourne, Stanley Ridges. P/B, 70 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

A Calúnia «Absence of Malice» (EUA/1981). Real.: Sydney Pollack. Int.: Paul Newman, Sally Field, Bob Balaban, Melinda Dillon, Luther Adler. Cor, 109 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Polícia e 1/2 «Up World» (EUA/1989). Real.: Stan Winston. Int.: Anthony Hall, Jerry Orbach, Claudia Christian. Cor, 88 min. Comédia Policial. (01.10, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 12

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.25 A Minha Vida Dava um Filme
17.55 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.25 Golo!

TV 2

16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Musical: «Concert of Hope 1994»
20.20 D. Quixote
21.15 Dinheiro em Caixa
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Antes da Guerra
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Viagens na Minha Terra
01.40 Ver Artes
02.00 Proclamação das Velas
02.35 Prémios da Música Americana 1995 (2)

Sexta, 13

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.25 A Minha Vida Dava um Filme
17.55 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.25 Golo!

TV 2

10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
(até às 13.00)
16.35 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Três Dias para Ganhar
19.20 Artes e Letras: «O Século do Cinema» - IV
20.15 Irmãs
21.10 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal



Murphy Brown: à sexta, depois da meia-noite

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Piratas Monterey
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Trapalhões em Portugal
21.15 A Próxima Vítima
22.15 Surprise
23.45 A Noite da Má-Língua
00.55 Último Jornal
01.15 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.40 Models
00.30 TVI Jornal + Primeira Fila

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Círculo
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Os Malucos do Riso
21.30 A Próxima Vítima
22.30 Luna Parque
00.30 Os Donos da Bola
01.45 Último Jornal
02.00 Play Boy

TVI

10.00 Cerimónias Religiosas do Santuário de Fátima
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Na Vigília da Noite
(ver «Filmes na TV»)
00.05 TVI Jornal
00.35 Heróis ou Traidores
(ver «Filmes na TV»)



«Medida por Medida»: Shakespeare adaptado por David Thacker, numa produção do departamento de Teatro da BBC

Sábado, 14

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Top +
14.35 Jovens Americanas
15.25 A «outra» Senhora Greenville
16.10 Chefe, mas Pouco
16.40 Pantanal
18.00 Futebol: Benfica-Gil Vicente
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Braga-Porto
22.50 Parabéns
00.45 24 Horas
01.20 Ruas de Glória
(ver «Filmes na TV»)
02.50 O Agente Infiltrado
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 A Verdadeira História de Alcatraz
13.50 Euronews
15.00 TV2 Desporto
18.00 Circo
18.45 Arsène Lupin
19.30 Golpe no Banco
(ver «Filmes na TV»)
21.00 Esta Cativa Que Me Tem Cativo
22.00 TV2 Jornal
23.30 Remate
23.45 Jogo Falado
00.45 Tribunal de Polícia
01.40 Homens de Verdade
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Quatro por Quatro
14.00 Muita Lóco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.30 Ninguém É Santo
(ver «Filmes na TV»)
18.30 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Futebol: União de Leiria-Sporting
22.45 Big Show Sic
01.20 Último Jornal
01.35 Minas e Armadilhas

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Jornal da Boa Notícia
15.40 Hora do Recreio
17.20 O Poder da Diferença
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Telejornal
21.05 Feita à Medida
21.35 Doido Por Ti
22.10 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.05 O Monte dos Vendavais
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 15

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Made In Portugal
14.10 Jovens Americanas
15.00 86-60-86
15.45 A Lei de Burke
16.40 Heróis de Snowy
17.40 Robocop
18.40 A Festa dos Preços
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.50 Casa Cheia
21.35 Nico d' Obra
22.10 O Melhor de Benny Hill
23.40 24 Horas
00.15 Paixões
02.00 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Agricultura
11.55 Regiões
12.55 Vida por Vida
13.05 Euronews
14.00 TV2 Desporto
20.40 O Homem e a Cidade
21.05 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Antes do Furacão
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.00 Internacional SIC
14.40 O Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 Quem Não Chora Não Ama
(ver «Filmes na TV»)
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.15 O Padrinho
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olhô Popular!
17.30 O Longo Caminho para o Lar
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.40 Detectives na Onda
21.15 Jogo do Ganso
23.45 Últimas Notícias

Segunda, 16

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Os Dias Úteis
17.45 Kananga do Japão
18.20 Pantanal
19.00 A Minha Vida Dava um Filme
19.30 Golo!

TV 2

16.30 Uma Família Feliz
17.30 Rua Sésamo
18.15 Um, Dó, Li, Tá
19.20 O Mundo em Guerra
20.20 Corpo e Alma
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.20 Musical: «In Concert» - III

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Dupla Traição
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Próxima Vítima
21.50 Ponto de Encontro
22.40 Obsessão Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Último Jornal
01.00 Flash Back

TVI

10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.40 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
21.50 Marés Vivas
22.00 O Preço da Paixão - I
23.50 TVI Jornal

Terça, 17

Canal 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Os Dias Úteis
17.45 Kananga do Japão
18.20 Pantanal
19.00 A Minha Vida Dava um Filme
19.25 Golo!

TV 2

16.30 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Rotações
20.20 O Programa Discovery
21.30 Lendas e Narrativas
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Teatro - «Medida por Medida»
23.55 A Par e Passo

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Viram a Minha Noiva
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Camilo e Filho, Lda.
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Não se Esqueça da Escova de dentes
23.45 Casos de Polícia
01.00 Último Jornal
01.20 No Fim do Mundo

Quarta, 18

Canal 1

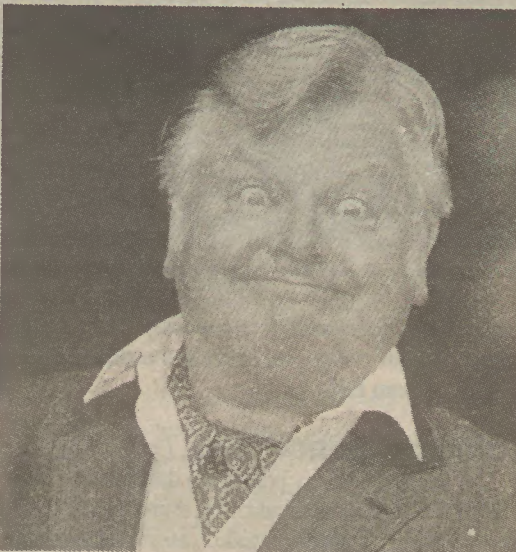
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.25 Os Dias Úteis
17.45 Kananga do Japão
18.20 Pantanal
19.00 A Minha Vida Dava um Filme
19.25 Golo!

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.05 Comboios Como Não Há Outros
20.05 Irei Para Longe
21.05 Planeta Terra
21.25 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Documentário - «África Selvagem»
23.45 Golo Europa
00.45 Benny Goodman

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Crime Sem Paixão
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Barba e Cabelo
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Número Um
00.25 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo



Benny Hill «ressuscita» domingo no Canal 1

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.55 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Preço da Paixão - II
23.50 TVI Jornal
00.25 Jornal de Negócios

TVI

10.30 Informação Religiosa
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.35 Negócios em Dia
21.00 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Calúnia
(ver «Filmes na TV»)
00.05 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo

Por isto e por aquilo...

Antes da Guerra (Quinta, 22.50, TV2)

Realizado a partir da compilação e montagem de uma série de filmes de reportagem e actualidades da época, este documentário debruça-se sobre os anos 30 na Europa e sobre o ascenso do nazi-fascismo como antecâmara da tragédia da II Grande Guerra Mundial. As referências apontam este filme como um excelente trabalho de Jonathan Lewis (realizador) e Elizabeth Taylor-Mead (produtora e argumentista), situando-o ao nível a que nos habituou a escola de documentarismo britânica. A descobrir.



Lawrence Olivier e Merle Oberon, numa cena de «O Monte dos Vendavais», de William Wyler

Heróis ou Traidores (Sexta, 00.35, TVI)

É, mais uma vez, a célebre história da Revolta no Caine, desta vez limitada sobretudo ao núcleo central da intriga - o julgamento. A longa distância, naturalmente, do «original» de Edward Dmytryk (que contava com um inesquecível papel de Bogart), a qualidade deste telefilme está, de qualquer maneira, acima da média para o género. Não é por acaso: a realização é de Robert Altman e as personagens principais têm em Eric Bogosian e Brad Davis dois excelentes intérpretes.

Ninguém é Santo (Sábado, 16.30, SIC)

A quem atentar no título original deste filme - *We're no Angels* -, naturalmente que imediatamente virá à memória o título precisamente igual de um outro filme que, tal como este, se baseava na peça *La Cuisine des Anges*, uma comédia cujo argumento contava a história potencialmente divertida de três cadastrados fugidos da Ilha do Diabo e que vinham perturbar a paze de uma família francesa. Era esse - *Veneno de Cobra* - um filme relativamente falhado de Michael Curtiz, já várias vezes transmitido pelas televisões. Mas parece que esta peça continua a atraí-lo às melhores intenções de quem tenta adaptá-la ao cinema. Desta vez, é o excelente argumentista David Mamet que, também ele, não encontra o tom certo para uma nova adaptação com outras roupagens - estreia do realizador Neil Jordan no cinema - e que, tal como acontecia



Um fotograma de «O Padrinho», de Francis Ford Coppolla

com a anterior (com interpretações desajustadas e irregulares de Bogart, Ustinov e Ray), também não traz melhor sorte a Robert De Niro ou Sean Penn.

Golpe no Banco (Sábado, 19.30, TV2)

Um modesto «caixa» pratica um desfalque no banco em que trabalha e os directores simulam um roubo no sentido de encobrirem o acto daquele seu empregado e, assim, conseguirem ultrapassar ao mesmo tempo os «incómodos» de uma coincidente auditoria. Uma comédia que se diz fazer indirectas alegorias ao «caso Watergate»...

O Monte dos Vendavais (Sábado, 01.10, TVI)

Aqui, estamos perante um filme que foi o principal despoletador do interesse pelo romance em que se baseou - o homónimo romance de Emily Bronte. Um drama de amor desenvolvido à volta de dois jovens, Cathy e Heathcliff, educados em conjunto desde a sua juventude, mas que as circunstâncias separaram: Cathy é obrigada a casar com Edgar Linton, um verdadeiro gentleman, e Heathcliff, que entretanto enriquecera, também contrai matrimónio. Mas o verdadeiro amor é mais forte: os dois voltam a encontrar-se para Cathy acabar por morrer nos braços do homem que sempre amara. Duas interpretações excepcionais de Merle Oberon e de Lawrence Olivier que superam, em loucura e romantismo, a encenação apenas perfeita mas (neste caso) sem chama de William Wyler. A não perder.

O Padrinho (Domingo, 23.15, SIC)

É fora de dúvida que este filme de Coppolla representa, no período em que foi realizado, um dos exemplos mais marcantes do regresso em força aos processos de narração do cinema clássico norte-americano e, mais ainda, ao ressurgimento dos géneros - regresso e res-

surgimento que, em termos de rentabilidade económica (e ideológica), foram friamente determinados e calculados pelos grandes estúdios para fazer face à crescente e inquietante afirmação estética de obras que, pela originalidade da sua construção formal e pelo radical inconformismo do seu conteúdo temático, haviam marcado nos anos 60 uma clara ruptura com o *establishment* de Hollywood. Independentemente da constatação deste facto objectivo, é também fora de

dúvida que *O Padrinho* e as suas sequelas (pela primeira vez equiparando-se todas elas, em qualidade, peso e originalidade, à sua matriz, em particular a terceira à dias transmitida), avultam na obra de Francis Ford Coppola e no género em que estruturalmente se filiam como das suas obras mais maduras, impressionantes e sedutoras. Não tanto pela temática, que é já clássica, do filme negro (o «subir na vida» do mundo escuro de todos os pequenos-negócios e traficâncias; o exercício do «poder», a «hierarquização» e os «códigos de honra» no seio das famílias mafiosas, com os seus particulares esquemas de «fidelidade» e de «sucesso»; a «normalidade» da superioridade do homem sobre a mulher; a «naturalidade» dos ajustes de contas entre bandos rivais), mas, sobretudo, pela fabulosa maestria com que o realizador nos dá, na encenação e montagem, os sinais audiovisuais dessa temática - seja na rigorosa composição dos planos (ocupando geralmente o seu centro a figura inabalável do «chefe»), seja na escala e iluminação dos mesmos (*grandes, próximos e americanos*), nas cenas rodadas em interiores, que representam a segurança e o recato sinistros de um «ambiente» que se domina; ou *médios e gerais*, nas cenas rodadas em exteriores, que representam o «ambiente» inseguro do mundo hostil, seja, neste caso, na brutal e impressionante «montagem paralela» entre as cenas da *matação* e do *baptismo* - processo também tentado (e irremediavelmente falhado) por Coppolla no terceiro episódio. Com interpretações antológicas de Marlon Brando ou Al Pacino e uma fotografia e uma partitura (respectivamente de Gordon Willis e Nino Rota) absolutamente insuperáveis, *O Padrinho* é, neste domingo, mais uma vez, uma oferta irrecusável.

Antes do Furacão (Domingo, 00.30, TV2)

Já em tempos transmitido pelo Canal 1, agora é a TV2 que mais uma vez nos recorda um filme de meados dos anos 50 (com argumento de Leon Uris) tendo como pano de fundo a II Guerra Mundial e os lugares emblemáticos das batalhas americanas do Pacífico, que se chamaram Guadalcanal, Saipan, etc. Mas, para além das fabulosas cenas dos confrontos armados, a encenação dos acontecimentos aparentemente marginais do tempo de treino em San Diego deste grupo de *marines*, os violentos conflitos ali vividos entre eles e as paixões despertadas por Dorothy Malone, que os dividem, são o que de melhor a arte de Raoul Walsh tem para nos oferecer - embora, de certo modo, o filme padeça de algum envelhecimento.

Dupla Traição (Segunda, 15.00, SIC)

Regressado à sua cidade, Steve encontra a ex-mulher Anna, agora casada com Slim, um *gangster* implacável. Todos decidem em conjunto um assalto, que corre mal, tendo dele saído um morto e Steve sido ferido, embora se tenha convertido no herói que, em aparência, fizera abortar o golpe. Depois de curado, Steve procura a ex-mulher, que continua a amar, mas ambos são surpreendidos e assassinados por Slim. «Thriller» impressionante, *Dupla Traição* insere-se na linha do grande filme negro norte-americano dos anos 40, projectando no espectador, desde o início, a exacta e fatal noção de que tudo assim acabará por se afundar. A cena da morte de Steve e Anna é de antologia, o argumento e os diálogos são de primeiríssima água e a realização de Robert Siodmak absolutamente essencial à construção de um filme notável que, embora sendo - sinal dos tempos que correm -, é desperdiçado num horário miserável. Uma insolência!



Paul Newman e Sally Fields, intérpretes principais de «A Calúnia», de Sydney Pollack

Obsessão Selvagem (Segunda, 22.40, SIC)

Dir-se-ia que, ao pacato e indefeso espectador, nada de diferente está reservado para o «horário nobre» do que uma constante sucessão de *thrillers* que violentamente se atropelam de canal para canal. Este, que a SIC hoje transmite, vem acompanhado de boas referências - mas, para quem deu crédito às que davam por boa a nova mistura de Chuck Norris transmitida a semana passada (e aqui, com grande dose de ingenuidade, destacada), como pôr as mãos no fogo? Desta vez, a história debruça-se sobre um polícia psicopático que, após um assalto de um estranho no início do filme, se insinua junto de um casal para lhe oferecer a necessária protecção. Está bem de ver que as coisas dão para o azar... Protecções destas, quem é que as quer? E parece que Ray Liotta, no papel do polícia paranóico, mete mesmo muito medo!

Viram a Minha Noiva? (Terça, 15.00, SIC)

Vermont, Inverno de 1929-30. Samuel Fulton, um milionário excêntrico, havia amado em tempos Milicent Blaisdell que acabara por recusar a sua mão. Fulton, que ficara solteiro e já não tem família, pretende fazer a família Blaisdell seus herdeiros e decide, então, fazer-lhes uma visita, incógnito, para melhor observar as suas reacções face ao dinheiro e melhor julgar se eles são dignos da herança... Uma comédia sem pretensões de Douglas Sirk, um excelente divertimento em que uma época importante - a da Depressão - é reconstituída. Uma curiosidade suplementar vai, ainda, para o surgimento de um futuro «rebelde sem causa», James Dean propriamente dito, ainda amador, no pequeno papel de um apreciador de sorvetes!

«What's Love Got to do With It»

(Terça, 21.50, Canal 1)

Um filme biográfico que traça o percurso acidentado de uma das maiores estrelas da música *pop* negra: Tina Turner. Mas não só. Como filme também musical, dois aspectos sobressaem sobre todos os outros: em primeiro lugar, a excelente e adequada encenação de Brian Gibson, um realizador britânico, desenvolvido q.b. nos números de palco, e depois a brilhante actuação (distinguida, aliás, com duas nomeações para os Óscares) dos dois actores que desempenham as personagens de Ike e Tina Turner - Laurence Fishburne e Angela Bassett, esta dobrada pela própria Tina. Quanto ao resto, sem dúvida que êxitos musicais como *Make Me Over*, *Think It's Gonna Work Out Fine*, *A Fool in Love* ou *Proud*



Angela Bassett, no papel de Tina Turner, em «What's Love Got to do With It», do cineasta britânico Brian Gibson

Mary, entre tantos outros, nos são devolvidos com a maior das intensidades e verosimilhança.

Crime sem Paixão (Quarta, 15.00, SIC)

Um advogado, louco de ciúme, prepara um estratagemas para assassinar a sua amante e, ao mesmo tempo, estar seguro de um inatacável alibi. Mas a sua experiência em lidar com o Direito tem limites e se, aparentemente, as coisas de início parecem resultar em seu favor, ao fim e ao cabo tudo é deitado a perder. Um filme que, não tendo sido objecto de grandes paixões por parte dos espectadores à época da estreia, se transformou, para os cinéfilos e frequentadores dos cineclubes, um obra de culto - em particular pela participação de Slavko Vorkapich na concepção de duas brilhantes sequências de *montagem*. Uma obra invulgar, mais uma vez programada para uma hora imprópria.

A Calúnia (Quarta, 22.00, TVI)

Um respeitado homem de negócios (Paul Newman) vê um dia estampado no jornal que ele próprio está envolvido num inquérito policial sobre um crime. Procurando indagar os motivos de tal notícia, o nosso homem descobre, então, que quem está na origem dela é o próprio responsável pelo inquérito. Um filme que, não vindo acrescentar nada de novo (e revelando-se, em particular, de certo modo decepcionante por se tratar de uma obra de um realizador de excelentes pergaminhos - Sidney Pollack), não deixa de se debruçar, com vigor, sobre os meandros da corrupção, os limites do regime democrático e o poder da imprensa. Ainda por cima, ao olharmos para a oferta da concorrência a esta hora da noite, não é difícil concluir estarmos perante uma decisiva obra-prima!

Entre os cálculos do rating e as contas do share

■ Francisco Costa

«Feliz com a sua primeira experiência como apresentadora de concursos de televisão, Nucha confessa que fazer «Casados de Fresco» foi mais difícil do que esperava. No entanto, está a adorar fazê-lo. E aguarda com mais expectativa a resposta do público do que a dos críticos.»

(de uma reportagem sobre Nucha e a sua primeira experiência televisiva - «TV7DIAS», 09.10.95)

Esta azougada e fresca «entrada» de uma reportagem publicada em número recente de uma revista de televisão e espectáculos é, pelos sintomas que revela, claramente simbólica de uma situação curiosa que se vive, na imprensa, em termos de abordagem do fenómeno televisivo no nosso país.

Por um lado, já nenhum dos responsáveis televisivos dos vários canais consegue esconder ou ignorar que há muito se ultrapassou entre nós a situação bizarra (e em tempos idos pioneira e heróica) de a cruz da crítica de televisão mais consciente ter sido, durante décadas, em exclusivo transportada às costas de um ou dois «históricos». É que hoje, felizmente, a consciência da importância do papel da crítica - como apoio fundamental à fruição inteligente dessa indispensável fonte de informação, divertimento e lazer, mas também como elemento de desmontagem da tentacular máquina de alienação e desamor pela dignidade humana e a cultura, que nos piores casos é a Televisão - já chegou aos principais órgãos da imprensa escrita portuguesa e são nalguns casos diárias as colunas de opinião que, com crescente frontalidade, se debruçam sobre tão complexo meio de comunicação de massas. Coisa que, naturalmente, não pode agradar a esses responsáveis televisivos ou a alguns dos seus notáveis e veneradores acompanhantes, os quais, perante a generalizada denúncia da situação vigente, não perdem a ocasião para arremeter contra a crítica especializada, quer excedendo-se na mistificação, truculência e demagogia verbais - como na semana passada **Correia da Fonseca**, com extremo rigor e bom senso, aqui denunciava -, quer demonstrando com a maior das insensibilidades (e sem sequer corarem de vergonha) desastrada incompetência ou militante arrogância, uma e outra sintomas de uma acentuada desresponsabilização cívica e cultural. As pequenas «pérolas» de prosa que, nesta página, são citadas revelam, de uma ou outra maneira, posturas de contornos programáticos bem espúrios.

Mas, por outro lado, aquela «entrada» inicial é também espelho de uma outra corrente de propaganda que, expressa em profusa chusma de publicações ditas «especializadas», no fundo aposta (como que funcionando em «economia de escala») no mesmo ciclo vicioso dos interesses de mercado que, no fundamental, inspiram os responsáveis televisivos públicos e privados e se constituem em veículo de suporte suplementar e essencial de um «fogo de vista» que pretende fazer dos passivos consumidores a maioria silenciosa destinada a pensar e a sentir pela cabeça de meia dúzia de contentes vedetas (efémeras e passageiras que elas sejam!) e a ampliar a ululante legião de figurantes contratados em magote para «aplaudir», *in loco*, nos estúdios de gravação, as mais indigestas bojardas - sem cuidar de estarem a ser tratados como «objectos», no âmbito de uma sinistra e barulhenta montagem realizada à custa do seu próprio e explorado «protagonismo».

Uma discussão inadiável

E, no entanto, a realidade é bem diversa. Tendo já nestas páginas sido amplamente abordada a mistificação da falácia que pretende justificar programações elaboradas na base do «telelixo» como correspondendo às preferências expressas nos «estudos de audiência», a verdade é que, com uma ou outra excepção hoje já insignificante, quase nenhuma opção alternativa se apresenta - e, portanto, nada prova que uma situação inversa não pudesse ser verdadeira.

Com efeito, aos espectadores de televisão que não se revêem no actual tipo de programação, que outras possibilidades restam para preencher o tempo de lazer após um dia de trabalho? Como

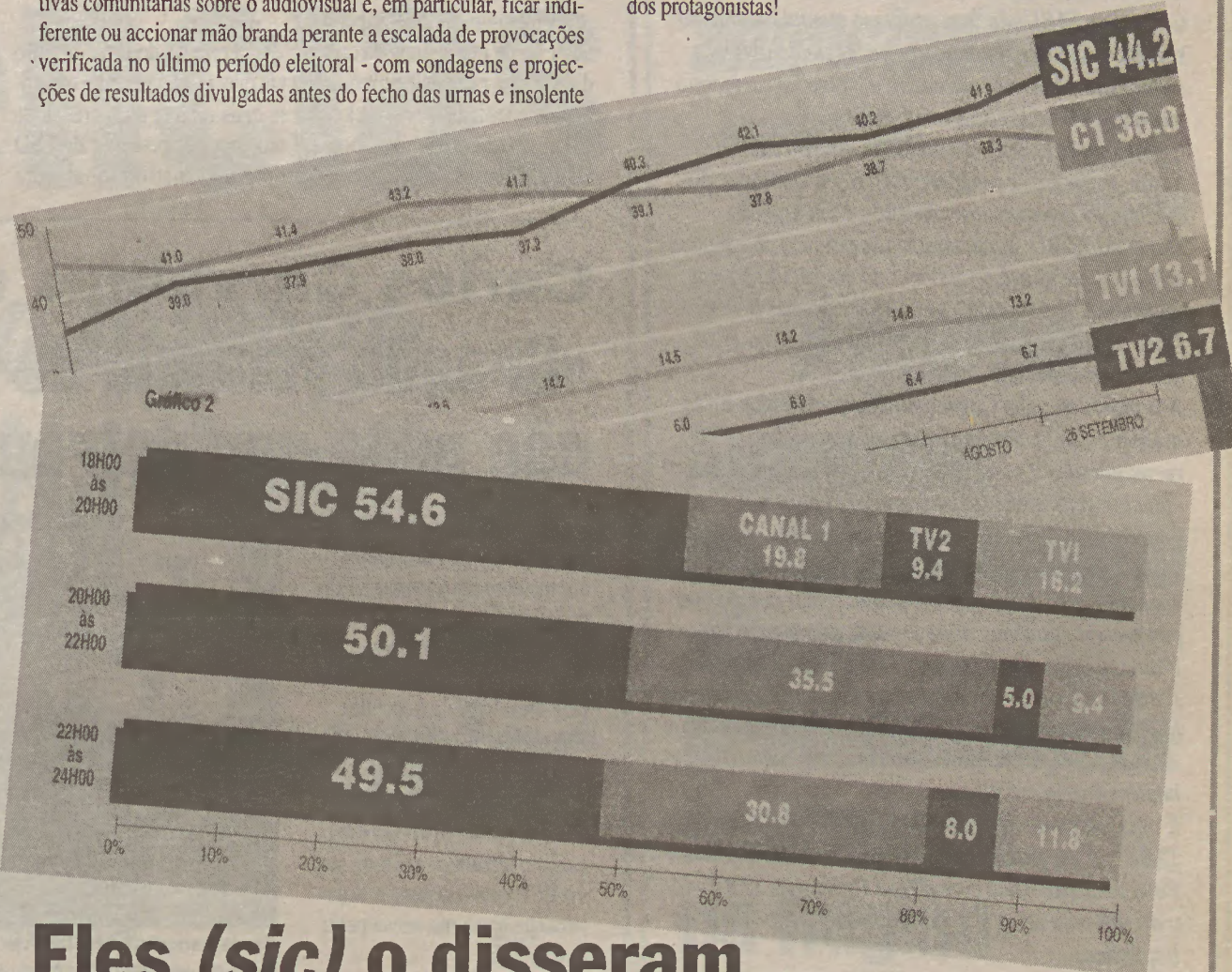
escolher, dia a dia, entre um «Big Show Sic» e um «Jogo do Ganso», entre «Minas e Armadilhas» e a «Festa dos Preços», entre «Muita Lôco» e «Não se Esqueça da Escova de Dentes», «Casados de Fresco» e «Amores Perfeitos», «Ponto de Encontro» e «A Minha Vida dava um Filme», «Barba e Cabelo», «Roberto Leal», «Surprise Show» ou «Trapalhões»? E que dizer das ameaças que se perfilam e são anunciadas como novidades para o «aperfeiçoamento» e «renovação» das novas grelhas?

E como aceitar pacificamente as doses massacrantes de publicidade que invadem, abruptamente e já sem qualquer parcimónia - mesmo na televisão pública - os espaços deixados vagos entre estas autênticas vagas de embrutecimento, como não protestar contra os atropelos à legislação portuguesa sobre estas matérias ou às directivas comunitárias sobre o audiovisual e, em particular, ficar indiferente ou accionar mão branda perante a escalada de provocações verificada no último período eleitoral - com sondagens e projecções de resultados divulgadas antes do fecho das urnas e insolente

recusa ao cumprimento das regras estabelecidas para os tempos de antena?

Todas estas são questões que justificam a discussão pública, inadiável, de uma situação grave que não pode ser iludida com base na falaciosa diferença de estatuto e correspondentes obrigações entre o operador do «serviço público» e os operadores privados de televisão e num momento em que vêm a público manobras internas de última hora levadas a cabo pela Administração e quadros superiores da RTP para uma despidorada manobra de distribuição de lugares, favores e promoções!

Também aqui, as expectativas de mudança, amplamente demonstradas nas recentes eleições, não podem ser defraudadas. Nem mantido o mesmo estado de coisas... com novos e refrescados protagonistas!



Eles (sic) o disseram...

A aposta da incompetência

«Nós decidimos apostar (na nova grelha) num aumento de qualidade em termos de produtos.»

«(...) vamos apresentar pela primeira vez um produto feito pela Endemol e que é apresentado pela Nucha (...)

«Vamos ter um talk-show do Nicolau Breyner que se chama **Malta Gira** (...)

«(...) vamos ter um programa diário de segunda a sexta, que é o **Golo! Golo! Golo!** (...) É uma novidade absoluta e eu aposto bastante nisso.»

«Estamos a preparar um novo programa com o Marco Paulo, que não é uma segunda série de **Eu Tenho Dois Amores**.»

«(...) decidimos aligeirar aqui ou ali sem que isso signifique popularizarmos a TV 2.»

«Tentamos apostar na qualidade, na isenção, procuramos completar-nos dentro dessa concepção de uma empresa de capitais públicos.»

«(...) Essas convenções (audiências, prime time) mudam-se de um dia para o outro: um dia pode acabar a telenovela a seguir ao **Telejornal** e entrar outro produto qualquer.»

«A RTP tem a obrigação de estar bem em qualquer horário, queremos lutar pelo prime time o dia todo.»

(Adriano Cerqueira, Director da RTP - «TV7DIAS», 02.10.95)

A pose da arrogância

«A SIC vale hoje sozinha mais do que os outros canais juntos e este resultado nunca ocorreu em nenhuma televisão de nenhum país do Mundo.»

«A nossa grelha é a mais forte que tivemos até agora, ainda não está toda no ar, mas é uma grelha de que eu poderia dizer, da metade que já lançámos, claramente vitoriosa (...)

«(...) todos os programas que lançamos têm valores quer de ratings quer de shares altíssimos (...)

«Entrámos na produção de sitcoms e de comédias. Entrámos com o pé direito. **Barba e Cabelo** foi um êxito espectacular. Os **Malucos do Riso** tem obtido resultados fantásticos e os **Trapalhões** continuam a sua senda de êxitos.»

«Não tenho receio de nada, tenho é que ter a preocupação de verificar os programas que estão a ser apresentados pela concorrência, para nos situarmos muito bem no nosso trabalho.»

(Emídio Rangel, Director da SIC - «TV7DIAS», 02.10.95)

de FOICE

A TABUada

Parecia uma cerimónia dos óscares, mas em estilo pimba: uma estrela pindérica a chegar a um salão de hotel para, frente a toda a Comunicação Social disponível de Carnaxide ao Bairro Alto, oferecer um prémio que ninguém pediu e agradecer outro que ninguém ofereceu.

O prémio oferecido foi uma candidatura a Belém. O prémio agradecido foi uma candidatura a Belém. Se julgam que é a mesma coisa, é porque não entendem patavinã de TABUada.

Entendamo-nos.

A TABUada é um novo sistema de cálculo inventado por um professor nascido em Boliqueime e formado em York - Aníbal Cavaco Silva de seu nome -, o que confere à descoberta uma paternidade flagrantemente luso-britânica. A confirmá-lo - e parecendo repetir a perfídia do precedente histórico desta aliança - até já levou com um mapa cor-de-rosa em cima.

Consiste a TABUada num processo mental assente no segredo, cujo por seu lado deriva, segundo algumas sondagens à boca da matemática, do velho raciocínio que diz ser «o segredo a alma do negócio».

E funciona com uma simplicidade estupefacente. Assim. Primeiro (e fundamental), o seu utilizador diz que aquilo que quer, ou não quer, é um segredo chamado TABU, o que constitui a palavra-chave, uma autêntica password do sistema, só conhecida do seu inventor. A partir daqui, os cálculos de toda a gente ficam TABUdependentes, operando apenas na base desta extraordinária TABUada.

A primeira vez que Cavaco Silva experimentou a sua invenção - aplicando-a no sim ou não da sua recandidatura à governação do País -, desencadeou os cálculos mais desencontrados entre o partido e o governo que dirigia. Pela TABUada de uns, ele queria o que não dissera para não dizer o que queria, enquanto pela de outros, ele não queria o que dissera porque, exactamente, dissera o que não queria.

Foi nessa altura que alguns, ainda lembrados dos sistemas clássicos de cálculo, começaram a raciocinar que, pelas contas daquela TABUada, entre o querer ou não querer recandidatar-se ao Governo, o que o homem queria era governar-se.

E quis, ao ponto de pôr, sobre o cadáver do primeiro TABU por ele próprio aniquilado em directo perante o País, uma TABUleta com novo exercício de TABUada: o do sim ou não da sua candidatura à Presidência da República.

Escaldada, a confiança dos TABUdependentes começou a TABUlar. Aquela TABUada estava a ficar cada vez mais uma TABUeira, planta que, segundo os brasileiros, cresce mal e com dificuldade.

E não se enganavam. O segundo TABU penou tão raquiticamente até às eleições do passado dia 1, que quando anteontem o seu Frankenstein se apresentou no Hotel Meridian para o desvendar, já a Criatura estava farta de se passear pelo País, à trela de Durão Barroso e outros assistentes do mestre.

Pelo que a pomposa frase, dita por Cavaco em directo - «Depois de reflectir e ponderar (...) tomei a decisão de me candidatar à Presidência da República» - mostra pouca reflexão e nenhuma ponderação.

Por um lado, dispensa grandes reflexões uma decisão imposta pelas consequências da própria indecisão. Que o digam os baldeadores do bispo de Lisboa da torre da Sé, quando a arraia-miúda apoiante do Mestre, de baixo lhes gritou: ou o lançam já, ou vamos aí e marcham todos!

Por outro, a ponderação nada tem a ver com as contas mal feitas sobre uma ambição oportunística e arrastadamente não assumida.

Na verdade, para professor de economia, a TABUada deste homem é realmente uma desgraça...

■ HC

O candidato derrotado de uma política condenada

Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP à declaração de Cavaco Silva

Depois de, anteontem à noite, Cavaco Silva ter anunciado formalmente a decisão de se candidatar às eleições presidenciais que deverão ter lugar em Janeiro próximo, o Gabinete de Imprensa do PCP emitiu um comentário em que afirma ser do interesse da democracia e da luta por uma real mudança democrática derrotar as ambições do principal derrotado das legislativas e primeiro responsável por uma política expressivamente condenada nas urnas a 1 de Outubro.

Publicamos aqui a nota em que, em quatro pontos, os comunistas tomam posição sobre a declaração de Cavaco Silva.

1. «Face ao anúncio por Cavaco Silva da sua candidatura à Presidência da República, a primeira anotação que importa fazer é a de que se trata da candidatura do principal derrotado das eleições legislativas de 1 de Outubro e do primeiro responsável por uma política expressi-

vamente condenada pela vontade largamente maioritária do povo português.»

2. «Trata-se de uma decisão em que, provavelmente bastante mais do que a esperança de recompor as posições do PSD no plano institucional, terá

sobretudo pesado a necessidade de Cavaco Silva de fugir ao previsível ajuste de contas público que o PSD lhe reservava, em caso de novo abandono.»

3. «O PCP salienta que dez anos de orientações e atitudes de autoritarismo, de arrogância e de conflito aberto com valores e princípios básicos do regime democrático, dez anos de descarada instrumentalização do Estado e dos seus recursos em favor do PSD e das suas clientelas, dez anos de práticas ofensivas da isenção e lisura dos processos eleitorais (como acabou de se verificar recentemente com as gritantes e ilegítimas interferências do Primeiro-Ministro na campanha eleitoral) constituem um «currículo» que, só por si, desqualifica Cavaco Silva para o exercício do cargo de Presidente da

República, órgão de soberania a quem incumbe, nos termos constitucionais, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição e ser o garante do regular funcionamento das instituições democráticas.»

4. «O PCP salienta que é do interesse da democracia portuguesa, e também do interesse da luta que prosseguirá por uma real mudança democrática na vida nacional, que as pretensões e ambições presidenciais de Cavaco Silva sejam derrotadas pelo voto dos portugueses.»

Carlos Carvalho recebido pelo PR «Grande vontade de mudança não pode ser defraudada»

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, acompanhado dos membros da Comissão Política, Agostinho Lopes e Octávio Teixeira, foi recebido em audiência na passada segunda-feira pelo Presidente da República.

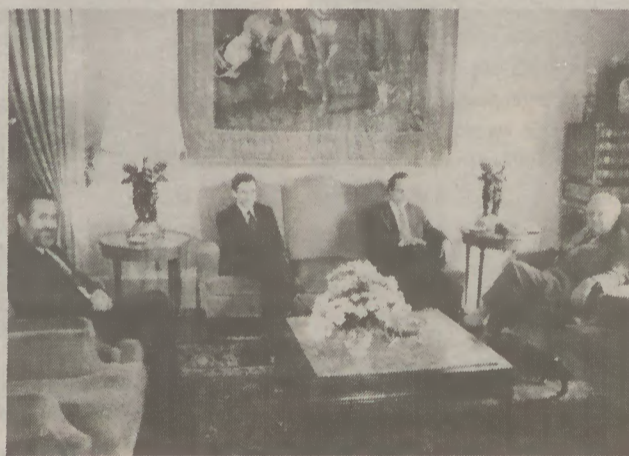
No final do encontro com Mário Soares, que teve como objectivo auscultar o PCP sobre a formação do novo Governo, Carlos Carvalho afirmou que «o PCP está disposto a tudo» para que haja uma «nova política» no País.

«Estamos sempre dispostos a tudo» e «tudo faremos» para que haja uma mudança de política, sublinhou o líder comunista, considerando que na sequência dos resultados eleitorais o PS deve formar Governo.

Em declarações aos jornalistas, Carvalho não deixou no entanto de sublinhar a «grande vontade de mudança» que existe na sociedade portuguesa «não pode ser defraudada».

«Verdes»
querem clareza
nas questões
ambientais

Uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» foi igualmente na recebida, na segunda-feira, pelo Presidente da República, tendo manifestado, à saída, as suas preocupações em relação à política de ambi-



Carlos Carvalho com Octávio Teixeira e Agostinho Lopes recebidos em audiência por Mário Soares

ente que o novo Governo irá aplicar.

A deputada Isabel de Castro afirmou aos jornalistas que o PS tem de divulgar «o que tem de inovador» para responder as questões ambientais que afectam o país.

Sobre a formação do novo

governo, a deputada disse que a «clareza» dos resultados eleitorais conferem ao PS o direito de formar Governo e de nomear António Guterres como Primeiro-Ministro.

Isabel de Castro considerou que a extinção do Ministério do Ambiente «só por si não signifi-

ca nada», até porque a sua criação, pelo governo do PSD, «não modificou» a realidade ambiental do País.

As exigências do Partido Ecologista ao futuro Governo do PS serão as mesmas feitas nos últimos anos aos governos do PSD, sublinhou Isabel de Castro, lamentando que a campanha eleitoral que antecedeu a realização das eleições de 1 de Outubro não tenha permitido conhecer quais as posições dos diversos partidos sobre o Ambiente - à excepção de «Os Verdes», integrados na CDU.

Isabel de Castro acrescentou que são necessárias «modificações profundas» em matéria de Ambiente em Portugal, nomeadamente nas questões ligadas aos resíduos sólidos, aos recursos hídricos e ao ambiente urbano.

Capital da Cultura PR condecora responsáveis de Lisboa-94

O Presidente da República, Mário Soares, condecorou na terça-feira os responsáveis de Lisboa-94 por «relevantes serviços prestados ao país». Com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique foram destacados Vítor Constâncio, presidente de Lisboa-94, e a comissária Simoneta Luz Afonso; os administradores das várias áreas - Maria Manuel Pinto Barbosa, José Megre, José Luís

Arnault, Elísio Summavielle e Ruben de Carvalho (chefe de Redacção do «Avante!») - foram condecorados por seu turno com a comenda do Infante D. Henrique.

Na cerimónia foi destacado o sucesso da iniciativa, cujos resultados - caso inédito em Portugal num acontecimento de natureza cultural - apresentam um saldo positivo de cerca de 300 mil contos.

